

RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES

RAI 2022

Edição 2022

Introdução

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório Anual de Informações do Serpros (RAI) referente ao ano de 2022.

Este documento traz uma análise completa das atividades desenvolvidas ao longo do ano, incluindo a alteração do estatuto e no Regulamento do Plano Serpro II (PS-II) e as conquistas dos selos de Autorregulação em Governança Corporativa e de Engajamento.

Destacamos aqui o fortalecimento das ações de Riscos, Controles Internos e Compliance, bem como a realização da Pesquisa de Experiência com os participantes.

Relembramos a realização de um webinar em comemoração aos 45 anos do Serpros, que contou com a participação de especialistas em previdência, inovação, qualidade de vida e finanças, trazendo informações importantes sobre educação financeira e previdenciária.

O relatório também cita as conquistas com o pré-lançamento do Ser+, o Plano Família do Serpros. Neste RAI, apresentamos o desempenho financeiro e de investimentos da entidade, a evolução dos Planos Serpro I (PS-I), Serpro II (PS-II) e o Plano de Gestão Administrativa (PGA), o universo de participantes e assistidos da entidade, bem como a situação atuarial frente a isso, despesas e demonstrativos afins.

Os reflexos do recadastramento dos participantes e a adoção de novas tecnologias, como o lançamento de requerimentos on-line e a Nuvem do Participante, trouxeram mais agilidade e segurança nos processos, também estão apresentados no relatório.

Agradecemos a todos os participantes ativos e assistidos que colaboraram com o Serpros ao longo deste ano e reiteramos o nosso compromisso com a transparência e a excelência na gestão previdenciária.

Sumário

Introdução.....	2
1. Mensagem da Diretoria.....	4
2. Governança corporativa.....	8
2.1. Governança do SERPROS.....	8
2.2. Organograma.....	10
2.3. Mensagem dos Conselhos.....	11
3. Fatos relevantes.....	13
3.1. Comunicação e Relacionamento.....	13
3.2. Tecnologia da Informação.....	15
3.3. Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance.....	16
4. Nossos números.....	19
4.1. Consolidação das Demonstrações Contábeis.....	19
4.2. Participantes.....	20
4.3. Evolução do PGA.....	20
Contribuições Recebidos.....	21
Dados e Indicadores do PGA.....	22
5. Resultado atuarial dos planos.....	23
5.1. Plano Serpro I (PS-I).....	23
5.2. Plano Serpro II (PS-II).....	25
5.3. Pareceres Atuariais.....	30
6. Investimento.....	31
6.1. Gestão dos Investimentos.....	31
6.2. Governança dos investimentos.....	40
6.3. Resultado dos Investimentos.....	44
7. Informações contábeis.....	49
7.1. Demonstrações contábeis.....	49
7.2. Relatório dos auditores independentes.....	112
7.3. Pareceres Atuariais.....	112
7.4. Parecer do Conselho Fiscal.....	113
7.5. Deliberação do Conselho Deliberativo.....	113

1. Mensagem da Diretoria

Mensagem da Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Mais um ano está se encerrando e, neste momento, é importante fazer um levantamento das atividades que executamos ao longo do ano e que nos

permitiram atender os objetivos fixados no plano de ações para 2022/2025, para que pudéssemos propor a continuidade do que se deseja para esse próximo ciclo que se inicia em 2023.

Para dar sentido ao próximo ciclo do plano, devemos observar as diretrizes estratégicas definidas pelo Conselho Deliberativo, que em síntese são: a) transformar o Serpros de um fundo de pensão em uma administradora de planos de previdência; b) desenvolver a competência em gestão de negócios previdenciários; c) destacar-se pela excelência em gestão de poupança previdenciária.

Essas diretrizes provocaram a Diretoria Executiva em 2022 na mobilização de recursos que permitiram, entre outras questões: a) o desenho de um novo modelo de negócios fincado na exigência de aumentar a abrangência de atuação da nossa entidade para além do público da patrocinadora Serpro; b) por em movimento a implantação do primeiro plano instituído, o Ser+, focado em estender aos familiares dos atuais participantes a capacidade técnica especializada do Serpros; c) testar o mercado dos entes federativos, com mais de 80 propostas colocadas em processos licitatórios promovidos por prefeituras em vários estados brasileiros.

Da mesma forma, no plano interno da gestão, as diretrizes estratégicas estimularam a ação em vários temas, entre eles: a) atender a uma reclamação antiga dos participantes da necessidade de uma revisão aos “serviços passados” e ao saldamento do PS-I, ficando demonstrada a justeza dos procedimentos observados nas práticas adotadas ao longo do tempo, eliminando em definitivo qualquer possibilidade de que existam recursos a serem aportados pela patrocinadora nos eventos acima descritos; b) evitar que um novo equacionamento viesse a provocar novas perdas, além das atualmente suportadas pelos participantes do PS-I, pois apesar das baixas rentabilidades verificadas nos anos de 2020 e 2021, decorrentes da paralização dos negócios no mundo pela pandemia da COVID 19 e da grande crise hídrica vivida no Brasil, em 2020, a política de investimentos do Serpros, em 2022, se mostrou bem formulada e, apesar de uma guerra no leste europeu, conseguiu, ao final desse ano, ser capaz de atender às necessidades de rentabilidade de forma suficiente para manter as reservas necessárias à cobertura das obrigações assumidas com os participantes; c) aprovar na Previc as alterações promovidas pela patrocinadora no Estatuto Social; d) implantar de forma disruptiva o conceito de “remote first”, tornando o Serpros um modelo de sucesso na virtualização total do negócio, atuando de forma inovadora, com 100% de seus empregados em trabalho remoto.

Para 2023, o Serpros se lançará ao mercado buscando expandir sua ação em dois segmentos: o representado pelos empregados do Serpro e o definido pelas associações civis públicas e privadas de interesse coletivo. No primeiro segmento a ação se concentrará em duas vertentes, sendo a primeira buscando a adesão de cerca de 1.000 empregados que ainda estão fora dos planos previdenciários existentes e uma segunda frente atuando para que haja um aumento de contribuição dos participantes ativos do PS-II. No segundo segmento, o centro das ações estará na busca ativa de novos patrocínios empresariais e planos previdenciários instituídos para atender ao público reunido em associações civis.

Acreditamos que esse direcionamento estratégico trará por consequência importantes resultados, por um lado, pelo aumento de receitas para cobertura de custos da administração, hoje praticamente cobertos com rendimentos dos ativos disponibilizados no PGA e principalmente por substituição da fonte de custeio que hoje se baseia nas contribuições de participantes e da patrocinadora.

Além disso, como consequência haverá aumento na produtividade interna, pois não haverá aumento significativo no quadro de pessoal, mas sim uma grande ênfase na reciclagem e no desenvolvimento das pessoas dotando-as das competências para atuar no mercado, que se demonstra cada vez mais competitivo.

Além disso tudo, as estratégias nortearão as ações de Tecnologia da Informação e Comunicação do Serpros no período de 2023 a 2027, como descrito no Plano Estratégico de TI, pois considera o novo modelo de negócios que a organização estabeleceu após o esforço de planejamento conduzido no ano de 2022. Buscou-se, assim, identificar as diretrizes para a área de TI que correspondam à estratégia de evolução corporativa estabelecida.

Naturalmente, sua implantação exigirá um esforço não só da própria área, mas de toda a organização, que precisa enxergar as TIC como parte integrante da própria estratégia, oferecendo o apoio correspondente, além do devido patrocínio da direção. De fato, uma autêntica evolução digital é uma jornada de toda a organização.

Por fim, redefinimos o conceito de parcerias e de participantes, pois existem necessidades das pessoas que transcendem a possibilidade de prestação de serviços pelo Serpros, mas que podem ser prestados por terceiros sob supervisão solidária do Serpros para seus Clientes, os participantes. Nesse sentido a rerratificação do convênio com a Aspas permite que as necessidades dos nossos irmãos da família Serpro possam ser percebidas, estudadas e executadas em condições adequadas às suas possibilidades.

Além disso tudo, cumpre lembrar a qualidade do trabalho de interação com os demais órgãos estatutários, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, propiciada em muito pela diligência produtiva e contributiva de todos os seus membros no trato das relevantes questões que nos fazem ver com muito otimismo os anos futuros dessa nossa entidade.

Por fim, agradecer aos nossos participantes pela confiança, pois eles são o alvo permanente de nossa atenção.

Obrigado.
Feliz, próspero e pleno de saúde 2023!

Wilson Biancardi Coury

Diretor de Administração e Seguridade

Prezados Participantes,

É para mim motivo de muita satisfação e orgulho encerrar mais um ano e poder constatar que o nosso trabalho nos levou a realizar tanto em tão pouco tempo. Por meio de ações coesas e esforço conjunto entre os conselhos, a diretoria, o corpo gerencial e funcional, com o apoio do Patrocinador, conseguimos alinhar as nossas expectativas, planejar ações de curto e médio prazo, sempre mirando no necessário equilíbrio entre as fontes de custeio, nos gastos correntes e nos necessários projetos de reaparelhamento da Entidade. Cobrar o mínimo necessário dos nossos participantes, porém oferecendo serviços de excelência em relação ao mercado, tem sido um desafio permanente.

Desde o início do nosso mandato empreendemos todos os esforços necessários no sentido de fazer o melhor por nossos planos de benefícios e por nossos participantes, a nossa razão de ser. Em 2022, deixamos de cobrar taxas de carregamento e, ainda que tenhamos aumentado a taxa de administração, estamos abaixo da média de mercado. Sistematizamos os nossos serviços, digitalizamos os nossos documentos de guarda, já é possível operarmos os nossos processos de forma totalmente remota, o que aumentou a nossa força motriz de trabalho e potencializou as nossas entregas, na medida em que nossos colaboradores têm mais horas líquidas de trabalho e não mais perdem tanto tempo em deslocamentos diários, o que tem sido um problema que só aumenta nas grandes cidades. Baseados nos nossos resultados, findo mais um ano, podemos afirmar que estamos mais focados e conseguimos num mesmo lapso de tempo realizar mais serviços e com maior qualidade. Como costumamos dizer, o Serpros está onde você está.

Nossos processos atualmente estão quase que totalmente digitais e podem ser operados à distância, o que nos tornou muito mais efetivos, na medida em que podemos atender qualquer lugar remotamente. Da mesma forma, o fato de atuarmos remotamente nos permitiu abrir o mercado de contratações para todo o território nacional, nos permitindo buscar os melhores profissionais em qualquer parte do Brasil. Obstinadamente, nossas áreas previdenciária, atuária, financeira, administrativa, de pessoas e de novos planos estão dedicadas em prestar cada vez mais e melhores serviços.

Por falar em novos planos, quando escrevia este texto recebemos aprovação final do Ser+ (planosermais.serpros.com.br). Nosso novo Plano Instituído está pronto e já recebe as primeiras adesões. Finalmente teremos uma opção segura que nos permitirá planejar e investir com liberdade, visando garantir a realização dos nossos sonhos. Toda a nossa expertise em administrar planos de previdência agora está dedicada também para garantir a gestão eficaz de um plano no qual os próprios participantes, assistidos e os familiares de ambos poderão ter acesso. Mais do que apenas um plano, todo um “ecossistema” de benefícios está sendo pensado e logo teremos muitas novidades para quem aderir ao Ser+.

Que venha um novo ciclo profícuo, que nossas mentes continuem atentas às mudanças e aos ajustes que só nos fazem crescer, que possamos estar cada vez mais antenados nas necessidades dos nossos participantes, fazendo o melhor pela saúde de nossos planos. Especial agradecimento às equipes do Serpros, nada disso seria possível sem a dedicação desse time campeão.

Feliz 2023, pessoal.

Fernando Bento.

Diretor de Investimentos

Gestão de investimentos exige, o tempo todo, decisões desafiadoras e 2022 não foi diferente dos últimos dois anos. Os pilares de bons investimentos são: segurança, liquidez e rentabilidade. Aqui no Serpros não abrimos mão desse tripé fundamental em todo o processo, desde a prospecção, análise, avaliação de risco até governança de investimento.

É conhecido e comprovado, tecnicamente, que no longo prazo a disciplina é sempre vitoriosa. Mas isso não nos liberta de estar sempre atentos aos movimentos (volatilidades) no curto prazo. Dessa forma, acompanhamos as carteiras de investimentos dos planos administrados diariamente e são elaborados relatórios periódicos descrevendo as volatilidades observadas.

Utilizamos ferramentas e técnicas modernas para auxiliar as alocações dos recursos garantidores das reservas matemáticas (poupança previdenciária), descritos nas políticas de investimento recomendada pela diretoria executiva, apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo e acompanhada, à execução, pelo Conselho Fiscal.

A guerra declarada pela Rússia, contra a Ucrânia, provocou uma mudança no cenário econômico mundial pela elevação das cotações das commodities de alimentos (grãos) e petróleo (energia). Não obstante, as sanções impostas à Rússia pelos EUA e pelo Bloco Europeu, provocou a decisão de Moscou anunciar cortes no fornecimento de gás, principal fonte de energia, para o velho continente. Consequentemente apontava sérios problemas nas respectivas economias.

A inflação mundial que já havia acelerado no período de alastramento do Covid, agora sinalizava mais aceleração e obrigou às autoridades monetárias elevarem juros, apontando, portanto, inflação e pior, por um período não conhecido.

No cenário interno havia, também, o ano de eleições que por si só já admitia turbulências no mercado financeiro.

Bom, em nosso ambiente seguimos atentos e observando os movimentos nos mercados interno e externo. Como comentado no início, somos disciplinados e buscamos retornos no longo prazo, focados no cumprimento da meta atuarial.

Sérgio Vieira

2. Governança corporativa

2.1. Governança do SERPROS

Selo de Autorregulação em Governança Corporativa

O Serpros conquistou o Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, no dia 22 de dezembro de 2022: um importante marco que chancela o nível de qualidade da gestão da nossa entidade!!

Essa conquista possui um significado maior do que a aplicação de melhores práticas na entidade: resume o esforço de todos aqueles que integram a entidade em ressignificar a palavra governança nos nossos processos, comprovando o profissionalismo dos seus empregados, dirigentes e conselheiros em prol das melhores e mais confiáveis práticas definidas para os administradores de planos previdenciários e garantindo a segurança dos seus investimentos.

A certificação do Selo é realizada pelo órgão que possui maior representatividade das entidades de previdência privada no Brasil: a Associação Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em conjunto com o Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e o Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp).

Assim, conquistar o Selo sinaliza que o Serpros não mede esforços para que seus processos sejam praticados em prol do cumprimento dos quatro pilares fundamentais de governança corporativa: transparência, equidade, prestação de contas e dever fiduciário.

Importante destacar que para alcançar essa conquista, a entidade passou por um acurado processo de verificação, com a realização de um diagnóstico de seus processos, revisão de normativos e adaptação de práticas internas e, por fim, a análise de uma banca avaliadora e do conselho de autorregulação, no qual foram avaliadas as boas práticas adotadas pelo Serpros relacionadas à conduta ética, transparência, integridade, prestação de contas, equidade, gestão baseada em riscos, Compliance e responsabilidade corporativa, bem como a estrutura dos conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva, auditorias, comitês, suporte à governança, capacitação profissional, comunicação corporativa, processos e controles, a terceirização e a prestação de serviços.

Este é o segundo Selo de Autorregulação que a entidade recebe, demonstrando total comprometimento com a sustentabilidade do negócio e respeito aos seus participantes, assumindo pública e voluntariamente o compromisso de seguir um padrão de excelência nos seus processos relacionados à governança. O primeiro foi o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos, concedido em 20/10/2020, que é uma garantia de que os nossos processos relacionados a investimentos ocorrem de acordo com as melhores e mais confiáveis práticas definidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

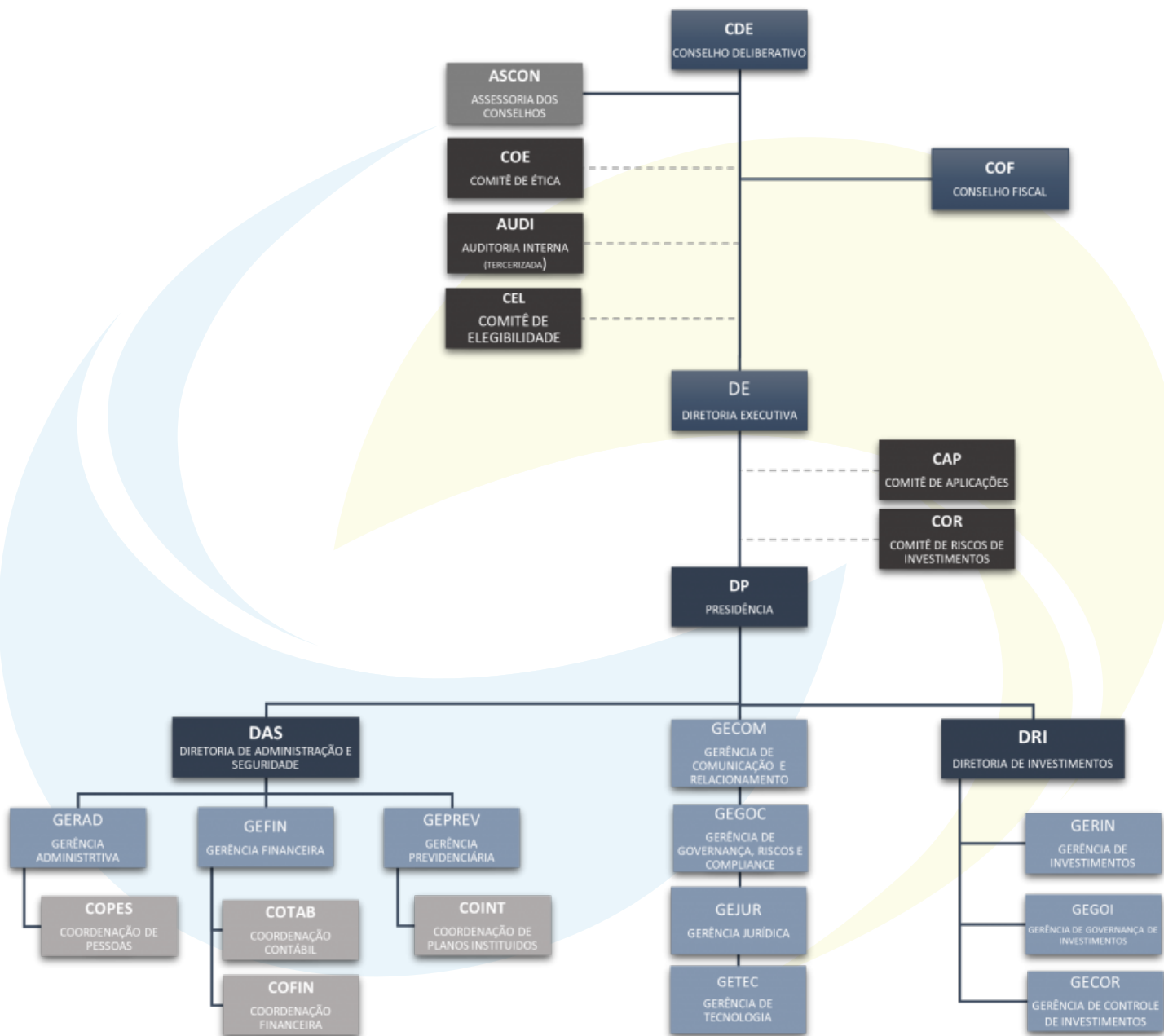
Estatuto

Dia 21 de outubro de 2022 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc emitiu a aprovação da revisão do Estatuto do Serpros. Este processo havia iniciado ainda no mandato da gestão anterior e agora, após 4 (quatro) anos, por meio do parecer Nº 387/2022/CAF/CGAF/DILIC as alterações foram formalizadas.

Podemos destacar como principais e importantes mudanças:

- O aprimoramento da governança da Entidade, trazendo mais transparência e segurança no funcionamento, além de cumprir as determinações do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).
- As alterações permitem que o Serpros crie novos planos previdenciários, como o Plano Ser+, que estende o Serpros até os familiares dos participantes, e outros planos de benefícios que podem atender associações civis e organizações na área pública e privada.
- A redução de quatro diretorias para três diretorias, mantendo a Presidência e a Diretoria de Investimentos, e unificando a Diretoria Administração e Seguridade, otimizando os recursos da entidade.
- Outro ponto importante, foi que o mandato dos membros da Diretoria Executiva, anteriormente de 2 (dois) anos apenas, passou para 3 (três) anos, tornando possível o planejamento e execução de programas de melhorias e por consequência, maior continuidade dos projetos implementados.
- Dando voz ao participante, agora, o Diretor de Administração e Seguridade, antes indicado pela Patrocinadora, é definido por meio de eleição direta pelos participantes ativos e assistidos.

2.2. Organograma



2.3. Mensagem dos Conselhos

Mensagem do Conselho Deliberativo

Após o longo período da pandemia da Covid-19, que produziu efeitos sobre todas as esferas de vida da população e das organizações nos últimos dois anos, um retorno gradual à normalidade se iniciou no ano de 2022, com o controle e o arrefecimento da propagação do vírus. Como o Serpros já se encontrava plenamente adaptado ao teletrabalho, com a governança bem alinhada entre o Conselho Deliberativo, a Diretoria-Executiva e o Conselho Fiscal, a continuidade de negócios foi assegurada, e mais que isso, a Entidade buscou formas de melhorar e aperfeiçoar os serviços prestados aos participantes e assistidos. Os frutos das boas práticas de governança adotadas pelo Serpros podem ser observados com as grandes conquistas ocorridas no ano de 2022.

O novo Estatuto do Serpros, após estudos e discussões com a patrocinadora, foi aprovado pela Previc, e trouxe alterações significativas, como a adoção de requisitos mais rigorosos para a composição dos órgãos colegiados (Diretoria-Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal), tanto para membros eleitos, quanto para membros indicados. Também houve a redução dos custos administrativos e a otimização dos recursos com a alteração de quatro para três diretorias, unificando as Diretorias de Administração e de Seguridade.

Outras mudanças trazidas pelo novo Estatuto estabeleceram que, pela primeira vez, haverá eleição para a escolha do Diretor de Administração e Seguridade pelos participantes e assistidos, e, ainda, a implementação de um processo seletivo obrigatório para preenchimento de todos os cargos da Diretoria-Executiva, por meio da contratação de uma empresa especializada em seleção de executivos. O Conselho Deliberativo determinou, ainda em 2022, a criação de um Comitê de Elegibilidade para acompanhar todo o processo seletivo e eleitoral que ocorrerá em 2023. Tudo isso para trazer mais transparência e eficiência na gestão.

De forma complementar, o Conselho Deliberativo trabalhou junto à Diretoria-Executiva na revisão dos Regimentos Internos e normativos em adequação à legislação e ao novo Estatuto aprovado, cumprindo seu papel de forma tempestiva. Aprovou, ainda, a revisão do Planejamento Estratégico para o ciclo 2023-2027, com a definição dos objetivos da Entidade. No processo decisório de investimentos, aprovou a revisão dos manuais de investimentos, de seleção de prestadores de serviços, e do Ambiental, Social e de Governança (ASG), é signatário do PRI (do inglês Principles for Responsible Investment) desde 2021, e obteve o selo de autorregulação em Governança Corporativa da Abrapp.

Os resultados alcançados no ano de 2022 demonstram que o Conselho Deliberativo atuou, consciente do seu relevante papel institucional como direcionador estratégico, aprovando importantes políticas e diretrizes de governança da Entidade, buscando assegurar a sustentabilidade social e econômica, o equilíbrio atuarial, a solvência e a perenidade dos planos de benefícios previdenciários administrados (Plano Serpro I - PS-I e Plano Serpro II - PS-II, e ainda, o novo Plano SER+), além de oferecer maior transparência na publicação de seus atos aos Participantes e Assistidos, e demais partes interessadas, aprimorando a qualidade e excelência dos serviços prestados, visando o reconhecimento do Serpros pela primazia da gestão e pelos elevados padrões de ética e governança corporativa.

Mensagem do Conselho Fiscal

Em 2022, o Conselho Fiscal atuou em diversas atividades na Entidade onde pôde realizar o acompanhamento e análise minuciosos dos atos de gestão e decisões dos Órgãos Estatutários, bem como a atuação dos Comitês de Assessoramento, e a verificação da adequação dos controles internos da entidade, registrando suas recomendações, de forma tempestiva em conformidade com seu papel institucional e sempre atento às melhorias necessárias à perenidade dos Planos de Benefícios administrados pelo Serpros.

Neste sentido, como Órgão de Fiscalização e Controles Internos do Serpros, exerce seu papel analisando detalhadamente as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Comitês de Assessoramento, o controle da legalidade de suas atuações, bem como a função dos requisitos de certificações, do atendimento às auditorias da patrocinadora Serpro, Auditoria Interna e Externa, dentre outras competências. Cabe destacar que todos os trabalhos do Conselho Fiscal são lavrados em atas e estão disponíveis no site do Serpros na área restrita dos Participantes e Assistidos, assegurando o princípio da transparência na governança corporativa da Entidade.

Entre os anos 2020 e 2021, a economia do Brasil foi impactada pelo cenário atípico da pandemia do novo coronavírus, tendo ocorrido em 2022 o relaxamento das medidas de isolamento social. Setores que estavam sobrestados por decreto governamental puderam retornar às atividades, o que fez com que a economia começasse a dar sinais de recuperação.

Sobre o acompanhamento contábil e orçamentário, o Conselho Fiscal do Serpros analisou, manifestando-se favoravelmente à aprovação dos balancetes mensais, em conformidade com as normas e legislação vigentes.

Em relação à Gestão dos Planos de Benefícios, no que diz respeito à Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais e Econômico-financeiras, os resultados obtidos do Planos Serpro I (PS-I) e Plano Serpro II (PS-II), bem como suas variações, foram acompanhadas rigorosamente pelo Conselho Fiscal, ao longo do exercício de 2022.

Neste sentido, o Conselho Fiscal, cumpriu com seu papel institucional, no incentivo e na manutenção da governança corporativa do Serpros, reiterando o seu compromisso com o Serpros, seus Participantes e Assistidos.

3. Fatos relevantes

3.1. Comunicação e Relacionamento

Com objetivo de manter eficientes a comunicação e o relacionamento com participantes e assistidos, em 2022 foi realizada uma grande campanha de recadastramento dos participantes, por meio de uma força tarefa entre as áreas, com o apoio de um

sistema desenvolvido internamente, no qual os participantes puderam consultar e alterar os seus dados cadastrais.

A campanha incentivou os participantes a consultarem e atualizarem as suas informações cadastrais, orientando-os sobre a importância de se manter um cadastro completo e atualizado para permitir uma comunicação efetiva com eles e esclarecendo os reflexos disso na melhoria dos processos da Entidade, o que traz vantagens para todos.

A Campanha de Recadastramento, realizada no período de 18 de fevereiro a 15 de maio de 2022, obteve um excelente resultado, com 9.116 recadastramentos realizados, diante de um cenário de 11.753 pessoas, representando 78% do total.

- Continuam sendo realizadas ações para efetuar os demais recadastramentos e as principais dificuldades são o fato de não existirem dados corretos para contato, pessoas que não acessam a Área Restrita, que não têm habilidades digitais (sem acesso ou conhecimento de computador e internet) e, principalmente, a falta de acesso aos empregados lotados em clientes da patrocinadora (PSE).

Serpros na Nuvem

Em junho/22, foi desenvolvido um espaço exclusivo e totalmente seguro na Nuvem do Serpros para os participantes arquivarem seus documentos pessoais e funcionais necessários para solicitar empréstimos, benefícios, resgate entre outros. Esta solução funciona como um drive ou como um repositório individual para os documentos que o participante precisar enviar ou receber dos Serpros, que ficam disponíveis na sua “Nuvem”. Desta forma, ele não precisa mais enviar documentos por Correios ou ter o trabalho de digitalizá-los ou fotografá-los para enviar por e-mail quando precisar fazer algum requerimento.

Com o Serpros na nuvem, os processos foram adequados para otimizar o trabalho da equipe em home office e para facilitar os acessos por parte dos participantes e assistidos.

Transformação Digital

Ainda no bojo da transformação digital que vem sendo implementada há vários anos, a partir de novembro/2022 foram disponibilizados aos participantes requerimentos on-line para solicitar benefício de Aposentadoria programada, Resgate ou Autopatrocínio em ambos os planos. Em breve todos os requerimentos serão disponibilizados nessa modalidade, otimizando muito o tempo e facilitando o processo para os participantes, já que não será preciso enviar nenhum documento físico.

Educação Financeira e Previdenciária

A Educação Financeira e Previdenciária envolve temas que permeiam a Comunicação e o Relacionamento do Serpros em todas as campanhas. Informar, orientar e instruir os participantes para que entendam melhor as suas finanças, seus direitos e deveres, como o imposto de renda, invistam na contribuição variável, façam adesão ao PS-II e realizem um planejamento financeiro adequado são os objetivos estabelecidos e que vêm sendo cumpridos por meio da divulgação de conteúdos de incentivo à qualidade de vida, saúde e dicas para serviços e atendimentos de interesse comum.

Essa ação é realizada por meio do Portal Conhecer, que teve um aumento de 5% nos acessos em relação a 2021 (média de 705 acessos/mês).

Serpros 45 anos: mais experiência e atenção aos participantes

Para celebrar os 45 anos da entidade, foi desenvolvida a Webinar Serpros Sempre com Você, realizada em todas as segundas-feiras do mês de outubro. A Webinar contou com palestrantes renomados no mercado de Previdência Complementar, que falaram sobre investimentos, previdência, transformação digital e inovação, qualidade de vida e inteligência emocional.

O Evento contou com 3.097 pessoas participando ao vivo das cinco palestras on-line realizadas, tendo sido registrados:



637
Inscritos



3.097
Visualizações
do evento



1.902
Visualizações
via plataforma
especial



1.195
Visualizações
via Serpros
YouTube

A avaliação final do evento obteve a Nota 4,49 (de 0 a 5), mostrando o acerto desta ação.

Adesão de novos participantes

Uma das principais campanhas realizadas em 2022, a Campanha de Captação, teve como resultado a conquista de 40 novos participantes.

Pesquisa de Experiência

Em novembro/22 foi realizada uma Pesquisa de Experiência, com o objetivo de verificar a satisfação dos participantes e aprimorar a gestão da entidade, os serviços, os benefícios, além da comunicação e do relacionamento.

Com 1.162 avaliações, a pesquisa apresentou o excelente Índice de Satisfação de 89,41%.



Foi realizada ampla campanha para divulgação do Plano Ser+, com o objetivo de apresentar massivamente o plano família do Serpros a todos os participantes e assistidos, assim como aos seus familiares, utilizando todos os canais de Comunicação e Relacionamento do Serpros, como site, aplicativo, informativos, mídias sociais e atendimentos. Em dezembro, foi realizada a live de pré-lançamento do Ser+, que resultou em 12 pré-adesões ao plano.

3.2. Tecnologia da Informação

O relevante avanço da transformação digital da entidade resultou em melhorias significativas, dentre as quais podemos destacar:

- Programas/rotinas/sistemas internalizados;
- Soluções internas para atender os Participantes;
- Otimização das atividades dos usuários;
- Transações executadas através de parâmetros pré-definidos;
- Transações executadas através de Software específico RPA/Power Automation.

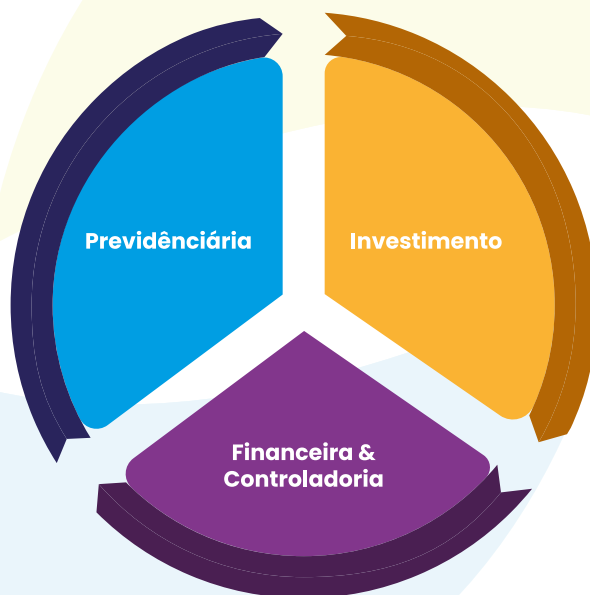
Ações definidas no Planejamento Estratégico:

- Automação dos processos internos;
- Evolução dos Sistemas Internos e Externos;
- Aplicação da Transformação Digital na Instituição.

Atualizações tecnológicas realizadas em atendimento às ações solicitadas:

- Atualização da Infraestrutura;
- Linguagem de programação;
- Frameworks;
- Sistemas Operacionais dos Servidores/Nuvem;
- Plataforma de publicação de Serviços (APIs);
- Reestruturação de todos os Programas Fontes, contemplando arquitetura de três camadas;
- Implantação do Administrador de APIs (Containers/Barramentos);
- Controle integrado de segurança corporativa;
- Aplicação dos conceitos UX em interfaces;
- Padronização das interfaces;
- Independência de terceiros, referente as transações sensíveis;
- Disponibilidade de novos Canais para Comunicação interna e externa;
- Desenvolvimento de mecanismos para tomadas de decisão estratégica.

Os investimentos estão declarados no PDTI-2022/2025, aprovados pela Diretoria e Conselhos.



3.3. Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

O Serpros possui uma estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos que busca manter a entidade em contínua evolução, a fim de minimizar possíveis situações adversas, se mantendo firme na missão de administrar planos e garantir o pagamento dos benefícios previdenciários com efetividade e transparência, proporcionando segurança com sustentabilidade a seus participantes, assistidos e beneficiários.

No ano de 2022, a entidade manteve o foco na robustez do seu sistema de controles internos, visando

a contínua implementação de ações para mitigação dos riscos corporativos associados às atividades desempenhadas por todas as áreas e a garantia do atingimento de diretrizes e objetivos estratégicos estabelecidos, destacando-se:

- Condução do 3º Ciclo Anual de Avaliação de Riscos e Controles, envolvendo: atualização da Cadeia de Valor; realização de dinâmicas de grupo com gestores e pontos focais das áreas para identificação e mensuração dos riscos inerentes às atividades; aplicação de questionários de boas práticas de controle; execução de testes para certificação dos controles internos; apresentação de oportunidades de melhoria; alinhamento de planos de ação para mitigação dos riscos residuais; e, treinamentos internos periódicos;
- Complementação da normatização interna da área, incluindo a elaboração da “Política de Combate à Corrupção, Suborno e Fraude” e a revisão do Dicionário de Riscos do Serpros (anexo à “Norma de Gerenciamento de Riscos Corporativos”), da “Política de Prevenção a Conflito de Interesses” e da “Norma de Avaliação Reputacional”;
- Reportes periódicos à Alta Administração do Serpros para insumo e embasamento à tomada de decisões, por meio de relatórios direcionados à Diretoria Executiva - “Gerencial de Riscos, Controles Internos e Compliance” (trimestral) e “Obrigações Institucionais” (mensal); ao Conselho Deliberativo – “Riscos, Controles Internos e Compliance” (semestral) e “Efetividade da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo” (anual), dentre outros julgados pertinentes (“Riscos Corporativos sobre o Processo de Seleção Pública junto a Entes Federativos”), além de apresentações bimestrais ao Conselho Fiscal e sob demanda das instâncias de auditoria (interna e do patrocinador Serpro) ou do Comitê de Auditoria (Serpro);
- Revisão anual da Declaração de Appetite a Riscos do Serpros, por meio de estudo elaborado pela 2ª Linha (Setor de Riscos, Controles Internos e Compliance) com a atualização dos fatores de riscos associados a diretrizes e objetivos estratégicos do Serpros, além da definição das métricas e dos limites de meta e tolerância aceitáveis para a Entidade;
- Disseminação da cultura dos conceitos associados à gestão baseada em riscos, através da publicação semanal de “Pílulas de Conhecimento” na Intranet e no LinkedIn do Serpros, além de divulgação periódica de matérias, artigos e assuntos pertinentes ao Programa de Compliance (anticorrupção, integridade, ética, prevenção à lavagem de dinheiro, dentre outros) através dos meios de comunicação da Entidade disponíveis aos públicos interno e externo.

1. 3º Ciclo de Gerenciamento de Riscos e Controles

Os ciclos de avaliação de riscos e controles internos são conduzidos pela 2ª Linha para a identificação, análise (qualitativa e quantitativa), mensuração e resposta aos riscos mapeados, minimizando os efeitos de situações indesejadas que porventura se materializem e possam impactar o atingimento dos objetivos traçados pelo Serpros.

O 3º Ciclo, executado no decorrer do ano de 2022, abrangeu 13 áreas operacionais (1ª Linha) e um total de 158 subprocessos pertinentes às atividades desempenhadas na entidade, com a concentração dos riscos nos quadrantes verde e amarelo da matriz residual (dentro do limite de tolerância a riscos aceitável, conforme estabelecido pela Alta Administração) e a redução dos percentuais de déficit de controle e riscos residuais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Risco Inerente	Déficit de Controle	Risco Residual
Média Global - 3º Ciclo (2022)	45,16%	16,22%	7,32%
Média Global - 2º Ciclo (2021)	40,73%	23,85%	9,71%
Variação entre Ciclos	4,43%	-7,63%	-2,39%

2. Rotinas de Compliance

No escopo das atividades, mais diretamente voltadas à conformidade do Serpros em relação à normatização interna, à legislação vigente e às melhores práticas de mercado, destacam-se no ano de 2022: (i) Gap Analysis - Análise da legislação aplicável ao segmento de previdência complementar fechada, com a elaboração de 14 documentos divulgados para conhecimento das áreas e da Alta Administração; (ii) Obrigações Institucionais - Monitoramento realizado acerca das responsabilidades das áreas, em consonância ao disposto na legislação vigente e nas diretrizes estabelecidas internamente, totalizando 966 obrigações (legais e próprias) monitoradas pela 2ª Linha; (iii) Background Check - Avaliação de integridade reputacional sobre colaboradores e terceiros que mantenham (ou possam vir a manter) relacionamento com a entidade, focando no conhecimento de clientes, empregados, fornecedores de serviços e parceiros de negócio, em consonância ao Programa de Compliance da entidade para Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD-FT), mediante a emissão de 231 documentos demandados pelas áreas; e, (iv) Base de Perdas - Registro periódico de ocorrências pertinentes a perdas financeiras e/ou falhas operacionais – quantitativo total de 116 registros até dezembro/2022.

4. Nossos números

4.1. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), instituídas pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, aprovada pela Resolução nº

1.272 do Conselho Federal de Contabilidade, de 22/05/2010, e de normativos do sistema de previdência complementar, em especial, a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021.

Segue abaixo o balanço patrimonial apresentado na forma consolidada e individual, por Plano de Benefícios e PGA:

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Disponível	4	-	74	133	-	211
Realizável	2.831.884	2.076.126	2.708.106	78.960	(91.295)	7.603.781
Gestão Previdencial	5.949	3.712	48.957	-	0	58.618
Gestão Administrativa	38.563	20.633	32.099	660	(91.295)	660
Investimentos	2.787.372	2.051.781	2.627.050	78.300	-	7.544.503
Permanente	-	-	-	16.083	-	16.083
Imobilizado	-	-	-	15.870	-	15.870
Intangível	-	-	-	213	-	213
Total do Ativo	2.831.888	2.076.126	2.708.180	95.176	(91.295)	7.620.075

(Valores apresentados em R\$ mil)

Passivo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Exigível Operacional	9.966	23.252	143.660	3.880	-	180.758
Gestão Previdencial	3.236	22.505	139.717	-	-	165.458
Gestão Administrativa	-	-	-	3.880	-	3.880
Investimentos	6.730	747	3.943	-	-	11.420
Exigível Contingencial	5.335	9.871	916	-	-	16.122
Gestão Previdencial	3.707	9.101	-	-	-	12.809
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-
Investimentos	1.627	770	916	-	-	3.314
Patrimônio Social	2.816.588	2.043.003	2.563.603	91.295	(91.295)	7.423.194
Patrimônio de Cobertura	2.771.683	1.747.994	2.524.208	-	-	7.043.885
Provisões Matemáticas	2.981.769	1.608.476	2.524.208	-	-	7.114.453
Benefícios Concedidos	2.345.963	1.608.476	-	-	-	3.954.438
Benefícios a Conceder	750.140	-	2.524.208	-	-	3.274.348

(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(114.334)	-	-	-	-	(114.334)
Equilíbrio Técnico	(210.086)	139.518	-	-	-	(70.568)
Resultados Realizados	(210.086)	139.518	-	-	-	(70.568)
Superávit Técnico acumulado	(210.086)	139.518	-	-	-	(70.568)
Fundos	44.905	295.009	39.395	91.295	(91.295)	379.309
Previdencial	-	273.861	3.349	-	-	277.210
Administrativo	38.563	20.633	32.099	91.295	-	182.590
Investimentos	6.342	516	3.946	-	(91.295)	10.804
Total do Passivo	2.831.888	2.076.126	2.708.180	95.175	(91.295)	7.620.075

4.2. Participantes

Dados Previdenciários Estatística de participantes, assistidos e beneficiários

O Serpros possuía, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte quantidade de participantes:

Plano PS I	31/12/2022	31/12/2021	Plano PS II	31/12/2022	31/12/2021
Saldados	1.519	1.654	Ativos + Migrados	4.879	4.982
Autopatrocinados	9	7	Ativos oriundos do PSI	1.246	1.333
Auxílio doença		1	Auto Patrocinado	33	28
Aposentadoria Programada	3.183	3.100	Auxílio doença	17	14
Invalidez	401	409	Aposentadoria Programada	813	784
Pensão por morte	686	660	Invalidez	83	80
Peculio Morte	54	62	Pensão por morte	167	157
Pensionistas	745	715	Peculio Morte	25	38
Dependentes	10.744	10.744	Pensionista	227	214
			Dependentes	13.465	13.424

4.3. Evolução do PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é um plano que tem a finalidade de registrar as atividades inerentes a Gestão Administrativa da Entidade, em conformidade com seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do Serpros.

O quadro a seguir apresenta as movimentações da gestão administrativa:

Detalhamento - Gestão Administrativa	2022	2021
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	94.537	95.591
Custeio da Gestão Administrativa	29.902	27.725
Custeio Adm - Prev (Tx Carreg.)	2	8.314
Custeio Adm - Invest. (Tx Adm)	19.976	9.075
Tx Adm Empréstimos e Financ.	1.101	813
Resultado Líquido dos Invest.	7.814	2.116
Receitas Diversas	1.009	7.407
Despesas Administrativas	(33.144)	(28.779)
Pessoal e Encargos	(22.987)	(21.311)
Treinamentos / congressos e seminários	(369)	(234)
Viagens e estadias	(156)	(27)
Serviços de Terceiros	(5.757)	(3.826)
Despesas gerais	(1.363)	(968)
Depreciações e amortizações	(316)	(309)
Tributos	(2.015)	(1.812)
Outras Despesas	(180)	(270)
Despesas com Fomento	-	(23)
Constituição/Reversão de Contingências	-	-
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	(3.242)	(1.054)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	91.295	94.537

(Valores apresentados em R\$ mil)

Neste exercício social de 2022 o fundo administrativo foi revertido no valor de R\$ 3.242 mil (R\$ 1.054 mil em 2021).

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Descrição	PSI	PSII BD	PSII CD	2022	2021
Contribuições do mês	2.815	973	28.640	32.428	28.215
Patrocinadora	2.338	483	14.311	17.132	14.890
Participantes	474	482	14.292	15.248	13.304
Autopatrocinados	3	8	37	48	21
Contribuições contratadas	-	-	(1)	(1)	(0)
Parcela a amortizar Dotação Inicial	850	184	794	1.828	1.828
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	185	801	986	986
Parcela a amortizar Aporte	-	78	31	109	110
Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	7.524	2.061	9.585	9.585
Prestação + Encargos - PCLD	(850)	(7.971)	(3.688)	(12.509)	(12.509)
Adiantamentos	195	-	-	195	125
Depósitos Judiciais/Recursois	2.890	2.737	365	5.992	8.190

Outros Realizáveis	50	2	19.953	20.005	16.337
Outros	50	2	19.953	20.005	16.337
Consolidação das Demonstrações	-		-	-	-
Total	5.950	3.712	48.957	58.618	52.867

(Valores apresentados em R\$ mil)

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU n.º 6.928/2009, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Na retomada dos pagamentos, o Serpro, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União, não quitou o valor integral da dívida. Sendo assim, no exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial e atualização monetária), o Serpro ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400, em trâmite na 9ª Vara Federal do DF.

DADOS E INDICADORES DO PGA

DESCRIÇÃO	2022
Receitas Administrativas	29.901.653,54
Despesas Administrativas	33.143.529,83
Recursos Garantidores	7.529.980.986,49
Ativo Total	7.620.074.599,08
Número De Participantes	13.036
Despesas Totais Com Pessoal	22.987.173,31
Despesa S/ Nº Participantes	2.542,46
Despesa S/ Recurso Garantidor	0,44%
Despesa S/ Ativo	0,43%
Despesas S/ Receitas	1,11%
Despesas S/ Despesas Com Pessoal	69,36%
Taxa De Administração	0,28%
Taxa De Carregamento	0,00%
Redução Do Fundo Administrativo	3,55%

5. Resultado atuarial dos planos

5.1. Plano Serpro I (PS-I)

Situação do plano de benefícios

Os resultados em 31/12/2022 do Plano Serpro I, comparativamente ao exercício anterior, estão apresentados a seguir:

Discriminação	31/12/2021	31/12/2022	Variação
Patrimônio de Cobertura	2.638.352.656,25	2.771.682.756,07	5,05%
Provisões Matemáticas	2.878.531.138,05	2.981.768.614,02	3,59%
Benefícios Concedidos	2.202.743.912,03	2.345.962.560,08	6,50%
Benefícios a Conceder a Constituir	793.670.745,56	750.139.843,99	-5,48%
	(117.883.519,44)	(114.333.790,05)	-3,01%
Equilíbrio Técnico	(240.178.481,80)	(210.085.857,95)	-12,53%
Ajuste de Precificação	84.951.384,00	105.451.104,00	24,13%
Equilíbrio Técnico Ajustado	(155.227.097,80)	(104.634.753,95)	-32,59%
% Equilíbrio Técnico / Provisões Matemáticas	8,34%	7,05%	-15,56%
% Equilíbrio Técnico Ajustado/ Provisões Matemáticas	5,39%	3,51%	-34,93%
Duração do Passivo	10,40	10,14	-2,48%
Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	184.165.543,68	183.080.592,90	-0,59%
% Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	6,40%	6,14%	-4,03%

O balanço patrimonial de 31/12/2022 revela que a parcela do patrimônio de cobertura atribuída aos participantes e assistidos do plano monta em R\$ 2.771,68 milhões, inferior às provisões matemáticas avaliadas em R\$ 2.981,77 milhões, conduzindo a um déficit técnico de R\$ 210,09 milhões.

De acordo com o art. 29 da Resolução CNPC n.º 30/2018, de 10 de outubro de 2018, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de deficit até o final do exercício subsequente, se o deficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Limite de Deficit Técnico Acumulado (LDTA)} = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática.}$$

E o art. 30 da referida Resolução CNPC n.º 30/2018 estabelece que o valor do Ajuste de Precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

Assim, foram apurados a duração do passivo de 10,14 anos e o Ajuste de Precificação positivo de R\$ 105,45 milhões, observando o disposto na Instrução Previc n.º 33, de 23 de outubro de 2020, como também a Portaria Previc n.º 835, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre os critérios para apuração da duração do passivo e do ajuste de precificação.

Dessa forma, como o Limite do Deficit Técnico Acumulado é 6,14% das Provisões Matemáticas e o Equilíbrio Técnico Ajustado é 3,51%, não é necessária a elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário de 2022 do Plano Serpro I.

O plano de custeio das contribuições previdenciais vigentes foi mantido para 2023.

Principais impactos no plano de benefícios no exercício de 2022

No encerramento deste exercício comparativamente a dezembro de 2021, observou-se que as provisões matemáticas apresentaram uma variação positiva de 3,59% em relação ao exercício anterior, sendo 6,50% relativa aos compromissos com benefícios concedidos, compensada com a variação negativa de 5,48% com benefícios a conceder e de 3,01% referente às provisões matemáticas a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008. Tais variações são resultantes do impacto da exigência atuarial conjugado com a movimentação ocorrida, decorrente de concessões de aposentadorias, principalmente motivadas pelo PDV 2021 do Serpro, encerramentos de aposentadoria e pensões e evolução da massa.

O Programa de Demissão Voluntária (PDV) realizado pelo patrocinador Serpro ocorrido no final do ano de 2021 incentivou o aumento de concessões de benefícios, ocorreram 126 novas aposentadorias no Plano durante o exercício de 2022. Contudo, por se tratar de um Plano Saldado e haja vista que os participantes que se aposentaram, em sua maioria, já estavam elegíveis ao benefício de aposentadoria programada, não houve impacto significativo sobre as Provisões Matemáticas Totais e sim uma realocação entre as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder.

A rentabilidade do plano, no exercício de 11,71% foi superior à exigência atuarial de 11,36%, esta última composta pela variação do INPC e a taxa de juros atuarial, gerando um ganho estimado de 0,31%.

Adequação e aderência da taxa real de juros

A Resolução CNPC n.º 30/2018 determina que a taxa de juros real anual utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Sua adoção deve ser fundamentada em estudo técnico específico, com validade anual, observando os parâmetros estabelecidos pela Instrução Previc n.º 33/2020, pela Portaria Previc n.º 835/2020 e pela Portaria Previc n.º 373/2022, e seu valor deve estar compreendido entre os limites mínimo e máximo, calculados com base na taxa de juros parâmetro, na estrutura a termo de taxa de juros, bem como resultado da duração do passivo para cada plano de benefícios.

No Estudo Técnico de Adequação da taxa de juros real anual foi apurada a Taxa Interna de Retorno (TIR) de 5,27% a.a., fora do intervalo regulatório de 3,14% a.a. (limite inferior) e 4,89% a.a. (limite superior). Assim, seguindo os trâmites estabelecidos da legislação sobre a matéria, em agosto de 2022, o Serpros solicitou autorização à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc para a manutenção da premissa de taxa de juros real de 5,08% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício, sendo autorizada por ela em novembro de 2022.

Sendo assim, foi aprovada a manutenção da taxa de juros real anual de 5,08% para o PS-I, a vigorar a partir de 1º de abril de 2023.

5.2. Plano Serpro II (PS-II)

Situação do plano de benefícios

Os resultados em 31/12/2022 do Plano Serpro II, comparativamente ao exercício anterior, estão apresentados a seguir:

Discriminação	31/12/2021	31/12/2022	Variação
Patrimônio de cobertura	3.884.159.561,77	4.272.202.219,90	9,99%
Provisões matemáticas	3.723.461.471,14	4.132.684.135,12	10,99%
Benefícios concedidos	1.487.972.991,28	1.608.475.869,71	8,10%
Benefícios a conceder	2.235.488.479,86	2.524.208.265,41	12,92%
Equilíbrio técnico	160.698.090,63	139.518.084,78	-13,18%
%Equilíbrio técnico / provisões Matemáticas	10,80%	8,67%	-19,68%
Duração do passivo	10,55%	10,39%	-1,55%
Limite da reserva de contingência	305.836.480,65	327.968.229,83	7,24%
% limite da reserva de contingência	20,55%	20,39%	-0,80%
Reserva de contingência	160.698.090,63	139.518.084,78	-13,18%
Reserva especial	-	-	-
Fundos previdenciais	257.516.842,60	277.209.878,81	7,65%
Fundo de compensação de cotas excedentes	2.050.426,98	3.349.322,32	63,35%
Fundo de recursos remanescentes de patrocinador	-	-	-
Fundo de risco	255.466.415,62	273.860.556,49	7,20%

O balanço patrimonial de 31/12/2022 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$ 4.272,20 milhões. É, portanto, superior às provisões matemáticas avaliadas em R\$ 4.132,68 milhões, conduzindo ao superavit técnico de R\$ 139,52 milhões. O percentual calculado para o limite da reserva de contingência, de acordo com o art. 15 da Resolução CNPC n.º 30/2018 para o PS-II foi de 20,39% das provisões matemáticas da parcela de benefício definido. Desta forma, o equilíbrio técnico de R\$ 139,52 milhões foi integralmente contabilizado na reserva de contingência, que corresponde a 8,67% das provisões matemáticas de benefício definido.

De acordo com os resultados da avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2022, a alíquota de 0,38% referente à contribuição normal dos assistidos foi reduzida para 0,00% do benefício, em função de não ter uma funcionalidade específica, sendo mantidas as demais contribuições para vigorar a partir de 1º de abril de 2023.

Principais impactos no plano de benefícios no exercício de 2022

As provisões matemáticas de benefícios concedidos apresentaram no exercício um acréscimo de 8,10% em relação ao exercício anterior, resultante do impacto da exigência atuarial conjugado com a movimentação ocorrida, decorrente de concessões de aposentadorias, principalmente motivadas pelo PDV 2021 do Serpro, encerramentos de aposentadoria e pensões, isenção das contribuições normais dos assistidos, como também a revisão das premissas atuariais como a alteração da tábua de mortalidade de inválidos e da proporção de dependentes dos participantes e aposentados da composição familiar.

O Programa de Demissão Voluntária (PDV) realizado pelo patrocinador Serpro ocorrido no final do ano de 2021 gerou aumento de concessões de benefícios e institutos no Plano durante o exercício de 2022.

Com relação às provisões matemáticas relativas à parcela de contribuição definida, observou-se um aumento de 12,92% no exercício. Tal variação decorre do incremento de contribuições e de adesões ocorridas no ano, bem como da rentabilidade obtida nos investimentos.

Cabe registrar que a Previc, por meio da Portaria Previc n.º 1.160, publicada no DOU de 10 de novembro de 2022, aprovou as alterações regulamentares do PS-II contemplando: a inclusão o valor mínimo da renda de auxílio-doença e a possibilidade de seu requerimento ocorrer até os 75 anos; adaptação e textos referentes aos fundos previdenciais e contas coletivas do Plano e à prerrogativa da entidade ressegurar o fundo de risco; adequação do critério de destinação de valores devidos pelo falecimento de participante; promoção de melhorias da redação para trazer maior clareza e evitar risco de interpretação; e adaptação de dispositivos à evolução da legislação ou à prática operacional do plano.

Em decorrência dessa aprovação do Regulamento do PS-II, se fez necessário a constituição do Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador, formado pelos saldos remanescentes das Contas de Participantes não utilizados para pagamento de Portabilidade ou Resgate, atualizado pela rentabilidade líquida da parcela de Contribuição Definida do PS-II, sendo sua destinação definida anualmente com base em decisão do Patrocinador e mediante autorização do Conselho Deliberativo da Entidade.

Devido a questões operacionais, sua criação foi postergada para janeiro de 2023, quando será registrado os recursos remanescentes de competência de novembro de 2022 a janeiro de 2023.

O Fundo de Compensação de Cotas Excedentes é destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.

Todavia, em função da aprovação da alteração do Regulamento do PS-II, que estabelece a correção dos resgates pela rentabilidade, o propósito do Fundo de Cotas Excedentes ficou sem objeto. Portanto, a consultoria atuarial recomendou a extinção desse Fundo e a transferência de seu valor para o resultado da parcela de Contribuição Definida do PS-II, dado se tratar de recursos relativos à excedentes de saldos de contas individuais dos participantes ativos, a ser realizada no exercício de 2023.

O Fundo de Risco foi constituído na Avaliação Atuarial de 2020 com a finalidade de custear o Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento. Em 31/12/2022, o Fundo de Risco correspondia a R\$ 273,86 milhões.

As avaliações atuariais anuais determinam o nível necessário de recursos a serem mantidos no Fundo de Risco para maior garantia de cobertura dos benefícios assegurados e o excedente, caso haja, será destinado prioritariamente à redução das contribuições de risco, da mesma forma que eventual insuficiência ensejará o seu aumento.

Dessa forma, na avaliação atuarial de 2022, a consultoria atuarial e indicou a manutenção das atuais alíquotas da contribuição de risco, dado o montante do Fundo de Risco constituído para fazer frente aos compromissos de risco do PS-II.

Adequação e aderência da taxa real de juros

A Resolução CNPC n.º 30/2018 determina que a taxa de juros real anual utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Sua adoção deve ser fundamentada em estudo técnico específico, com validade anual, observando os parâmetros estabelecidos pela Instrução Previc n.º 33/2020, pela Portaria Previc n.º 835/2020 e pela Portaria Previc n.º 373/2022, e seu valor deve estar compreendido entre os limites mínimo e máximo, calculados com base na taxa de juros parâmetro, na estrutura a termo de taxa de juros, bem como resultado da duração do passivo, para cada plano de benefícios.

No Estudo Técnico de Adequação da taxa de juros real anual foi apurada a Taxa Interna de Retorno (TIR) de 5,66% a.a., fora do intervalo regulatório de 3,14% a.a. (limite inferior) e 4,89% a.a. (limite superior). Assim, seguindo os trâmites estabelecidos da legislação sobre a matéria, em agosto de 2022, o Serpros solicitou autorização à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para a manutenção da premissa de taxa de juros real de 5,08% a.a. A seguir estão as principais premissas atuariais, utilizadas na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2022.

Sendo assim, foi aprovada a manutenção da taxa de juros real anual de 5,08% para o PS-I, a vigorar a partir de 1º de abril de 2023.

As hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PS-I e PS-II e seus fundamentos

Para definir o montante das obrigações de um plano de benefícios e o custo para suportá-las, são adotadas as chamadas hipóteses ou premissas atuariais. Por meio dessas premissas, é possível calcular e determinar os recursos necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano de previdência. Os cálculos atuariais têm relação direta com o custo do plano de benefícios e com o seu equilíbrio. Eles devem estar em harmonia com a massa de participantes e assistidos dos planos e com a política de recursos humanos da patrocinadora, aliada ainda às variáveis econômico-financeiras.

Para tanto, foi realizado em 2022 estudo técnico, de acordo com a legislação vigente, com o objetivo de identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

A seguir estão as principais premissas atuariais, utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/ 2022.

Taxa de Inflação: 3,00% ao ano

A utilização da taxa de inflação tem como objetivo avaliar o valor real dos salários e dos benefícios ao longo de um ano, já que os reajustes não ocorrem mensalmente. É utilizada, portanto, uma taxa média que representa o valor real do poder de compra.

Taxa Real de Juros:**PS-I: 5,08% ao ano****PS-II: 5,08% ao ano**

A taxa real de juros estabelece a rentabilidade real esperada para os ativos que compõem o patrimônio de cada plano de benefício. Assim, determina o desconto para apurar o valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios.

Mortalidade Geral:**PS-I: Tábua AT-2012 IAM Basic, agravada em 10%, segregada por sexo****PS-II: Tábua AT-2012 IAM Basic, desagravada em 20%, segregada por sexo**

Através de uma tábua, a premissa de Mortalidade Geral estima a sobrevivência dos participantes ativos, assistidos e dos beneficiários e serve para calcular o valor atual dos encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte, exceto de inválidos. É também utilizada como parâmetro na conversão de saldos de conta de participante em renda de aposentadoria.

Mortalidade de Inválidos:**PS-I: Tábua AT-49, segregada por sexo****PS-II: MI-2006, segregada por sexo**

A premissa de Mortalidade de Inválidos estima a sobrevivência dos participantes inválidos, estruturada numa população de pessoas inválidas e serve para calcular o valor atual de encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte de inválidos.

Entrada em Invalidez:**Tábua Grupo Americana desagravada em 50%**

A premissa de entrada em invalidez determina a probabilidade de uma pessoa ativa se invalidar de acordo com determinada experiência. Com isso, é estabelecido o compromisso com esse benefício.

Morbidez (Entrada em Auxílio-Doença):**PS-I: Não aplicável****PS-II: Exp AXD SERPRO II**

A premissa de morbidez orienta o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.

**Composição do Grupo Familiar:
Experiência Serpro**

É determinante para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos planos de benefícios que prevejam o pagamento de pensão aos dependentes regularmente inscritos pelo participante.

Crescimento Real dos Salários:**PS-I: Não aplicável****PS-II: 2,55 % ao ano**

A premissa de crescimento real dos salários representa a taxa real estimada (descontado o efeito inflacionário) com que os salários crescerão anualmente, em média, durante a fase de acumulação dos recursos no plano.

Taxa de Desligamento:**PS-I: 0% para todas as idades.****PS-II: 1% para todas as idades até 65 anos.**

A premissa de desligamento tem como objetivo mensurar o encargo com o pagamento de resgate de contribuições ou portabilidade para outros planos, bem como estabelecer o nível dos compromissos com os participantes que usufruirão os benefícios oferecidos, considerando a probabilidade de seu desligamento do plano.

Quanto ao custeio administrativo dos Planos administrados pelo SERPROS, foi aprovado para o exercício de 2023, a manutenção da Taxa de Administração em 0,28% e a manutenção da Taxa de Administração sobre Operações com Participantes (Empréstimos e Financiamentos) em 0,20%, assim como a utilização do Resultado Líquido dos Investimentos do PGA.

5.3. Pareceres Atuariais

Os pareceres atuariais estão disponíveis nos links a seguir:

Plano SERPROS I (PS-I)

PARECER ATUARIAL PLANO SERPROS I (PS-I)

Plano SERPROS II (PS-II)

PARECER ATUARIAL PLANO SERPROS II (PS-II)

6. Investimento

6.1. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Cenário Macroeconômico

O cenário de 2022 foi marcado por um tema recorrente em nível local e global: a inflação. Desde o início do ano, o tema já vinha despertando uma maior atenção por

causa dos efeitos da pandemia sobre as cadeias produtivas e dos gargalos logísticos, com a falta de insumos para a produção de bens finais, oferta insuficiente, escassez e alta de preços. Principalmente na China, maior fornecedor global de bens finais e intermediários, a pandemia continuou ao longo do ano forçando novos lockdowns com a política das autoridades chinesas de Covid zero.

Além disso, tensões geopolíticas envolvendo a Rússia e a Ucrânia, que culminaram com a invasão militar por parte da Rússia em 24/02, tiveram forte impacto sobre os preços das commodities, em especial as energéticas. A Rússia é o principal fornecedor de gás para a Europa, além de importante produtora de petróleo, e passou a sofrer severas sanções econômicas por parte da Europa e EUA. O petróleo Brent saiu do patamar de US\$ 80 o barril para um pico de US\$ 128 em março, mantendo-se acima de US\$ 120 durante praticamente todo o 1º semestre. Commodities agrícolas e metálicas também foram impactadas, agravando ainda mais as pressões inflacionárias.

Os Bancos Centrais dos países desenvolvidos - FED (EUA) e BCE (Zona do Euro) passaram e endurecer o discurso, sinalizando empenho no combate à inflação e a necessidade de alta nos juros. A taxa dos FED Funds chegou a 4,50% a.a. na reunião de dezembro, ante 0,25% no início do ano. Na Europa, os juros básicos subiram depois de mais de 10 anos de estabilidade, chegando a 2,00% a.a. na reunião de dezembro, ante -0,50% no início do ano. A percepção é que teremos não só um nível de juros mais alto, mas também sua permanência nesse nível por um período mais longo. Temores de uma recessão tiveram reflexos nos preços dos ativos, em especial as ações; o S&P, principal índice de ações do mercado americano, em 2022 amargou queda de 19,4%.

No Brasil, o cenário de juros e inflação não foi diferente. No primeiro relatório Focus de 2022 os agentes de mercado previam uma inflação para o ano próxima de 5,0%, acima da meta de 3,5% e no limite da banda de tolerância de 1,5%. Em abril, essa previsão já tinha sido revista para 7,89% devido principalmente a alta dos combustíveis. O Banco Central continuou o ciclo de aperto monetário iniciado em março de 2021, quando a Selic estava em 2,00% a.a. Em janeiro de 2022 a Selic já estava em 9,25%, e em agosto a taxa alcançou 13,75% a.a., mantida até o final do ano e sem previsão de queda no curto prazo.

A alta da inflação, da Selic e o aumento da percepção de risco com o cenário político conturbado tiveram reflexo nas taxas dos títulos públicos indexados ao IPCA. Como exemplo, a NTN-B com vencimento em 2045 teve significativo aumento de taxa ao longo de 2022 - no início do ano operava a 5,45% e fechou o ano em 6,23%, com picos acima de 6,50% em dezembro. Todos os demais vencimentos tiveram comportamento similar, seguindo a curva de juros de longo prazo.

No cenário político, a despeito da vitória do candidato de esquerda na eleição presidencial, o Congresso tem maioria de centro-direita, bem como o perfil de governadores eleitos em estados importantes economicamente. O presidente eleito tem adotado um discurso de coalizão, e acreditamos que não vai repetir os mesmos erros na gestão da economia que levaram à crise de 2016. No entanto, após o resultado

da eleição o discurso adotado levou a incertezas acerca da condução da política econômica, levando a um aumento da volatilidade e revisão da previsão de importantes indicadores econômicos. O último Relatório Focus do ano, de 30/12/2022, que já incorpora as expectativas pós resultado da eleição, indica o seguinte cenário:

Para a inflação, aponta para um IPCA de 5,62% em 2022 e 5,31% em 2023. As estimativas de inflação já vinham sendo revistas para baixo desde o início do segundo semestre com a maior ação do governo sobre os preços dos combustíveis; com os juros altos e baixa expectativa de crescimento do PIB, dificilmente haverá espaço para uma inflação muito acima da meta.

Para o crescimento do PIB, aponta para +3,04% em 2022, número bastante próximo da realidade considerando que o relatório já considera dados realizados até o terceiro trimestre; importante destacar que o mercado errou feio, ao estimar no mesmo relatório Focus de 31/12/21 uma previsão de crescimento do PIB de apenas +0,36%. As previsões para os próximos anos - 2023, 2024 e 2025 - são respectivamente 0,80%, 1,50% e 1,89%, com o mercado bastante pessimista para 2023. No Projeto de Lei Orçamentário, a equipe econômica projetou um crescimento de 2,5%; o FMI, em relatório de 11/10/22 projeta 1,00%. A principal razão do pessimismo é o cenário global: China crescendo menos, energia mais cara, inflação, juros altos e dólar forte; continuam para 2023 os temores de uma recessão global, com reflexos nos países emergentes.

Com relação aos juros, o relatório aponta queda de 1,5 pp ao longo de 2023, com a Selic caindo de 13,75% para 12,25% a.a. Em que momento será iniciado o ciclo de baixa dependerá fundamentalmente do comportamento da inflação, uma vez que o Banco Central é independente, tem compromisso com meta para o IPCA e autonomia na condução da política monetária. Dado o cenário político, é factível a manutenção de um cenário de responsabilidade fiscal e inflação controlada, sendo provável o início de um ciclo de queda dos juros no segundo semestre de 2023, o que caso se confirme terá impactos positivos nas carteiras dos planos do Serpros.

Para as carteiras dos planos PSI e PSII, considerando o cenário e as taxas acima da meta atuarial mais a taxa de administração vigente, seguimos ao longo de 2022 estratégia de aproveitar a janela de oportunidade e aumentar a participação da carteira em NTN-Bs marcadas na curva. Com relação à carteira de renda variável, esta sofreu ao longo de 2022 por causa das tensões políticas do cenário pré-eleitoral e dos juros altos. Na medida em que se dissipem as tensões políticas e se confirme a expectativa de queda dos juros em 2023, a Bolsa deverá ser beneficiada, com a redução do custo de capital para as empresas, tendência de aumento dos lucros e realocação das carteiras de investimento para ativos de maior risco. Embora com retorno positivo de +4,69% em 2022, a bolsa brasileira encontra-se bastante descontada quando avaliamos o indicador P/L (Preço / Lucro). No final de 2022 esse indicador era próximo de 7, sendo que o patamar histórico é próximo de 12; ou seja, há espaço para valorização das ações considerando a expectativa de lucros das empresas.

Observados os limites de alocação da Política de Investimentos e as diretrizes estabelecidas no ALM, seguiremos monitorando a evolução das taxas de juros e dos ativos de renda variável local. As propostas de desinvestimento e de alocação devem ter o objetivo de aproveitar janelas de oportunidade caso se apresentem, considerando a estratégia seguida em 2022 e a alocação atual mais focada em títulos atrelados à inflação marcados na curva.

A seguir estão demonstrados os limites utilizados nas Políticas de Investimentos.

Limites Utilizados nas Políticas – PSI

Meta Atuarial

Planos	Meta Atuarial
Plano Serpro I - PS-I	INPC + 5,08% a.a.

Alocação por segmento

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	73,50%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	7,70%	0,00%	45,00%
Estruturados	20,00%	15,30%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	2,90%	0,00%	10,00%
Operação com Participantes	15,00%	0,60%	0,00%	15,00%

Alocação por Emissor

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	6,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	5,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	1,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	1,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	4,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
FIP	10,00%	3,00%
Outros	10,00%	0,00%

Limite de concentração por Emissor

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	25,00%	25,00%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	25,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	25,00%	15,00%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	25,00%

% do PL de Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento em Cotas de FII	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	25,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25,00%	10,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário (CRA/CRI)	25,00%	0,00%

Concentração por investimento

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25,0%

Modalidade de investimento

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Renda Fixa	100,00%	100,00%
Títulos da dívida mobiliária federal	100,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80,00%	10,00%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80,00%	7,00%
Debêntures de sociedade por ações de capital aberto	80,00%	7,00%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDC	20,00%	0,20%
Renda Variável	70,00%	45,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	30,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	15,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	10,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%
Fundos de participação (FIP)	15,00%	8,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM)	15,00%	15,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%

Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Brazilian Depository Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	10,00%
Fundos Imobiliários	20,00%	10,00%
Operações com participantes	15,00%	15,00%

Limites Utilizados nas Políticas – PSII

Meta Atuarial

Planos	Meta Atuarial
Plano Serpro II - PS-II	INPC + 5,08% a.a.

Alocação por segmento PS-II BD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	74,48%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	6,60%	0,00%	45,00%
Estruturados	20,00%	18,20%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	0,52%	0,00%	10,00%
Operação com Participantes	15,00%	0,20%	0,00%	15,00%

Alocação por segmento PS-II CD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	65,60%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	14,60%	0,00%	45,00%
Estruturados	20,00%	17,50%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	1,30%	0,00%	10,00%
Operação com Participantes	15,00%	1,00%	0,00%	15,00%

Alocação por Emissor

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PSII
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	6,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	5,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	1,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	1,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	4,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
FIP	10,00%	3,00%
Outros	10,00%	0,00%

Limite de concentração por Emissor

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PSII
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	25%	25,0%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	25%	25,0%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25,0%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	25%	15,0%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25%	25,0%
% do PL de Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento em Cotas de FII	25%	25,0%
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25%	25,0%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25%	10,0%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário (CRA/CRI)	25%	0,0%

Concentração por investimento PS-II BD e PS-II CD

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25,0%

Modalidade de investimento

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	PSII
Renda Fixa	100,00%	100,00%
Títulos da dívida mobiliária federal	100,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80,00%	10,00%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80,00%	7,00%
Debêntures de sociedade por ações de capital aberto	80,00%	7,00%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDC	20,00%	0,20%
Renda Variável	70,00%	45,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	30,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	15,00%
Brazilian Depository Receipts (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	10,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%
Fundos de participação (FIP)	15,00%	8,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM)	15,00%	15,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Brazilian Depository Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	10,00%
Fundos Imobiliários	20,00%	10,00%
Operações com participantes	15,00%	15,00%

Limites Utilizados nas Políticas - PGA

Meta retorno

Planos	Índice de Referência
Plano de Gestão Administrativa - PGA	INPC + 5,40% a.a.

Alocação por segmento

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	89,00%	75,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	1,90%	0,00%	5,00%
Estruturados	20,00%	9,10%	0,00%	15,00%
Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	5,00%

Alocação por Emissor

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	6,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	0,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	1,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
Outros	10,00%	0,00%

Limite de concentração por Emissor

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	25,00%	25,00%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	25,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	25,00%	15,00%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento em Cotas de FII	25,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	25,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25,00%	10,00%

% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário (CRA/CRI)	25,00%	0,00%
--	--------	-------

Concentração por investimento

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	0,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	0,0%

Modalidade de investimento

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Renda Fixa	100,00%	100,00%
Títulos da dívida mobiliária federal	100,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80,00%	10,00%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80,00%	10,00%
Debêntures de sociedade por ações de capital aberto	80,00%	10,00%
Renda Variável	70,00%	5,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	5,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	5,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	5,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM)	15,00%	15,00%
Investimentos no exterior	10,00%	5,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	5,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	5,00%

Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	5,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	5,00%

6.2. Governança dos investimentos

Ciente de sua responsabilidade perante a sociedade e o mercado de capitais, o Serpros acredita que a adoção de boas práticas de governança de investimento colabora para a longevidade e a sustentabilidade da carteira de investimento do Serpros. O exercício de direito de voto é uma ferramenta essencial desse processo e permite que a Entidade se posicione sobre uma variedade de questões relevantes para a estratégia e o melhor desempenho dos investimentos.

O Serpros impacta diretamente sua performance enquanto investidor institucional e, conseqüentemente, o retorno financeiro necessário para o cumprimento de seu dever fiduciário, ou seja, o pagamento de benefícios a seus associados.

O Serpros cumpre seu dever de diligência em conformidade com seus normativos internos e em consonância com a legislação vigente em linha com as melhores práticas governança de investimentos do mercado, realizando o acompanhamento contínuo da carteira de investimentos da Fundação, desde o aporte até o vencimento e/ou desinvestimento de cada ativo/fundo, tais como: (i) acompanhamento da performance do ativo/fundo; (ii) participação das assembleias; (iii) monitoramento do enquadramento da carteira de investimento; (iv) monitoramento do risco; (v) acompanhamento de fatos relevantes e notícias na mídia, envolvendo o fundo/ativos, prestadores de serviços e executivos; (v) acompanhamento dos relatórios elaborados periodicamente pelos prestadores de serviços contratados (gestores, administradores, auditores independentes, empresas de avaliação especializadas, entre outros); (vi) realiza diligência de prospecção e anual; (vii) avaliação trimestral (resultado) e semestral (governança de investimento) dos prestadores de serviços (gestores, administradores, agente fiduciário e escritórios jurídicos) envolvidos no ativo/fundo; e (viii) acompanhamento das despesas de operacionalização dos fundos; (iv) elaboração de relatório mensais para prestação de contas.

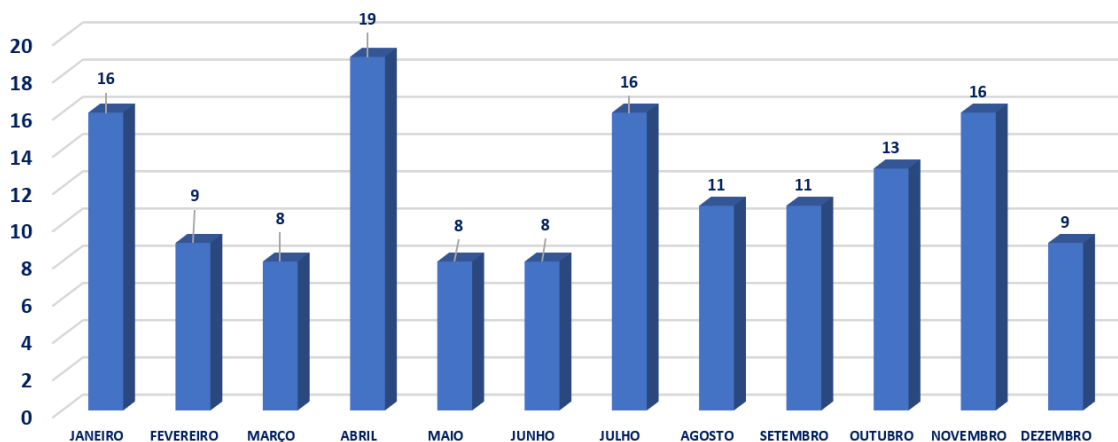
Em relação à participação do Serpros em assembleias e reuniões de investimento, é importante destacar que todas as matérias relativas aos ativos/fundos são analisadas criteriosamente e são discutidas no Comitê de Aplicação (CAP), onde são solicitados pareceres técnicos da Gerência de Governança de Investimento (Gegoi); Gerência Jurídica (Gejur), da Gerência de Investimentos (Gerin), da Gerência de Riscos (Gecor) e do Comitê de Risco (COR), quando necessário, visando o assessoramento da deliberação da Diretoria Executiva (DE), sempre na busca da defesa dos melhores interesses para os participantes dos planos administrados. Todo processo decisório dos investimentos é composto pelas análises das áreas técnicas, pareceres, relatórios dos gestores e prestadores de serviços contratados e é devidamente registrado e arquivado, permitindo segurança e transparência nas deliberações de investimentos.

Participação em Assembleias e Reuniões de investimentos

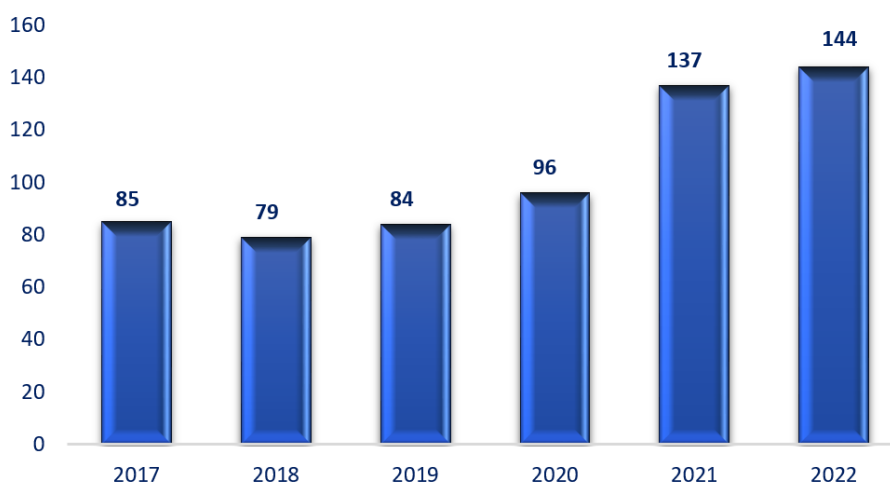
O quadro a seguir apresenta a quantidade de reuniões e/ou assembleias que foram realizadas no período de 2022, como se pode observar, até o mês de dezembro de 2022 foram realizadas um total de 144 reuniões/assembleias dos ativos/fundos da carteira dos Planos de Benefícios.

ATIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CCI S&G (STIEBLER)				1			1						2
CE. SÃO LUIZ				1					1				2
CE. VARIG				1			1				1		3
COND. TRANSATLÂNTICO						1				1	1	2	5
DEBÊNTURE BINGEN							1	1		1			3
DEBÊNTURE GSP					1		1				1		3
DEBÊNTURE INEPAR	1						1				1		3
DEBÊNTURE SIFCO S.A	1												1
DEBÊNTURE TIETÊ	2	4	6	8	4	4	8	4	8	4	10	4	66
FIA KENOBI	1									1			2
FIA MEARAS				1									1
FIA GERIBÁ										1			1
CONSTANCIA FIA	1	1											2
ICATU FIA	1												1
OCCAM FIC FIA	1												1
NEO NAVITAS FIC FIA				1									1
NEO PROVECTUS I FIC FIM											1		1
PATRIA PIPE FIC FIA	1												1
VINCI MOSAICO FIC FIA				1									1
ABSOLUT FICFIM		1											1
ADAM MACRO STRATEGY II D60 FIC.								1					1
IBIUNA HEDGE STH FICFIM	1												1
IBIUNA HEDGE FICFIM											1		1
IBIUNA LONG E SHORT FICFIM		1								1			2
FIDC MASTER III								1					1
GAUS ADVISORY FICFIM												2	2
GAVEA MACRO FICFIM				1				1					2
GAVEA MACRO PLUS II												1	1
GUEPARDO					1								1
BOTAFOGO FIM	1												1
FIM CREDIT		1			1								2
FIM CP HUNGRIA	1						1						2
FIM PGA	1							1					2
STARK II FIM				1									1
STARK FII	1				1								2
FIP ETB			1			2		2					5
FIP FP2				1			1		1				3
FIP GERAÇÃO DE ENERGIA			1							2			3
FIP INFRA SETORIAL	1									1			2
FIP LA SHOPPING	1			1		1				1			4
FIP LSH		1		1			1		1				4
TOTAL	16	9	8	19	8	8	16	11	11	13	16	9	144

ASSEMBLEIAS POR MÊS - 2022



TOTAL DE ASSEMBLEIAS POR ANO



Princípios de Investimento Responsável – PRI

O ESG é uma sigla em inglês que significa Environmental, Social and Governance, o qual pode ser traduzido como ASG correspondendo às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização e estão relacionados às ações de sustentabilidade. As empresas que observam estes quesitos têm maior probabilidade de permanecerem produtivas no longo prazo, além de estarem menos expostas a passivos jurídicos, advindos de ações ambientais, trabalhistas e sociais, e riscos de imagem da instituição.

O Serpros no ano de 2021, se tornou signatário do PRI – Principles for Responsible Investment, o qual é um programa ou iniciativa de investidores ao redor do mundo em parceria com a UNEP Finance Initiative e a UN Global Compact. Destacamos que os Princípios de Investimentos Responsáveis são em geral classificados com os aspectos do “ASG” uma vez que estes são pioneiros no estudo e implementação nos princípios de investimento responsável, e são o ente de maior reconhecimento nesse sentido.

Sendo signatário do PRI e como Investidor Institucional, o Serpros busca investimentos que, além de retornos financeiros, também contribuam com externalidades positivas para a sociedade, neste sentido: (i) iniciamos

a implementação de novas práticas e métricas de avaliação ASG com relação aos ativos/fundos investidos; (ii) participamos de consultas formais do PRI e reuniões sobre novas iniciativas e projetos; (iii) realizamos diligência com os gestores dos fundos terceirizados para mapeamento dos processos relacionados ao ASG da gestora; (iv) no processo de prospecção do Serpros, foram implementadas novas práticas e métricas de avaliação incluindo o tema ASG; e (v) foram realizadas reuniões com empresas especializadas no setor de ASG para contratação de prestador de serviço de assessoramento para analisar nossas práticas e políticas para elaboração de diagnóstico visando alteração do corpo normativo e da cultura da Fundação e de seus colaboradores.

As ações tomadas pelo Serpros nesse tema significam que a entidade se comprometeu a seguir os seis princípios do PRI, que são: “Incorporar os temas ASG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão; Ser proativo e incorporar os temas ASG às políticas e práticas da propriedade de seleção de ativos; Buscar sempre fazer com quem as entidades nas quais se investe divulguem suas ações relacionadas aos temas ASG; Promover a implementação dos Princípios dentro do setor de investimento; Ampliar a eficácia na implementação dos Princípios; Divulgar relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos princípios”;

No ano de 2022 foi elaborado e aprovado o Manual ASG do Serpros com o objetivo de reafirmar e guiar o compromisso do Serpros com o desenvolvimento sustentável, estabelecendo as diretrizes para o mapeamento junto a emissoras/gestores nos aspectos sociais, ambientais, de direitos humanos e de governança, os quais estão contemplados nas práticas ASG de seus negócios, bem como, acompanhar a evolução com diligências anuais onde ficam registrados os temas considerados como relevantes sob a ótica ASG: (i) Uso de Recursos Naturais; (ii) Emissão de Carbono; (iii) Eficiência Energética; (iv) Poluição; (v) tecnologia Limpa; (vi) Direitos Humanos; (vii) Privacidade e Segurança de Dados; (viii) Treinamentos e Aprimoramentos dos Colaboradores; (ix) Política de Inclusão e Diversidade; (x) Políticas e Relações de Trabalho; (xi) Independência do Conselho; (xii) Diversidade na Composição do Conselho; (xiii) Remunerações; (xiv) Ética; (xv) Transparência.

Importante destacar que o referido Manual ASG incluiu nas práticas do Serpros a verificação de fatores ASG, tanto no processo de prospecção quanto no acompanhamento e monitoramento dos ativos/fundos da carteira de investimento dos Planos de Benefícios, de forma cíclica em conjunto com due diligence, por meio de questionário de informações ASG a ser preenchido pelo gestor ou emissor do ativo, conforme o caso. Quando da prospecção será atribuída pontuação específica que compõe parte da avaliação de oportunidade e viabilidade do investimento, em outros termos, o Serpros leva em consideração os princípios ASG em seus investimentos confirmando seu compromisso com o futuro de seus participantes, dependentes, bem como com as gerações futuras.

Sendo assim, na gestão terceirizada dos recursos, buscamos cada vez mais escolher gestores com iniciativas de ASG incorporadas no seu processo de investimentos, principalmente para os de fundos de ações. No processo interno de seleção, avaliação e habilitação dos gestores, a adoção de práticas ASG configura um diferencial da instituição em relação aos concorrentes.

O Serpros aderiu ao Código de Autorregulação em Governança de Investimento e Cooperativa, da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), evidenciando nosso compromisso com as melhores práticas e o aperfeiçoamento contínuo da governança.

Devido a busca contínua do Serpros em seus processos foi contratada a empresa Appana Território de Aprendizagem Ltda. para revisão dos critérios analisados junto a gestores e emissores de ativo que fazem ou possam fazer parte da carteira de investimento dos planos, bem como revisão do Manual ASG e elaboração de Políticas ASG para processo de investimento. Em segundo momento será dada continuidade na contratação da referida empresa especializada para realizar melhorias que precisam ser implementadas para seguirmos

com as melhores práticas em relação aos aspectos ASG de toda a Fundação e workshops para implementar essa nova cultura no ambiente de seus colaboradores.

O compromisso com esses princípios é uma jornada que envolve aprimoramento contínuo, que assumimos como parte da responsabilidade com os nossos participantes e as próximas gerações em geral, contribuindo para um ambiente mais sustentável nas três esferas: ambiental, social e governança corporativa.

6.3. Resultado dos Investimentos

No encerramento de 2022, os recursos garantidores encontravam-se enquadrados perante a legislação vigente e as Políticas de Investimento.

Programa de Investimentos	PS-I		PS-II BD		PS-II CD		PGA	
	Financeiro	%	Financeiro	%	Financeiro	%	Financeiro	%
Renda Fixa	R\$ 2.015.694.688,09	78,48%	R\$ 1.586.439.553,08	77,27%	R\$ 1.920.940.773,48	75,49%	R\$ 69.124.478,66	88,28%
Carteira Própria	R\$ 2.015.673.181,02	78,48%	R\$ 1.586.439.553,08	77,27%	R\$ 1.920.919.120,34	75,49%	R\$ 69.124.478,66	88,28%
Carteira Terceirizada	R\$ 21.507,07	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 21.653,14	0,00%	R\$ -	0,00%
Renda Variável	R\$ 262.463.720,44	10,22%	R\$ 215.190.423,61	10,48%	R\$ 321.163.788,31	12,62%	R\$ 1.553.918,82	1,98%
Estruturados	R\$ 197.582.989,27	7,69%	R\$ 240.163.695,02	11,70%	R\$ 246.979.837,19	9,71%	R\$ 7.621.907,75	9,73%
FIPs	R\$ 23.089.422,10	0,90%	R\$ 98.470.419,78	4,80%	R\$ 84.211.022,25	3,31%	R\$ -	0,00%
FIMs Abertos	R\$ 174.493.567,17	6,79%	R\$ 141.693.275,24	6,90%	R\$ 162.768.814,94	6,40%	R\$ 7.621.907,75	9,73%
Operações com Participantes - Empréstimos	R\$ 17.830.741,13	0,69%	R\$ 4.588.152,37	0,22%	R\$ 28.739.057,60	1,13%	R\$ -	0,00%
Imóveis	R\$ 74.883.070,21	2,92%	R\$ 6.662.534,80	0,32%	R\$ 26.923.942,00	1,06%	R\$ -	0,00%
FII	R\$ 17.201.947,01	0,67%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
Carteira	R\$ 57.681.123,20	2,25%	R\$ 6.662.534,80	0,32%	R\$ 26.923.942,00	1,06%	R\$ -	0,00%
Total dos Investimentos	R\$ 2.568.455.209,14	100,00%	R\$ 2.053.044.358,88	100,00%	R\$ 2.544.747.398,58	100,00%	R\$ 78.300.305,23	100,00%

Programa de Investimentos	TOTAL		% 12 meses
	Financeiro	%	
Renda Fixa	R\$ 5.592.199.493,31	77,19%	11,15%
Carteira Própria	R\$ 5.592.156.333,10	77,19%	11,15%
Carteira Terceirizada	R\$ 43.160,21	0,00%	-75,64%
Renda Variável	R\$ 800.371.851,18	11,05%	-2,91%
Estruturados	R\$ 692.348.429,23	9,56%	8,05%
FIPs	R\$ 205.770.864,13	2,84%	-10,05%
FIMs Abertos	R\$ 486.577.565,10	6,72%	17,13%
Operações com Participantes - Empréstimos	R\$ 51.157.951,10	0,71%	0,03%
Imóveis	R\$ 108.469.547,01	1,50%	-1,25%
FII	R\$ 17.201.947,01	0,24%	-8,18%
Carteira	R\$ 91.267.600,00	1,26%	1,02%
Total dos Investimentos	R\$ 7.244.547.271,83	100,00%	9,03%

	PS-I		PS-II BD		PS-II CD		PS-II		PGA		TOTAL	
	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO
CARTEIRA PRÓPRIA	2.568.455.203,70	100,00%	.053.044.358,88	100,00%	2.544.747.398,58	100,00%	4.597.791.757,46	100,00%	78.300.305,23	100,00%	7.244.547.266,39	100,00%
Renda Fixa - Carteira Própria	.015.673.175,58	78,48%	1.586.439.553,08	77,27%	1.920.919.120,34	75,49%	3.507.358.673,42	76,28%	69.124.478,66	88,28%	5.592.156.327,66	77,19%
FIM STARK II	.013.832.202,11	78,41%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2.013.832.202,11	27,80%
FIM CREDIT CP	-	0,00%	.582.367.096,58	77,07%	1.919.189.970,35	75,42%	3.501.557.066,93	76,16%	-	0,00%	3.501.557.066,93	48,33%
FIM BOTAFOGO	1.840.973,47	0,07%	4.072.456,50	0,20%	1.729.149,99	0,07%	5.801.606,49	0,13%	-	0,00%	7.642.579,96	0,11%
FIM PGA SERPROS CP	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	69.124.478,66	88,28%	69.124.478,66	0,95%
Renda Variável	262.463.720,44	10,22%	215.190.423,61	10,48%	321.163.788,31	12,62%	536.354.211,92	11,67%	1.553.918,82	1,98%	800.371.851,18	11,05%
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	10.556.705,40	0,41%	8.183.956,86	0,40%	11.421.353,16	0,45%	19.605.310,02	0,43%	-	0,00%	30.162.015,42	0,42%
GUEPA INST FIC FIA	24.186.805,09	0,94%	31.065.340,73	1,51%	41.918.195,48	1,65%	72.983.536,21	1,59%	-	0,00%	97.170.341,30	1,34%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	13.168.531,41	0,51%	10.236.177,55	0,50%	14.219.666,51	0,56%	24.455.844,06	0,53%	-	0,00%	37.624.375,47	0,52%
OCCAM FIC FIA	32.163.403,77	1,25%	27.596.664,20	1,34%	24.722.501,96	0,97%	52.319.166,16	1,14%	-	0,00%	84.482.569,93	1,17%
VINCI MOSAICO FIA	25.425.978,63	0,99%	21.767.518,45	1,06%	19.592.096,66	0,77%	41.359.615,11	0,90%	-	0,00%	66.785.593,74	0,92%
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	31.591.724,76	1,23%	24.557.570,17	1,20%	34.112.775,82	1,34%	58.670.345,99	1,28%	865.057,63	1,10%	91.127.128,38	1,26%
NEO NAVITAS FIC FIA	24.092.685,67	0,94%	29.512.078,15	1,44%	35.897.316,53	1,41%	65.409.394,68	1,42%	688.861,19	0,88%	90.190.941,54	1,24%
AZ QUEST SMALL MID CAPS INST FIC FIA	27.564.713,40	1,07%	21.389.796,73	1,04%	29.801.813,87	1,17%	51.191.610,60	1,11%	-	0,00%	78.756.324,00	1,09%
FIA KENOBI	24.085.602,19	0,94%	13.891.138,84	0,68%	37.242.710,65	1,46%	51.133.849,49	1,11%	-	0,00%	75.219.451,68	1,04%
FIA MEARAS	25.624.052,04	1,00%	13.292.367,12	0,65%	35.060.601,60	1,38%	48.352.968,72	1,05%	-	0,00%	73.977.020,76	1,02%
FIA GERIBA	24.003.518,08	0,93%	13.697.814,81	0,67%	37.174.756,07	1,46%	50.872.570,88	1,11%	-	0,00%	74.876.088,96	1,03%
Renda Fixa - Carteira Terceirizada	21.507,07	0,00%	-	0,00%	21.653,14	0,00%	21.653,14	0,00%	-	0,00%	43.160,21	0,00%
FIDC BVA MASTER III	21.507,07	0,00%	-	0,00%	21.653,14	0,00%	21.653,14	0,00%	-	0,00%	43.160,21	0,00%
Estruturados - FIPs	23.089.422,10	0,90%	98.470.419,78	4,80%	84.211.022,25	3,31%	182.681.442,03	3,97%	-	0,00%	205.770.864,13	2,84%
FIP ATICO ENERGIA	-305.436,42	-0,01%	-486.232,57	-0,02%	-127.758,80	-0,01%	-613.991,37	-0,01%	-	0,00%	-919.427,79	-0,01%
FIP ATICO FLORESTAL	4.418.276,40	0,17%	7.345.317,73	0,36%	11.345.089,54	0,45%	18.690.407,27	0,41%	-	0,00%	23.108.683,67	0,32%
FIP ETB	154.279,74	0,01%	696.435,80	0,03%	244.241,20	0,01%	940.677,00	0,02%	-	0,00%	1.094.956,74	0,02%
FIP INFRA SANEAMENTO	-	0,00%	49.256.142,11	2,40%	38.166.847,99	1,50%	87.422.990,10	1,90%	-	0,00%	87.422.990,10	1,21%
FIP LSH	-	0,00%	13.038.974,31	0,64%	9.801.865,97	0,39%	22.840.840,28	0,50%	-	0,00%	22.840.840,28	0,32%
FIP LA SHOPPING CENTERS	5.057.499,33	0,20%	3.992.757,73	0,19%	12.970.291,36	0,51%	16.963.049,09	0,37%	-	0,00%	22.020.548,42	0,30%
FP2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	13.764.803,05	0,54%	24.627.024,67	1,20%	11.810.444,99	0,46%	36.437.469,66	0,79%	-	0,00%	50.202.272,71	0,69%
Estruturados - Multimercados	174.493.567,17	6,79%	141.693.275,24	6,90%	162.768.814,94	6,40%	304.462.090,18	6,62%	7.621.907,75	9,73%	486.577.565,10	6,72%
GAVEA MACRO FIC FIM	26.491.660,53	1,03%	11.310.814,96	0,55%	26.018.343,06	1,02%	37.329.158,02	0,81%	2.408.332,78	3,08%	66.229.151,33	0,91%
GAVEA M P II FICFIM	19.819.481,45	0,77%	10.342.536,99	0,50%	19.386.685,18	0,76%	29.729.222,17	0,65%	-	0,00%	49.548.703,62	0,68%
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	25.038.265,98	0,97%	21.157.368,78	1,03%	18.969.253,90	0,75%	40.126.622,68	0,87%	-	0,00%	65.164.888,66	0,90%
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	3.152.821,98	4,03%	3.152.821,98	0,04%
GAUSS ADV FIC FIM	28.850.541,82	1,12%	26.884.541,81	1,31%	24.634.282,87	0,97%	51.518.824,68	1,12%	2.060.752,99	2,63%	82.430.119,49	1,14%
NEO PROVECTUS I FIC FIM	23.689.898,96	0,92%	18.543.384,64	0,90%	16.991.463,80	0,67%	35.534.848,44	0,77%	-	0,00%	59.224.747,40	0,82%
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	50.603.718,43	1,97%	53.454.628,06	2,60%	56.768.786,13	2,23%	110.223.414,19	2,40%	-	0,00%	160.827.132,62	2,22%
Operações com Participantes - Empréstimos	17.830.741,13	0,69%	4.588.152,37	0,22%	28.739.057,60	1,13%	33.327.209,97	0,72%	-	0,00%	51.157.951,10	0,71%
IMÓVEIS	74.883.070,21	2,92%	6.662.534,80	0,32%	26.923.942,00	1,06%	33.586.476,80	0,73%	-	0,00%	108.469.547,01	1,50%
FII	17.201.947,01	0,67%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	17.201.947,01	0,24%
Carteira	57.681.123,20	2,25%	6.662.534,80	0,32%	26.923.942,00	1,06%	33.586.476,80	0,73%	-	0,00%	91.267.600,00	1,26%

Alocação	PS-I			PS-II BD			PS-II CD			PS-II Consolidado			PGA			TOTAL		
	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido
30/12/22																		
Total de RF	2.195.262.305,63	-180.052.395,30	2.015.209.910,33	1.931.678.274,92	-350.039.277,36	1.581.638.997,57	2.097.488.733,94	-181.591.966,57	1.915.896.767,37	4.029.167.008,86	-531.631.243,92	3.497.535.764,94	69.125.690,09	-	69.125.690,09	6.293.555.004,59	-711.883.639,22	5.581.671.365,36
Títulos Públicos	2.014.146.061,97	-	2.014.146.061,97	1.572.152.636,51	-	1.572.152.636,51	1.904.505.669,46	-	1.904.505.669,46	3.476.658.305,98	-	3.476.658.305,98	69.125.690,09	-	69.125.690,09	5.559.930.058,04	-	5.559.930.058,04
Títulos Privados	181.116.243,66	-180.052.395,30	1.063.848,36	359.525.638,41	-350.039.277,36	9.486.361,05	192.983.064,48	-181.591.966,57	11.391.097,91	552.508.702,89	-531.631.243,92	20.877.458,96	-	-	-	733.624.946,55	-711.883.639,22	21.941.307,32

Alocação	PS-I			PS-II BD			PS-II CD			PS-II Consolidado			PGA			TOTAL		
	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido
30/12/22																		
Títulos Públicos	2.014.146.061,97	-	2.014.146.061,97	1.572.152.636,51	-	1.572.152.636,51	1.904.505.669,46	-	1.904.505.669,46	3.476.658.305,98	-	3.476.658.305,98	69.125.690,09	-	69.125.690,09	5.559.930.058,04	-	5.559.930.058,04
NTN-C (IGP-M)	503.868.554,07	-	503.868.554,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	503.868.554,07	-	503.868.554,07
NTN-B (IPCA)	1.432.721.809,16	-	1.432.721.809,16	1.475.646.219,25	-	1.475.646.219,25	1.789.752.472,66	-	1.789.752.472,66	3.265.398.691,91	-	3.265.398.691,91	34.253.319,60	-	34.253.319,60	4.732.373.820,67	-	4.732.373.820,67
LFT	13.894.693,64	-	13.894.693,64	58.182.099,54	-	58.182.099,54	70.566.749,10	-	70.566.749,10	128.748.848,64	-	128.748.848,64	-	-	-	142.633.542,28	-	142.633.542,28
Compromissada	63.671.005,10	-	63.671.005,10	38.324.317,73	-	38.324.317,73	44.186.447,70	-	44.186.447,70	82.510.765,43	-	82.510.765,43	34.872.370,49	-	34.872.370,49	181.054.141,02	-	181.054.141,02

Alocação	PS-I			PS-II BD			PS-II CD			PS-II Consolidado			PGA			TOTAL		
	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido
Titulos Privados	181.116.243,66	-180.052.355,30	1.063.888,36	359.525.638,41	-350.039.277,36	9.486.361,05	192.983.064,48	-181.591.966,57	11.391.097,91	552.508.702,89	-531.631.243,92	20.877.458,96	-	-	-	733.624.946,55	-711.683.635,22	21.941.307,32
Debêntures	124.109.384,17	-124.109.384,17	-	272.341.929,46	-263.562.125,46	8.779.804,00	142.404.843,72	-131.892.353,84	10.512.489,88	414.746.773,18	-395.454.479,29	19.292.293,88	-	-	-	538.856.157,35	-519.563.863,46	19.292.293,88
INEPAR	10.321.165,24	-10.321.165,24	-	44.822.481,75	-44.822.481,75	-	19.031.460,22	-19.031.460,22	-	63.853.941,96	-63.853.941,96	-	-	-	-	74.175.107,20	-74.175.107,20	-
BINGEN	8.690.806,75	-8.690.806,75	-	2.618.272,65	-2.618.272,65	-	2.175.598,52	-2.175.598,52	-	5.793.871,17	-5.793.871,17	-	-	-	-	14.484.677,92	-14.484.677,92	-
SIFCO	14.383.997,94	-14.383.997,94	-	31.819.147,16	-31.819.147,16	-	13.510.292,37	-13.510.292,37	-	45.329.439,54	-45.329.439,54	-	-	-	-	59.713.437,48	-59.713.437,48	-
BRAZPEXIS	17.430.240,00	-17.430.240,00	-	38.557.803,90	-38.557.803,90	-	16.371.501,14	-16.371.501,14	-	54.929.305,04	-54.929.305,04	-	-	-	-	72.359.545,04	-72.359.545,04	-
BRAZAL - BFG	27.668.266,11	-27.668.266,11	-	61.205.558,77	-61.205.558,77	-	25.987.654,22	-25.987.654,22	-	87.193.212,98	-87.193.212,98	-	-	-	-	114.861.479,09	-114.861.479,09	-
YNICE	9.407.922,38	-9.407.922,38	-	20.811.464,79	-20.811.464,79	-	8.836.471,09	-8.836.471,09	-	29.647.935,88	-29.647.935,88	-	-	-	-	39.055.858,26	-39.055.858,26	-
BRAZIL SOLAR	18.530.934,84	-18.530.934,84	-	40.992.674,31	-40.992.674,31	-	17.405.338,12	-17.405.338,12	-	58.398.012,44	-58.398.012,44	-	-	-	-	76.928.947,28	-76.928.947,28	-
GSP_PROD	-	-	-	8.779.804,00	-	8.779.804,00	10.512.489,88	-	10.512.489,88	19.292.293,88	-	19.292.293,88	-	-	-	19.292.293,88	-	19.292.293,88
RD TIETE	17.676.050,91	-17.676.050,91	-	22.734.722,13	-22.734.722,13	-	27.574.038,16	-27.574.038,16	-	50.308.760,29	-50.308.760,29	-	-	-	-	67.984.811,20	-67.984.811,20	-
CCI	31.647.625,66	-31.647.625,66	-	70.008.384,79	-70.008.384,79	-	29.725.301,63	-29.725.301,63	-	99.733.686,42	-99.733.686,42	-	-	-	-	131.381.312,08	-131.381.312,08	-
S&G Empreendimentos	7.104.710,91	-7.104.710,91	-	15.716.481,82	-15.716.481,82	-	6.673.160,14	-6.673.160,14	-	22.389.641,95	-22.389.641,95	-	-	-	-	29.494.352,86	-29.494.352,86	-
CTESO	24.542.914,75	-24.542.914,75	-	54.291.902,97	-54.291.902,97	-	23.052.141,50	-23.052.141,50	-	77.344.044,47	-77.344.044,47	-	-	-	-	101.886.959,22	-101.886.959,22	-
FIDC	21.507,07	-	21.507,07	-	-	-	21.653,14	-	21.653,14	21.653,14	-	21.653,14	-	-	-	43.160,21	-	43.160,21
FIDC BVA MASTER III	21.507,07	-	21.507,07	-	-	-	21.653,14	-	21.653,14	21.653,14	-	21.653,14	-	-	-	43.160,21	-	43.160,21
Letras Financeiras	24.295.385,47	-24.295.385,47	-	16.468.767,11	-16.468.767,11	-	19.974.311,10	-19.974.311,10	-	36.443.078,21	-36.443.078,21	-	-	-	-	60.738.463,68	-60.738.463,68	-
Banco BVA	24.295.385,47	-24.295.385,47	-	16.468.767,11	-16.468.767,11	-	19.974.311,10	-19.974.311,10	-	36.443.078,21	-36.443.078,21	-	-	-	-	60.738.463,68	-60.738.463,68	-
Hungria	1.042.341,29	-	1.042.341,29	706.557,05	-	706.557,05	856.954,89	-	856.954,89	1.563.511,94	-	1.563.511,94	-	-	-	2.605.853,23	-	2.605.853,23

Performance Global das Carteiras de Investimentos do Serpros	2021	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	2022
SERPROS	6,70%	1,43%	0,78%	2,33%	0,23%	1,10%	-0,67%	0,77%	1,34%	0,47%	1,61%	-0,45%	-0,22%	9,03%
PS-I	8,31%	1,68%	0,97%	2,25%	0,45%	1,08%	-0,50%	0,78%	1,07%	0,35%	1,20%	-0,53%	-0,17%	8,93%
PS-II	5,85%	1,30%	0,67%	2,38%	0,08%	1,11%	-0,79%	0,77%	1,50%	0,53%	1,86%	-0,42%	-0,26%	9,05%
PS-II BD	6,98%	1,21%	0,68%	2,34%	0,21%	1,13%	-0,63%	0,68%	1,46%	0,53%	1,80%	-0,30%	-0,62%	8,78%
PS-II CD	4,91%	1,38%	0,66%	2,42%	-0,03%	1,10%	-0,93%	0,85%	1,54%	0,53%	1,91%	-0,51%	0,04%	9,26%
PGA	2,59%	0,25%	0,57%	2,25%	0,94%	0,97%	0,35%	0,25%	1,23%	1,15%	1,20%	0,19%	0,52%	10,30%
META ATUARIAL PS-I	16,73%	1,15%	1,09%	1,42%	2,13%	1,46%	0,87%	1,04%	-0,19%	0,10%	0,09%	0,89%	0,80%	11,37%
META ATUARIAL PS-II	16,77%	1,15%	1,09%	1,42%	2,13%	1,46%	0,87%	1,04%	-0,19%	0,10%	0,09%	0,89%	0,80%	11,37%
Índice Referencial - PGA	14,32%	0,98%	0,92%	1,25%	1,96%	1,29%	0,70%	0,87%	-0,35%	-0,06%	-0,07%	0,72%	0,63%	9,19%
CDI	4,40%	0,73%	0,76%	0,92%	0,83%	1,03%	1,01%	1,03%	1,17%	1,07%	1,02%	1,02%	1,12%	12,38%
IBOVESPA	-15,04%	6,98%	0,89%	6,06%	-10,10%	3,22%	-11,50%	4,69%	6,16%	0,47%	5,45%	-3,06%	-2,45%	4,68%

Performance Global das Carteiras de Investimentos do Serpros	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	2022
SERPROS	1,43%	0,78%	2,33%	0,23%	1,10%	-0,67%	0,77%	1,34%	0,47%	1,61%	-0,45%	-0,22%	9,03%
PS-I	1,68%	0,97%	2,25%	0,45%	1,08%	-0,50%	0,78%	1,07%	0,35%	1,20%	-0,53%	-0,17%	8,93%
PS-II	1,30%	0,67%	2,38%	0,08%	1,11%	-0,79%	0,77%	1,50%	0,53%	1,86%	-0,42%	-0,26%	9,05%
PS-II BD	1,21%	0,68%	2,34%	0,21%	1,13%	-0,63%	0,68%	1,46%	0,53%	1,80%	-0,30%	-0,62%	8,78%
PS-II CD	1,38%	0,66%	2,42%	-0,03%	1,10%	-0,93%	0,85%	1,54%	0,53%	1,91%	-0,51%	0,04%	9,26%
PGA	0,98%	0,92%	1,25%	1,96%	1,29%	0,70%	0,87%	-0,35%	-0,06%	-0,07%	0,72%	0,63%	9,19%

Rentabilidade por Segmentos	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	2022
RENDA FIXA	0,82%	1,12%	2,03%	1,66%	1,24%	0,71%	0,23%	0,37%	0,41%	0,68%	0,64%	0,72%	11,15%
FIM BOTAFOGO	0,24%	0,32%	-0,54%	-6,45%	0,41%	0,43%	0,50%	63,52%	0,57%	-1,09%	0,45%	67,98%	160,22%
FIM CREDIT	0,58%	1,00%	2,06%	1,63%	1,27%	0,70%	0,18%	0,37%	0,50%	0,86%	0,79%	0,72%	11,17%
FIM STARK II	0,08%	0,57%	2,02%	0,96%	1,06%	0,55%	0,13%	1,08%	1,07%	1,02%	0,42%	0,69%	10,06%
FIM PGA	1,21%	1,31%	1,97%	1,71%	1,21%	0,73%	0,31%	0,24%	0,27%	0,39%	0,40%	0,57%	10,79%
FIDC MASTER III	2,07%	1,96%	-3,46%	-14,18%	-75,89%	-1,95%	3,45%	6,12%	2,20%	8,22%	-6,52%	5,31%	-75,64%
ESTRUTURADOS	1,22%	0,79%	2,04%	0,79%	0,35%	0,07%	0,63%	2,58%	1,15%	2,27%	0,22%	-4,18%	8,05%
Fundos de Investimentos em Participações	0,02%	0,10%	-0,06%	-1,51%	-0,03%	-0,04%	0,08%	2,21%	-0,02%	3,15%	-0,03%	-13,39%	-10,05%
FIP ATICO ENERGIA	-0,32%	-0,36%	-0,32%	-134,58%	-1,01%	-0,91%	-0,90%	-0,26%	-0,90%	-0,65%	-0,65%	-0,81%	-132,20%
FIP ATICO FLORESTAL	-0,04%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,02%	-0,03%	-0,03%	-0,04%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,38%
FIP ETB	10,40%	-1,25%	-2,30%	-1,54%	-1,42%	-1,48%	-1,72%	10,84%	-1,60%	-1,36%	-1,99%	-1,53%	3,92%
FIP LA SHOPPING CENTERS	-0,18%	2,65%	-0,08%	-0,17%	-0,06%	-0,26%	2,58%	-0,24%	0,02%	0,01%	-0,14%	97,89%	106,10%
FIP INFRA SANEAMENTO	-0,02%	-0,02%	-0,02%	-0,01%	-0,02%	-0,01%	-0,02%	6,53%	0,00%	9,13%	-0,01%	-0,01%	16,10%
FIP LSH	-0,05%	-0,05%	-0,28%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,24%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,07%	-1,08%
FP2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	-0,01%	0,00%	-0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,01%	0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-45,93%	-45,96%
FIMs Abertos	1,75%	1,08%	2,93%	1,73%	0,51%	0,09%	0,88%	2,75%	1,67%	1,83%	0,35%	0,41%	17,13%
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC FIM	0,86%	0,91%	0,80%	0,36%	0,14%	-0,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,42%
ADAM MACRO STRATEGY II DGO FIC FIM	1,48%	0,56%	1,86%	-7,00%	0,30%	-1,10%	2,22%	1,61%	-0,46%	0,53%	0,00%	0,00%	-0,33%
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	1,26%	2,05%	5,31%	3,53%	1,23%	-0,33%	-2,06%	3,70%	2,48%	1,97%	-0,59%	-0,39%	19,48%
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	6,37%	0,96%	-0,52%	3,51%	-0,74%	0,43%	3,37%	6,59%	2,31%	1,83%	2,22%	4,12%	34,69%
IBIUNA HEDGE FIC FIM	1,02%	1,60%	3,78%	2,51%	1,10%	0,07%	-1,11%	2,84%	1,97%	1,65%	-0,12%	0,08%	16,40%
GAVEA MACRO FIC FIM	2,55%	0,70%	2,06%	2,96%	0,93%	2,71%	1,13%	0,50%	0,59%	0,96%	1,19%	1,01%	18,68%
GAVEA M P II FIC FIM	3,55%	0,72%	2,61%	4,12%	0,92%	3,64%	1,23%	0,24%	0,42%	1,01%	1,36%	1,02%	22,81%
GAUSS ADV FIC FIM	-1,55%	-0,03%	5,13%	3,64%	-0,98%	-0,51%	2,83%	0,59%	3,84%	2,27%	-1,10%	-1,73%	12,78%
NEO PROVECTUS I FIC FIM	2,58%	1,72%	2,37%	1,37%	1,77%	-0,84%	1,99%	5,29%	0,45%	2,43%	1,32%	0,46%	22,87%
RENDA VARIÁVEL	5,75%	-1,05%	4,72%	-8,58%	1,12%	-10,52%	4,88%	7,24%	0,17%	7,43%	-7,82%	-3,27%	-2,19%
FIA GERIBA	8,34%	1,00%	3,53%	-8,52%	1,57%	-11,29%	5,13%	8,17%	0,14%	7,19%	-9,07%	-2,11%	1,45%
FIA KENOBI	4,05%	0,01%	2,09%	-6,89%	0,06%	-8,77%	7,69%	5,68%	0,87%	9,10%	-6,18%	-2,32%	3,64%
FIA MEARAS	6,16%	0,59%	4,20%	-9,99%	1,96%	-10,05%	4,84%	7,09%	1,93%	6,08%	-6,74%	-3,69%	0,15%
OCCAM FIC FIA	6,52%	1,05%	3,86%	-8,70%	3,25%	-8,92%	3,41%	7,11%	-0,13%	6,75%	-5,26%	-2,66%	4,52%
VINCI MOSAICO FIA	7,32%	-0,71%	4,18%	-9,29%	2,28%	-11,52%	4,59%	5,90%	0,69%	8,35%	-8,87%	-4,90%	-4,56%
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	3,88%	-0,97%	7,65%	-3,83%	2,66%	-10,77%	4,67%	6,87%	-1,08%	5,41%	-7,37%	-3,17%	2,07%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS 30 FIA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
NEO NAVITAS FIC FIA	7,77%	-0,62%	6,20%	-11,91%	-5,36%	-8,97%	4,20%	6,90%	2,25%	9,76%	-9,53%	-4,79%	-7,05%
AZ QUEST SMALL MID CAPS INST FIC FIA	2,55%	-1,31%	4,88%	-5,66%	-0,79%	-10,73%	3,78%	5,98%	-2,18%	8,19%	-9,24%	-1,80%	-8,00%
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	5,43%	-11,37%	5,43%	-15,39%	-0,44%	-15,07%	3,06%	9,53%	-3,81%	6,20%	-12,76%	-8,35%	-35,03%
GUEPA INST FIC FIA	5,96%	-4,70%	6,02%	-9,79%	9,66%	-13,95%	7,39%	10,45%	0,84%	7,69%	-8,32%	-2,47%	4,96%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	6,87%	0,74%	5,22%	-8,60%	1,45%	-9,41%	3,85%	5,65%	0,48%	5,21%	-2,16%	-2,45%	5,34%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2,16%	2,21%	1,80%	1,74%	1,57%	1,70%	1,96%	1,50%	1,45%	3,41%	1,45%	2,07%	25,60%
IMÓVEIS	-0,11%	-0,37%	-0,01%	-0,13%	-0,20%	-0,13%	0,06%	-1,49%	0,33%	-0,18%	-0,06%	1,06%	-1,25%
META ATUARIAL - PSI	1,15%	1,09%	1,42%	2,13%	1,46%	0,87%	1,04%	-0,19%	0,10%	0,09%	0,89%	0,80%	11,37%
META ATUARIAL - PSII	1,15%	1,09%	1,42%	2,13%	1,46%	0,87%	1,04%	-0,19%	0,10%	0,09%	0,89%	0,80%	11,37%
Índice Referencial - PGA	0,25%	0,57%	2,25%	0,94%	0,97%	0,35%	0,25%	1,23%	1,15%	1,20%	0,19%	0,52%	10,31%
CDI	0,73%	0,76%	0,92%	0,83%	1,03%	1,01%	1,03%	1,17%	1,07%	1,02%	1,02%	1,12%	12,38%
IBOVESPA	6,98%	0,89%	6,06%	-10,10%	3,22%	-11,50%	4,69%	6,16%	0,47%	5,45%	-3,06%	-2,45%	4,68%

	PGA	PS-I	PS-II	CONSOLIDADO
Taxa de Administração Fundos	-R\$ 969,16	-R\$ 285.128,96	-R\$ 139.356,49	-R\$ 425.454,61
Carteira Própria	-R\$ 969,16	-R\$ 283.849,86	-R\$ 136.740,82	-R\$ 421.559,84
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 1.279,10	-R\$ 2.615,67	-R\$ 3.894,77
Taxa de Controladoria	-R\$ 4.313,82	-R\$ 124.372,80	-R\$ 210.314,95	-R\$ 339.001,57
Carteira Própria	-R\$ 4.313,82	-R\$ 119.088,13	-R\$ 199.475,02	-R\$ 322.876,97
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 5.284,68	-R\$ 10.839,92	-R\$ 16.124,60
Gestão Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 968.865,25	-R\$ 1.987.335,97	-R\$ 2.956.201,22
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 968.865,25	-R\$ 1.987.335,97	-R\$ 2.956.201,22
Agente Custodiante	-R\$ 3.112,40	-R\$ 256.282,93	-R\$ 262.224,80	-R\$ 521.620,14
Carteira Própria	-R\$ 3.112,40	-R\$ 229.818,58	-R\$ 211.711,10	-R\$ 444.642,08
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 26.464,35	-R\$ 50.513,71	-R\$ 76.978,06
Taxa Performance Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Auditoria Contábil/Gestão	-R\$ 5.835,00	-R\$ 29.317,20	-R\$ 28.240,38	-R\$ 63.392,58
Carteira Própria	-R\$ 5.835,00	-R\$ 23.725,05	-R\$ 16.728,53	-R\$ 46.288,58
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 5.592,15	-R\$ 11.511,85	-R\$ 17.104,00
Imóveis	R\$ -	-R\$ 11.666,60	-R\$ 966,26	-R\$ 12.632,86
Carteira Própria	R\$ -	-R\$ 11.666,60	-R\$ 966,26	-R\$ 12.632,86
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Taxa CVM	-R\$ 12.649,14	-R\$ 77.323,61	-R\$ 84.855,85	-R\$ 174.828,60
Carteira Própria	-R\$ 12.649,14	-R\$ 64.798,16	-R\$ 59.322,02	-R\$ 136.769,32
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 12.525,45	-R\$ 25.533,83	-R\$ 38.059,28
Despesa BOVESPA	-R\$ 0,26	R\$ 12.746,94	R\$ 23.469,05	R\$ 36.215,73
Carteira Própria	-R\$ 0,26	-R\$ 11,28	-R\$ 60,46	-R\$ 72,00
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ 12.758,22	R\$ 23.529,51	R\$ 36.287,73
CETIP	-R\$ 21.271,69	-R\$ 295.310,16	-R\$ 516.448,35	-R\$ 833.030,20
Carteira Própria	-R\$ 21.271,69	-R\$ 276.158,46	-R\$ 477.163,72	-R\$ 774.593,87
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 19.151,70	-R\$ 39.284,63	-R\$ 58.436,33
SELIC	-R\$ 3.041,04	-R\$ 68.162,14	-R\$ 80.128,27	-R\$ 151.331,45
Carteira Própria	-R\$ 3.041,04	-R\$ 67.409,49	-R\$ 78.575,16	-R\$ 149.025,69
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 752,65	-R\$ 1.553,11	-R\$ 2.305,76
Taxa ANBIMA	-R\$ 2.640,00	-R\$ 11.979,74	-R\$ 14.164,77	-R\$ 28.784,51
Carteira Própria	-R\$ 2.640,00	-R\$ 8.660,85	-R\$ 7.357,66	-R\$ 18.658,51
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 3.318,89	-R\$ 6.807,11	-R\$ 10.126,00
CBLC	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas Jurídicas	R\$ -	-R\$ 160.036,85	-R\$ 496.026,64	-R\$ 656.063,49
Carteira Própria	R\$ -	-R\$ 160.036,85	-R\$ 496.026,64	-R\$ 656.063,49
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras despesas (Cartório, publicação etc.)	-R\$ 355,26	-R\$ 1.023,66	-R\$ 1.575,26	-R\$ 2.954,19
Carteira Própria	-R\$ 355,26	-R\$ 649,45	-R\$ 808,00	-R\$ 1.812,71
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 374,22	-R\$ 767,26	-R\$ 1.141,48
TOTAL	-R\$ 54.187,77	-R\$ 2.276.722,97	-R\$ 3.798.168,94	-R\$ 6.129.079,68

7. Informações contábeis

7.1. Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO / 2022 - Em Reais Mil (CONSOLIDADO)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
DISPONÍVEL	5	212	296	EXIGÍVEL OPERACIONAL	10	180.758	196.954
				Gestão Previdencial		165.458	186.100
REALIZÁVEL		7.603.781	7.077.484	Gestão Administrativa		3.880	3.630
Gestão Previdencial	6	58.618	52.867	Investimentos		11.420	7.224
Gestão Administrativa	7	660	1.401				
Investimentos	8	7.544.503	7.023.216	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11	16.123	12.921
Fundos de Investimento		7.051.920	6.639.409	Gestão Previdencial		12.809	9.607
Investimentos em Imóveis		91.337	90.127	Investimentos		3.314	3.314
Operações com Participantes		53.197	33.559				
Depósitos Judiciais / Recursais		640	653				
Recursos a Receber - Precatórios		318.463	230.566	PATRIMÔNIO SOCIAL		7.423.194	6.883.660
Outros Realizáveis		28.946	28.902	Patrimônio de Cobertura do Plano		7.043.885	6.522.512
				Provisões Matemáticas	12	7.114.453	6.601.992
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		16.082	15.755	Benefícios Concedidos		3.954.439	3.690.717
Imobilizado	9	15.870	15.598	Benefícios a Conceder		3.274.348	3.029.159
Intangível		213	157	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(114.334)	(117.884)
				Equilíbrio Técnico	13	(70.568)	(79.480)
				Resultados Realizados		(70.568)	(79.480)
				Superávit Técnico Acumulado		139.518	160.698
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(210.086)	(240.178)
				Fundos	14	379.309	361.148
				Fundos Previdenciais		277.210	257.517
				Fundos Administrativos		91.295	94.537
				Fundos para Garantia das Operações com Participantes		10.804	9.094
TOTAL DO ATIVO		7.620.075	7.093.535	TOTAL DO PASSIVO		7.620.075	7.093.535

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS) EM DEZEMBRO / 2022 - Em Reais Mil (COSOLIDADO)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	6.883.660	6.809.815	1,08%
1. Adições	1.125.981	1.166.116	-3,44%
(+) Contribuições Previdenciais	234.556	204.484	14,71%
(+) Portabilidade	-	132	-100,00%
(+) Migração entre Planos	56.892	370.766	-84,66%
(+) Outras Adições Previdenciais	87.957	82.579	6,51%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	714.965	476.849	49,94%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	2.955	-100,00%
(+) Receitas Administrativas	22.087	25.608	-13,75%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	7.814	2.116	269,28%
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.710	627	172,73%
2. Destinações	(586.447)	(1.092.271)	-46,31%
(-) Benefícios	(347.217)	(346.114)	0,32%
(-) Resgates	(80.713)	(246.455)	-67,25%
(-) Portabilidade	-	(1.676)	-100,00%
(-) Migração entre Planos	(56.891)	(370.766)	-84,66%
(-) Outras Destinações	(65.280)	(98.482)	-33,71%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(3.202)	-	0,00%
(-) Despesas Administrativas	(33.144)	(28.778)	15,17%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	539.534	73.845	630,63%
(+/-) Provisões Matemáticas	512.460	383.020	33,79%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	8.913	(203.732)	-104,37%
(+/-) Fundos Previdenciais	19.693	(105.015)	-118,75%
(+/-) Fundos Administrativos	(3.242)	(1.054)	207,59%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.710	626	173,16%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4+5)	7.423.194	6.883.660	7,84%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA) EM DEZEMBRO / 2022 - Em Reais Mil (CONSOLIDADO)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	94.537	95.591	-1,10%
1. Custeio da Gestão Administrativa	29.902	27.725	7,85%
1.1 Receitas	29.902	27.725	7,85%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2	8.314	-99,98%
Custeio Administrativo dos Investimentos	19.976	9.075	120,12%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.101	813	35,42%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	7.814	2.116	269,28%
Outras Receitas	1.009	7.407	-86,38%
2. Despesas Administrativas	33.144	28.779	15,17%
2.1 Administração Previdencial	32.964	28.486	15,72%
Pessoal e Encargos	22.987	21.311	7,86%
Treinamentos / congressos e seminários	369	234	57,69%
Viagens e estadias	156	27	477,78%
Serviços de terceiros	5.757	3.826	50,47%
Despesas gerais	1.364	967	41,05%
Depreciações e amortizações	316	309	2,27%
Tributos	2.015	1.812	11,20%
2.2 Provisão para Perdas Estimadas	-	-	0,00%
2.3 Administração da Gestão Assistencial	-	-	-
2.4 Remuneração - Antecipação de Contribuições Patrocinadores	-	-	-
2.5 Fomento	-	23	-100,00%
2.6 Outras Despesas	180	270	-33,33%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(3.242)	(1.054)	207,59%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(3.242)	(1.054)	207,59%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	91.295	94.537	-3,43%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2022 – Em Reais Mil (PLANO BD – PSI (CNPB 1980001618))

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	2.831.888	2.697.856	4,97%
Disponível	4	4	0,00%
Recebível	44.512	47.443	-6,18%
Investimento	2.787.372	2.650.409	5,17%
Fundos de Investimento	2.479.179	2.428.854	2,07%
Investimentos em Imóveis	57.725	56.960	1,34%
Empréstimos e Financiamentos	21.238	14.172	49,86%
Depósitos Judiciais / Recursais	171	137	24,82%
Recursos a Receber - Precatórios	210.803	132.057	59,63%
Outros Realizáveis	18.256	18.229	0,15%
2. Obrigações	15.301	12.553	21,89%
Operacional	9.966	7.181	38,78%
Contingencial	5.335	5.372	-0,69%
3. Fundos Não Previdenciais	44.905	46.951	-4,36%
Fundos Administrativos	38.563	41.625	-7,36%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	6.342	5.326	19,08%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.771.682	2.638.352	5,05%
Provisões Matemáticas	2.981.768	2.878.530	3,59%
Superávit/Déficit Técnico	(210.086)	(240.178)	-12,53%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(104.635)	(155.227)	-32,59%
a) Equilíbrio Técnico	(210.086)	(240.178)	-12,53%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	105.451	84.951	24,13%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(104.635)	(155.227)	-32,59%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2022 – Em Reais Mil (PLANO BD – PSI (CNPB 1980001618))

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.904.137	1.580.385	20,49%
1. Adições	249.920	507.570	-50,76%
(+) Contribuições	6.729	12.785	-47,37%
(+) Migração entre Planos	56.892	370.767	100%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	186.186	118.303	57,38%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	3.480	-100,00%
(+) Outras Adições	113	2.235	100%
2. Destinações	(132.202)	(183.818)	-28,08%
(-) Benefícios	(124.423)	(148.591)	-16,26%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(3.239)	-	0,00%
(-) Custeio Administrativo	-	(524)	-100,00%
(-) Outras Destinações	(4.540)	(34.703)	100%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	117.718	323.752	-63,64%
(+/-) Provisões Matemáticas	120.503	491.001	-75,46%
(+/-) Fundos Previdenciais	18.395	(84.229)	-121,84%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(21.180)	(83.020)	-74,49%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.021.855	1.904.137	6,18%
C) Fundos não previdenciais	(24)	5.720	-100,42%
(+/-) Fundos Administrativos	(250)	5.703	-104,38%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	226	17	1229,41%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE
BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2022 – Em Reais Mil
(PLANO BD – PSII (CNPB 1998007774))**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Varição no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.055.493	1.932.344	6,37%
1. Provisões Matemáticas	1.608.476	1.487.973	8,10%
1.1. Benefícios Concedidos	1.608.476	1.487.973	8,10%
Benefício Definido	1.608.476	1.487.973	8,10%
2. Equilíbrio Técnico	139.518	160.698	-13
2.1. Resultados Realizados	139.518	160.698	-13
Superávit técnico acumulado	139.518	160.698	-13,18%
Reserva de contingência	139.518	160.698	-13,18%
3. Fundos	274.376	255.755	7,28%
3.1. Fundos Previdenciais	273.860	255.466	7,20%
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	516	289	78,55%
4. Exigível Operacional	23.252	21.286	9,24%
4.1. Gestão Previdencial	22.505	20.649	8,99%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	747	637	17,27%
5. Exigível Contingencial	9.871	6.632	48,84%
5.1 Gestão Previdencial	9.101	5.862	55,25%
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	770	770	0,00%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2022 - Em Reais Mil (PLANO CD - PSII (CNPB 1998007774))

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	2.708.179	2.438.821	11,04%
Disponível	74	15	393,33%
Recebível	81.056	72.665	11,55%
Investimento	2.627.049	2.366.141	11,03%
Fundos de Investimento	2.477.274	2.234.661	10,86%
Investimentos em Imóveis	26.944	26.587	1,34%
Empréstimos e Financiamentos	27.765	17.194	61,48%
Depósitos Judiciais / Recursais	319	292	9,25%
Recursos a Receber - Precatórios	86.177	78.852	9,29%
Outros Realizáveis	8.570	8.555	0,18%
2. Obrigações	144.576	165.773	-12,79%
Operacional	143.660	164.857	-12,86%
Contingencial	916	916	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	36.045	35.508	1,51%
Fundos Administrativos	32.099	32.029	0,22%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.946	3.479	13,42%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.527.558	2.237.540	12,96%
Provisões Matemáticas	2.524.209	2.235.490	12,92%
Fundos Previdenciais	3.349	2.050	63,37%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2022 – Em Reais Mil (PLANO CD – PSII (CNPB 1998007774))

Descrição		31/12/2022	31/12/2021	Varição no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		2.237.540	2.570.804	-12,96%
1. Adições		487.863	355.462	37,25%
(+)	Contribuições	174.899	152.717	14,52%
(+)	Portabilidade	-	132	-100,00%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	225.200	124.251	81,25%
(+)	Outras Adições	87.764	78.362	100%
2. Destinações		(197.845)	(688.726)	-71,27%
(-)	Resgates	(80.592)	(246.385)	-67,29%
(-)	Portabilidade	-	(1.676)	-
(-)	Migração de Planos	(56.892)	(370.766)	-84,66%
(-)	Custeio Administrativo	(2)	(6.236)	-99,97%
(-)	Outras Destinações	(60.359)	(63.663)	-5,19%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		290.018	(333.264)	-187,02%
(+/-)	Provisões Matemáticas	288.719	(312.477)	-192,40%
(+/-)	Fundo Previdencial	1.299	(20.787)	-106,25%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
(+/-)	Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Operações Transitórias		-	-	-
(+/-)	Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)		2.527.558	2.237.540	12,96%
C) Fundos não previdenciais		537	(7.345)	-107,31%
(+/-)	Fundos Administrativos	70	(7.507)	-100,93%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	467	162	188,27%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2022 – Em Reais Mil (PLANO CD – PSII (CNPB 1998007774))

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.676.080	2.406.792	11,19%
1. Provisões Matemáticas	2.524.209	2.235.490	12,92%
1.2. Benefício a Conceder	2.524.209	2.235.490	12,92%
Contribuição Definida	2.524.209	2.235.490	12,92%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	1.000.275	861.621	16,09%
Saldo de contas - parcela participantes	1.523.934	1.373.869	10,92%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
2.1. Resultados Realizados	-	-	-
3. Fundos	7.295	5.529	31,94%
3.1. Fundos Previdenciais	3.349	2.050	63,37%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.946	3.479	13,42%
4. Exigível Operacional	143.660	164.857	-12,86%
4.1. Gestão Previdencial	139.717	162.395	-13,96%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.943	2.462	60,15%
5. Exigível Contingencial	916	916	0,00%
5.1 Gestão Previdencial	-	-	-
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	916	916	0,00%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O SERPROS Fundo Multipatrocinado, instituído em outubro de 1977, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado, patrocinado pelo SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados e pelo próprio SERPROS, com a finalidade de instituir e administrar planos de benefícios, conforme as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas Patrocinadoras que firmaram convênios de adesão com os Planos, de seus Participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na qualidade de entidade multipatrocিনada o SERPROS é responsável pela administração de Planos de Benefícios nas modalidades de Benefício Definido e Contribuição Variável.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

2.1. O Plano SERPRO I – PSI, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujos benefícios têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado

atuariamente de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 1980001618 e CNPJ 48.306.622/0001-79. Este Plano está fechado a novas adesões desde 1996, com posterior implantação do Plano SERPRO II e opção de migração. Em 1º de abril de 2013 o plano foi saldado.

Os benefícios do Plano PSI são avaliados pelo regime financeiro de capitalização conjugado com o método agregado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e norma vigentes.

Desde o saldamento do plano, em 1º de abril de 2013, não há mais adoção de premissa de crescimento salarial e não é aplicado ao participante ativo a contribuição normal, somente contribuição extraordinária. O participante detentor do Benefício Proporcional Acumulado (BPA) cessou as suas contribuições normais ao plano até o início do recebimento do BPA. A partir do início do recebimento do benefício, o participante efetuará as contribuições previstas no Regulamento na mesma proporção dos assistidos.

2.2. O Plano SERPRO II – PSII BD e PSII CD, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 1998007774 e no CNPJ 48.307.027/0001-58.

A metodologia utilizada na avaliação do plano PSII pautou-se no regime de capitalização e método de capitalização financeira para os benefícios a conceder de aposentadoria programada e sua respectiva reversão em pensão por morte, de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte de ativo, bem como para os institutos de Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

O valor da diferença de compromisso necessário ao pagamento da garantia do valor mínimo de aposentadoria por Invalidez e pensão por Morte de ativo, bem como o compromisso com a reversão em pensão da aposentadoria por Invalidez e o pecúlio por morte de futuro assistido Inválido são avaliados pelo método de repartição de capitais de cobertura.

Os benefícios de auxílio-doença, de auxílio-reclusão e de pecúlio por morte de ativo são avaliados pelo regime de repartição simples. O pecúlio por morte de futuro assistido válido é avaliado pelo regime de capitalização e pelo método de crédito unitário projetado.

2.3. O Plano de Gestão Administrativa (PGA) - É um plano que tem a finalidade de registrar as atividades inerentes a Gestão Administrativa da Entidade, em conformidade com seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do SERPROS.

O patrimônio do PGA é constituído por recursos provenientes de receitas previdenciais, de investimento e diretas, conforme fontes de custeio aprovadas anualmente, resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das administrativas. Os resultados são alocados ou revertidos ao fundo administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, caracterizando obrigações ou direitos da entidade.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA em conformidade com a Resolução CNPC N° 48, de 8 de dezembro de 2021 e são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo.

2.4. DADOS PREVIDENCIÁRIOS – ESTATÍSTICA DE PARTICIPANTES, ASSISTIDOS E DEPENDENTES

Por Plano de Benefícios – 31.12.2022 e 31.12.2021

Plano PS I	31/12/2022	31/12/2021	Plano PS II	31/12/2022	31/12/2021
População Total	16.655	16.692	População Total	20.788	20.897
Saldados	1.519	1.654	Ativos + Migrados	4.879	4.982
Autopatrocínados	9	7	Ativos oriundos do PSI	1.246	1.333
Auxílio doença		1	Auto Patrocinado	33	28
Aposentadoria Programada	3.183	3.100	Auxílio doença	17	14
Invalidez	401	409	Aposentadoria Programada	813	784
Pensão por morte	686	660	Invalidez	83	80
Pecúlio Morte	54	62	Pensão por morte	167	157
Pensionistas	745	715	Pecúlio Morte	25	38
Dependentes	10.744	10.744	Pensionista	227	214
			Dependentes	13.465	13.424

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), instituídas pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade, de 22/05/2010, e de normativos do sistema de previdência complementar, em especial, a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, estão em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5), ativos e passivos apresentados por ordem de liquidez.

A sistemática contábil, além das características já descritas, apresenta a segregação dos registros em duas gestões distintas, previdencial e administrativa, conforme a natureza e a finalidade das operações.

As demonstrações contábeis são apresentadas na forma consolidada e individual, por Plano de Benefícios e PGA, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021.

- (I) Balanço Patrimonial (Consolidado) - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- (II) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (Consolidada) - as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.
- (III) Demonstração do Ativo Líquido - DAL (Por plano de benefícios) - a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

- (IV) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Por plano de benefícios) - as muta es ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.
- (V) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as muta es do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- (VI) Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT (Por plano de benefícios) - a composi o das provisões técnicas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELO SERPROS

4.1. APURA O DAS MUTA ES PATRIMONIAIS E RESULTADOS

As Adi es e Dedu es da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Varia es Positivas e Dedu es/Varia es Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto nos casos das contribu es dos autopatrocinados, vinculados a Planos de Benefícios do tipo Contribui o Definida ou Contribui o Variável, que são registrados pelo regime de caixa.

4.2. PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis são adotadas com base no julgamento da Administra o para determina o de uma mensura o razoável a ser registrada nas demonstra es contábeis, cuja metodologia envolvem fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas: vida útil do ativo imobilizado; avalia o do ativo financeiro, quando precificado por meio de laudo de avalia o econômica, provisão para créditos de liquida o duvidosa, provisão para demandas judiciais e as provisões matemáticas. A liquida o das transa es envolvendo essas estimativas podem resultar eventualmente valores diferentes daqueles estimados, requerendo um acompanhamento permanente dessas estimativas e se necessário, revisão da metodologia e altera o de premissas.

4.3. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada Plano de Benefícios, relativos às contribu es dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, assim como depósitos judiciais/recursais efetuados relacionados as contingências da Gestão Previdencial.

4.4. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa os valores de contribu es pertinentes ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes, assim como os valores depositados em juízo relativos aos processos judiciais.

4.5. INVESTIMENTOS

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciais e PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 4.994, de 24/03/2022.

A atividade de custódia dos ativos mobiliários é exercida primordialmente pelo Banco Bradesco S/A. A entidade também é responsável pela política de apreçamento (atribuição de valor aos ativos financeiros) da Entidade. A metodologia está disponível em manual de precificação e segue as melhores práticas de apreçamento existente.

4.5.1. TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e da carteira dos fundos de investimentos exclusivos são registros pelo valor efetivamente pagos, acrescidos dos valores de corretagem e emolumentos, e estão classificados nas seguintes categorias:

- (I) Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente de prazo decorrente da data de aquisição e são ajustados a valor de mercado em periodicidade mensal.
- (II) Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, com vista a necessidade de liquidez para assegurar os direitos dos participantes e atendimento do perfil do exigível atuarial dos Planos. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, apropriados no resultado.

4.5.1.1. VALOR JUSTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

Os critérios adotados para o valor justo dos títulos e valores mobiliários seguem as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R2), que dispõe sobre a mensuração do valor justo e define a hierarquia de valor justo mediante classificação em três níveis de informações específicas. A definição dessa hierarquia tem o propósito de estabelecer as técnicas apropriadas para avaliações dos ativos.

4.5.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Estão representados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício e, quando exclusivo, os ativos financeiros que compõe a carteira dos fundos são precificados em conformidade com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4.5.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção. As reavaliações da carteira imobiliária são realizadas anualmente conforme define a Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021, a valor justo do investimento.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo é contabilizado no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta)

dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”.

4.5.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS)

Correspondem aos empréstimos concedidos aos Participantes e Assistidos acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzidas as amortizações e, quando aplicável, da provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa em função do atraso de recebimento. Conforme disposto no contrato de mútuo, nas operações de concessão dos empréstimos é descontada a taxa denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM). Essa taxa é calculada atuarialmente variando em função do risco envolvido em cada operação, sendo destinada à formação de um fundo para cobrir eventuais perdas com a quitação dos saldos devedores dos empréstimos daqueles participantes ou assistidos que vierem a falecer durante a vigência do contrato.

4.6. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em função do atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos da operação. Essas provisões são contabilizadas em conta de mutações patrimoniais e resultados, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os direitos a receber sujeitos à provisão para liquidação duvidosa são apresentados pelo seu valor líquido, conforme critérios definidos na Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021, os quais se encontram discriminados a seguir.

Atrasos (em dias)		Faixa de Provisionamento
De	Até	
31	60	1%
61	90	5%
91	120	10%
121	180	25%
181	240	50%
241	360	75%
>361		100%

Contribuições previdenciais: somente sobre as parcelas vencidas

4.7. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Estão contabilizados no Plano de Gestão Administrativa e seus valores são registrados pelo custo de aquisição, ajustados pela depreciação, calculada pela taxa estabelecida conforme tempo de vida útil de cada grupo de bens.

São classificados como:

IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS

São formados pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades administrativas da entidade como computadores, móveis, utensílios, máquinas etc. As depreciações foram calculadas pelo método linear.

As taxas são fixadas por espécie de bens em razão do tempo de vida útil, conforme disposto a seguir: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos - 10% a.a. e Equipamentos de Informática e Veículos - 20% a.a.

IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS

Edificação e terreno adquiridos com recursos do Plano de Gestão Administrativa para uso operacional da Entidade.

INTANGIVEL - Estão registrados os gastos com desenvolvimento de software, considerando sua capacidade gerar benefícios econômicos para a Entidade, estão amortizados à taxa de 20% a. a., reconhecidas em despesas no Plano de Gestão Administrativa. Também estão registrados os gastos com fomento, cuja amortização será efetuada em 60 meses a partir do início do plano.

4.8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Representam as obrigações com terceiros, ao valor presente, provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher, folha de pagamento e operações financeiras.

4.9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme descrito abaixo:

- (I) **Ativos Contingentes (quando aplicável):** São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- (II) **Passivos Contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, e discriminados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- (III) **Obrigações Legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

4.10. PROVISÃO MATEMÁTICA

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas mensalmente e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente. As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas aprovadas anualmente pelos órgãos estatutários da entidade, com aderência aos regulamentos dos respectivos planos de benefícios.

O cálculo da provisão matemática é feito atuarialmente, através da aplicação de método atuarial que utiliza conceitos financeiros, econômicos, demográficos e probabilísticos para dimensionar o montante de recursos financeiros e de contribuições previdenciárias necessárias para o pagamento de benefícios futuros dos participantes e assistidos da Entidade.

Por ser calculado atuarialmente, o valor da provisão matemática pode sofrer variações em razão de mudanças na expectativa de vida, taxa de juros, composição familiar do participante, regras da previdência social, dentre outras.

As premissas e hipóteses atuariais são pressuposições assumidas nos cálculos com o objetivo de realizar as projeções atuariais futuras de longo prazo. Assim, com base em cenários e estudos estatísticos, são respondidas questões como: a. a perspectiva de ascensão salarial dos funcionários, b. quais serão seus salários no momento de uma aposentadoria, c. o benefício estimado na aposentadoria, d. Com que idade se aposentarão, e. por quanto tempo pagarão contribuições, f. Por quanto tempo sobreviverão e receberão benefícios, g. Quanto custa a pensão por morte paga às famílias, h. Qual o risco de uma invalidez ou óbito antes de se aposentar, i. Quanto os recursos financeiros do plano vão render, j. Qual o impacto da inflação futura nos salários e benefícios

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente. A avaliação atuarial é o documento hábil utilizado pela Contabilidade para registrar as provisões matemáticas.

4.11 EQUILIBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas, o Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite legalmente estabelecido. Os valores que ultrapassam este limite são registrados em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado demonstra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios, e devem ser equacionados em conformidade com a legislação vigente.

4.12. FUNDOS

4.12.1 – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, previstos nos seus Regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais os quais preveem as condições de constituição, manutenção e sua destinação.

4.12.2 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva entre os recursos destinados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos Planos de Benefícios. Os Fundos de Garantia de Custeio Administrativo são constituídos para cada Plano, em conformidade com seu Regulamento, para assegurar a manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

4.12.3 – INVESTIMENTOS

Composto exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte de mutuários. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais, denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM) e Fundo de Oscilação de Risco, conforme descrito na nota 14.3.

5. DISPONÍVEL

Saldo por Planos dos recursos financeiros disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou financiamento:

PLANOS	31.12.2022	31.12.2021
PS I	4	4
PS II	75	16
PGA	133	276
TOTAL	212	296

6. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Nesse grupo estão registrados os recebíveis previdenciais e os depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial.

6.1. – CONTRIBUIÇÕES NORMAIS

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	PSI	PSII BD	PSII CD	2022	2021
Contribuições do mês	2.815	973	28.640	32.428	28.215
Patrocinadora	2.338	483	14.311	17.132	14.890
Participantes	474	482	14.292	15.248	13.304
Autopatrocinados	3	8	37	48	21
Contribuições contratadas	-	-	(1)	(1)	(0)
Parcela a amortizar Dotação Inicial	850	184	794	1.828	1.828
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	185	801	986	986
Parcela a amortizar Aporte	-	78	31	109	110

Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	7.524	2.061	9.585	9.585
Prestação + Encargos - PCLD	(850)	(7.971)	(3.688)	(12.509)	(12.509)
Adiantamentos	195	-	-	195	125
Depósitos Judiciais/Recursais	2.890	2.737	365	5.992	8.190
Outros Realizáveis	50	2	19.953	20.005	16.337
Outros	50	2	19.953	20.005	16.337
Total	5.950	3.712	48.957	58.618	52.867

6.2. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/2009, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Na retomada dos pagamentos, o SERPRO, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União, não quitou o valor integral da dívida. Sendo assim, no exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial e atualização monetária), o SERPROS ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400, em trâmite na 9ª Vara Federal do DF.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Encargos e PCLD	PSI	PSII BD	PSII CD	2022	2021
Dotação Inicial	-	-	-	-	-
Encargos	850	184	794	1.828	1.828
PCLD	(850)	(184)	(794)	(1.828)	(1.828)
Lei 8.020	-	-	-	-	-
Encargos	-	185	801	986	986
PCLD	-	(185)	(801)	(986)	(986)
Aporte	-	-	-	-	-
Encargos	-	7.524	2.061	9.585	9.585
PCLD	-	(7.524)	(2.061)	(9.585)	(9.585)
Encargos	850	7.893	3.656	12.399	12.399
PCLD	(850)	(7.893)	(3.656)	(12.399)	(12.399)

6.3. DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS

Valores depositados judicialmente em todo território nacional, na primeira e segunda instância para a garantia de execução de ações, cujos objetos são referentes a participantes que migraram do Plano PSI para o Plano PSII e pleitearam expurgos inflacionários ou são de reintegração à patrocinadora com pedido de migração para o Plano PSII.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Depósitos Judiciais Gestão Previdencial	PSI	PSII BD	PSII CD	2022	2021
Expurgos Inflacionários	303	2.623	-	2.926	2.912
Demais ações previdenciais	2.587	114	365	3.066	5.278
Total	2.890	2.737	365	5.992	8.190

6.4. OUTROS REALIZAVEIS

Representa em sua totalidade bloqueios judiciais de ações da gestão previdencial, tributos a recuperar e valores a classificar nos planos previdenciais administrados pelo SERPROS.

(Valores apresentados em R\$ mil)

HISTÓRICOS	PSI	PSII BD	PSII CD	2022	2021
Bloqueio Judicial	51	2	-	53	53
Tributos a Recuperar	-	-	-	-	1.666
Valores a Classificar	-	-	19.952	19.952	14.618
Total	51	2	19.952	20.005	16.337

7. REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA

Nesse grupo estão registrados os recursos administrativos, os depósitos judiciais recursais de natureza administrativa e despesas pagas antecipadamente, apropriadas no resultado, por regime de competência.

Descrição	2022	2021
Contribuições para custeio	-	1.025
Patrocinadora	-	542
Participantes	-	482
Autopatrocinados	-	1
Despesas antecipadas	41	41
Seguros	41	41
Outros realizáveis	619	335
Total	660	335

7.1. OUTROS REALIZÁVEIS

A composição dos valores que se encontram registrados no grupo de outros realizáveis da gestão administrativa estão discriminados a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

PCLD atualizações monetárias de contribuições não repassadas pelo Patrocinador SERPRO	2022	2021
Adiantamento a empregados	144	226
Adiantamentos para custeio	-	-
Adiantamento a Fornecedores	2	-
Nota de Débito/Crédito	111	78
Tributos a recuperar	31	31
Bloqueio Judicial	331	-
Total	619	335

8. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos são geridos com base nas boas práticas de gestão divulgadas pela PREVIC e seguem as diretrizes apresentadas nas Políticas de Investimentos, elaboradas sob as regras estabelecidas na Resolução CMN 4.994 de 24/03/2022.

8.1. INVESTIMENTOS – POR PLANO E CONSOLIDADO

(Valores apresentados em R\$ mil)

HISTÓRICO - POSIÇÃO CONTÁBIL	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2022	2021
Fundos de Investimento	2.479.179	2.017.166	2.477.274	78.300	7.051.919	6.639.410
Ações	262.463	215.190	321.163	1.554	800.370	817.503
Multimercado	2.190.167	1.728.133	2.083.688	76.746	6.078.734	5.667.128
Direitos Creditórios	22	-	22	-	44	176
Participações	9.325	73.843	72.401	-	155.569	135.869
Imobiliário	17.202	-	-	-	17.202	18.734
Investimentos Imobiliários	57.725	6.668	26.944	-	91.338	90.127
Empréstimos e Financiamentos	21.238	4.193	27.765	-	53.196	33.559
Recursos a Receber - Precatórios	210.803	21.483	86.177	-	318.463	230.566
Depósitos Judiciais/ Recursais	171	150	319	-	640	653
Outros	18.256	2.121	8.570	-	28.947	28.901
TOTAL	2.787.372	2.051.781	2.627.049	78.300	7.544.503	7.023.216

8.1.1. TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Em observância a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, apresentamos a seguir o demonstrativo dos títulos alocados em “Fundos de Investimento Exclusivos”, dos Planos de Benefícios e do PGA.

(Valores apresentados em R\$ mil)

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2022	2021
Títulos Públicos	2.014.626	1.572.149	1.904.502	69.125	5.560.402	5.099.540
Títulos Privados	-	8.552	10.372	-	18.924	20.031
TOTAL	2.014.626	1.580.701	1.914.874	69.125	5.579.326	5.119.571

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO MARCADOS A MERCADO

Em conformidade ao artigo 31 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo em relação da data de aquisição, os quais são avaliados ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício. Esses títulos totalizaram em 31/12/2022 R\$ 1.719.770 mil e em 31/12/2021 R\$ 1.916.354 mil.

(Valores apresentados em R\$ mil)

	Vencimento	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	PS I		PS II BD		PS II CD		PGA		2022	2021	
				Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual			
Títulos Públicos	Indexador	-	1.369.314	1.700.846	581.827	577.450	329.989	481.086	397.934	581.195	59.564	61.116	1.700.846	1.896.323
NTN-B - Total	IPCA	-	987.178	1.286.030	408.348	408.766	250.418	384.580	303.721	466.442	24.692	26.244	1.286.030	1.145.539
NTN-B	IPCA	15/05/2023	510.896	675.872	204.280	216.125	137.405	205.942	166.653	249.779	2.559	4.027	675.872	603.425
NTN-B	IPCA	15/08/2030	12.993	12.221	-	-	-	-	-	-	12.993	12.221	12.221	12.198
NTN-B	IPCA	15/05/2035	280.536	380.537	100.670	95.007	77.152	124.515	93.574	151.019	9.140	9.996	380.537	387.326
NTN-B	IPCA	15/05/2045	182.753	217.400	103.398	97.634	35.861	54.123	43.494	65.644	-	-	217.400	142.590
NTN-C - Total	IGP-M	-	97.432	90.644	97.432	90.644	-	-	-	-	-	-	90.644	92.473
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	97.432	90.644	97.432	90.644	-	-	-	-	-	-	90.644	92.473
LFT - Total	SELIC	-	103.166	142.634	11.892	13.885	41.247	58.182	50.027	70.567	-	-	142.634	126.749
LFT	SELIC	01/03/2023	1.083	1.263	1.083	1.263	-	-	-	-	-	-	1.263	1.123
LFT	SELIC	01/09/2023	102.083	141.371	10.809	12.622	41.247	58.182	50.027	70.567	-	-	141.371	125.626
Over (Compromissadas)	Pré-Fixada	03/01/2022	181.538	181.538	64.155	64.155	38.324	38.324	44.186	44.186	34.872	34.872	181.538	531.562
Títulos Privados	-	-	26.617	18.924	-	-	12.029	8.552	14.589	10.372	-	-	18.924	20.031
Debêntures - Total	-	-	26.617	18.924	-	-	12.029	8.552	14.589	10.372	-	-	18.924	20.031
Debêntures GSP PROPERTIES	-	06/09/2025	26.617	18.924	-	-	12.029	8.552	14.589	10.372	-	-	18.924	20.031
TOTAL	-	-	1.395.931	1.719.770	581.827	577.450	342.018	489.638	412.523	591.567	59.564	61.116	1.719.770	1.916.354

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO MARCADOS NA CURVA

Em conformidade ao artigo 32 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos mantidos Até o Vencimento”. Os referidos títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e reconhecidos no resultado do exercício.

Esses títulos totalizaram em 31/12/2022 R\$ 3.859.567 mil e em 31/12/2021 R\$ 3.203.219 mil.

(Valores apresentados em R\$ mil)

	Vencimento	Valor de aquisição	Valor de curva atual	PS I		PS II BD		PS II CD		PGA		2022	2021
				Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual		
Títulos Públicos	Indexador	3.082.503	3.859.563	1.322.922	1.437.176	792.886	1.091.063	961.659	1.323.307	5.030	8.009	3.859.563	3.203.219
NTN-B - Total	IPCA	2.698.963	3.446.339	939.382	1.023.952	792.886	1.091.063	961.659	1.323.307	5.030	8.009	3.446.339	2.801.664
NTN-B	IPCA	15/08/2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211.596
NTN-B	IPCA	15/05/2023	5.030	8.009	-	-	-	-	-	5.030	8.009	8.009	7.469
NTN-B	IPCA	15/08/2024	36.059	70.655	14.323	16.729	9.822	24.369	11.913	29.556	-	-	70.655
NTN-B	IPCA	15/08/2028	72.020	72.254	-	-	32.546	32.651	39.474	39.602	-	-	72.254
NTN-B	IPCA	15/08/2030	288.823	445.176	60.635	69.409	103.119	169.810	125.069	205.956	-	-	445.176
NTN-B	IPCA	15/08/2032	40.642	41.488	-	-	18.366	18.749	22.275	22.739	-	-	41.488
NTN-B	IPCA	15/05/2035	508.028	525.695	219.528	238.621	130.374	129.729	158.125	157.343	-	-	525.695
NTN-B	IPCA	15/08/2040	340.288	483.932	83.656	95.627	115.973	175.476	140.659	212.828	-	-	483.932
NTN-B	IPCA	15/05/2045	700.614	824.823	335.586	356.614	164.957	211.585	200.070	256.623	-	-	824.823
NTN-B	IPCA	15/08/2050	469.232	684.200	139.548	148.732	148.985	241.980	180.698	293.488	-	-	684.200
NTN-B	IPCA	15/05/2055	238.227	290.107	86.106	98.220	68.744	86.714	83.376	105.172	-	-	290.107
NTN-C - Total	IGP-M	383.540	413.224	383.540	413.224	-	-	-	-	-	-	-	413.224
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	383.540	413.224	383.540	413.224	-	-	-	-	-	-	413.224
TOTAL	-	3.082.508	3.859.567	1.322.925	1.437.180	792.889	1.091.066	961.663	1.323.311	5.030	8.009	3.859.567	3.203.219

8.1.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os Fundos de Investimentos estão custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia - SELIC e na companhia brasileira de liquidação e custódia - CBLC.

O quadro a seguir apresenta a posição dos fundos de investimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segregados pelos seguintes segmentos: Ações, multimercado, direitos creditórios, participações e imobiliários.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Quadro comparativo com a descrição de cada Fundo de Investimento por segmento	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	2022	2021
Fundos de Investimento	2.479.179	2.017.167	2.477.274	78.300	7.051.920	6.639.409
Ações	262.465	215.191	321.165	1.554	800.375	817.502
FIA GERIBA (CARTEIRA PRÓPRIA)	24.003	13.698	37.175	-	74.876	73.804
FIA MEARAS (CARTEIRA PRÓPRIA)	25.624	13.292	35.061	-	73.977	73.865
FIA KENOBI (CARTEIRA PRÓPRIA)	24.086	13.891	37.243	-	75.220	110.126
OCCAM FIC FIA	32.163	27.597	24.723	-	84.483	80.828
VINCCI MOSAICO	25.426	21.768	19.592	-	66.786	69.978
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	31.592	24.558	34.113	865	91.128	89.281
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	13.169	10.236	14.220	-	37.625	35.719
NEO NAVITAS	24.093	29.512	35.897	689	90.191	97.033
AZ QUEST SMALL MID CAPS INST. FIC FIA	27.565	21.390	29.802	-	78.757	85.601
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	10.557	8.184	11.421	-	30.162	46.423
GUEPA INST FIC FIA	24.187	31.065	41.918	-	97.170	54.844
Multimercado	2.190.166	1.728.133	2.083.687	76.746	6.078.732	5.667.128
FIM BOTAFOGO	1.841	4.072	1.729	-	7.642	4.776
FIM STARK	-	-	-	-	-	-
FIM CREDIT CP	-	1.582.367	1.919.190	-	3.501.557	3.108.468
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	69.124	69.124	72.581
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC FIM	-	-	-	-	-	70.151
ADAM MACRO STRATEGY II D60 FIC FIM	-	-	-	-	-	60.926
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	50.603	53.455	56.769	-	160.827	134.611
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	25.038	21.157	18.969	-	65.164	48.383
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	-	-	3.153	3.153	2.709
GAVEA MACRO FIC FIM	26.492	11.311	26.018	2.408	66.229	55.805
GAVEA MP II FIC FIM	19.819	10.343	19.387	-	49.549	40.345
FIM STARK II	2.013.832	-	-	-	2.013.832	1.947.083
GAUSS ADV FIC FIM	28.851	26.885	24.634	2.061	82.431	73.090
NEO PROPECTUS I FICM	23.690	18.543	16.991	-	59.224	48.200
Direitos Creditórios	22	-	22	-	44	177
FIDC BVA MASTER III	22	-	22	-	44	177
Participações	9.324	73.843	72.400	-	155.567	135.868
FIP ATICO ENERGIA	305	486	128	-	919	2.541
FIP ATICO FLORESTAL	5.057	3.993	12.970	-	22.020	10.684
FIP LSH	4.418	7.345	11.345	-	23.108	23.196
FIP ETB	-	13.039	9.802	-	22.841	23.090
FIP INFRA SANEAMENTO	154	696	244	-	1.094	1.054
FIP REALESIS USINA INVEST MALLS	-	-	-	-	-	-

FIP INFRA	-	49.256	38.167	-	87.423	75.303
FIP FP2	-	-	-	-	-	-
Imobiliários	17.202	-	-	-	17.202	18.734
FIDC BVA MASTER III	17.202	-	-	-	17.202	18.734

8.1.2.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA

Os Fundos de Investimento em Ações são exclusivos e a carteira é terceirizada, mediante a contratação de gestores especializados. Os ganhos ou perdas são auferidos com base nos ajustes de cotação do valor de mercado. O fluxo financeiro é realizado pelos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelos emissores do título. Os quadros a seguir apresentam a abertura dos fundos de ações que compõem a carteira própria do SERPROS.

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA GERIBA Gestor Administrador Ações	Franklin Templeton BEM DTVM	Financeiro						
		Código	Papel	Qtd.Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	Total
		B3SA3	B3 ON NM	360	1.524	870	2.360	4.754
		BBAS3	BRASILON EJ NM	106	1.178	672	1.824	3.674
		BBDC4	BRADESCOPN EB N1	150	728	415	1.127	2.270
		COPH34	COPH11B	65	1.059	605	1.641	3.305
		CPFE3	CPFL ENERGIAON NM	132	1.407	803	2.179	4.389
		CSMG3	COPASAON NM	99	496	283	769	1.548
		ELET3	ELETROBRASON * N1	52	706	403	1.094	2.203
		ELET6	ELETROBRASPNB* N1	42	577	329	893	1.799
		ENGI11	ENERGISA UNT	44	626	357	970	1.953
		GMAT3	GRUPO MATEUS S.A. ON	795	1.611	919	2.495	5.025
		HAPV3	HAPVIDA ON	428	697	398	1.080	2.175
		HYPE3	HYPERA ON NM	77	1.108	633	1.717	3.458
		ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	222	1.782	1.017	2.759	5.558
		LREN3	LOJAS RENNERON NM	242	1.591	908	2.464	4.963
		MULT3	MULTIPLAN ON N2	104	729	416	1.130	2.275
		RAIZ4	RAIZEN PN N2	529	635	362	983	1.980
		RENT1	RENT1 DIR ON	-	1	-	1	2
		RENT3	LOCALIZAON NM	41	694	396	1.075	2.165
		RIOT34	RIO TINTO PLC	9	1.042	595	1.614	3.251
		STBP3	SANTOS BRP ON N2	372	931	531	1.441	2.903
		TOTS3	TOTVSON ED NM	70	618	353	957	1.928
		VALE3	VALE R DOCEON N1	79	2.254	1.286	3.490	7.030
		TOTAL		4.018	21.994	12.551	34.063	68.608
			Over (Compromissadas)		1.896	1.082	2.937	5.915
			Contas a Pagar/Receber		113	65	175	353
			TOTAL DO PATRIMÔNIO		24.003	13.698	37.175	74.876

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA MEARAS Gestor Administrador Ações	Genial Investimentos BEM DTVM	Financeiro				
Código	Papel	Qtd.Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	Total
ARZZ3	AREZZO ON	38	1.020	529	1.395	2.944
B3SA3	B3 ON NM	234	1.071	556	1.465	3.092
BBAS3	BRASILON EJ NM	52	630	327	862	1.819
BBSE3	BRASIL SEGURIDADE ON	68	795	412	1.087	2.294
BPAC11	BTGP BANCO UNT N2	87	721	374	987	2.082
BRML3	BR MALLS PARON	224	645	335	882	1.862
ELET3	ELETROBRASON * N1	124	1.810	939	2.477	5.226
EQTL3	EQUATORIALON N2	120	1.125	583	1.539	3.247
GGBR4	GERDAUPN N1	56	570	296	779	1.645
GOGL34	ALPHABET INC - BDR CL A	7	101	53	139	293
IGTI11	IGUATEMI S.AUNT N1	101	645	335	883	1.863
ITSA4	ITAUSAPN N1	400	1.179	612	1.614	3.405
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	203	1.761	914	2.410	5.085
KLBN11	UNT N2	2	11	6	15	32
LREN3	LOJAS RENNERON NM	90	638	331	873	1.842
MSFT34	MICROSOFT DRN MB	7	126	65	173	364
PRI03	PETRORIO ON NM	69	891	462	1.219	2.572
RECV3	PETRORECONCA ON	34	386	200	528	1.114
RRRP3	3R PETROLEUMON	36	472	245	645	1.362
SBFG3	GRUPO SBF ON NM	128	567	294	775	1.636
SOMA3	GRUPO SOMA ON	140	493	256	675	1.424
SUZB3	SUZANO PAPELON IO6 N1	74	1.230	638	1.684	3.552
VALE3	VALE R DOCEON N1	89	2.731	1.417	3.737	7.885
VAMO3	VAMOS LOC CA, MA E EQ S.A.	141	616	319	842	1.777
VBBR3	VIBRA ON NM	153	826	428	1.130	2.384
VIVA3	VIVARA ON NM	81	629	325	861	1.815
WALM34	WAL MART DRN MB	6	99	51	136	286
XPBR31	XP INC DR1	15	428	222	586	1.236
	TOTAL	2.779	22.216	11.524	30.398	64.138
	Over (Compromissadas)		2.823	1.464	3.862	8.149
	Contas a Pagar/Receber		585	304	801	1.690
	TOTAL DO PATRIMÔNIO		25.624	13.292	35.061	73.977

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA KENOBI Gestor Administrador Ações	GAP BEM DTVM	Financeiro				
Código	Papel	Qtd.Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	Total
ABEV3	AMBEV ON	68	318	183	491	992
ALSO3	ALIANSC SHOPPING CENTERS S.A.	79	429	248	664	1.341

ALUP11	ALUP - ALUPAR	95	859	496	1.329	2.684
ASAI3	ASSAI ON NM	179	1.115	643	1.723	3.481
AURE3	AURE3 ON	68	321	185	496	1.002
BPAC11	BTGP BANCO UNT N2	145	1.110	640	1.716	3.466
ELET3	ELETROBRASON * N1	28	379	218	585	1.182
ENEV3	ENEVA S.A. ON	351	1.342	774	2.076	4.192
ENJU3	ENJOEI ON	117	36	21	56	113
EQTL3	EQUATORIALON N2	285	2.462	1.420	3.807	7.689
HAPV3	HAPVIDA ON	544	885	511	1.369	2.765
HBRE3	HBR REALTY EMP IMOB ON	91	131	76	203	410
HYPE3	HYPERA ON NM	3	47	27	73	147
ITSA4	ITAUSAPN N1	119	323	187	500	1.010
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	41	327	188	505	1.020
MEGA3	OMEGAENERGIAON NM	120	369	213	570	1.152
MELI34	MERCADOIBRE INC	72	885	510	1.368	2.763
PRI03	PETRORIO ON NM	177	2.114	1.219	3.268	6.601
PSSA3	PORTO SEGUROON NM	87	642	370	993	2.005
RAIL3	RUMO SA ON	88	524	302	810	1.636
RECV3	PETRORECONCA ON	37	396	228	612	1.236
RENT1	RENT1 DIR ON	-	1	1	2	4
RENT3	LOCALIZAON NM	43	733	423	1.134	2.290
VBBR3	VIBRA ON NM	169	845	486	1.304	2.635
VIVA3	VIVARA ON NM	32	228	132	353	713
XPBR31	XP INC DR1	46	1.179	680	1.824	3.683
	TOTAL	3.084	18.000	10.381	27.831	56.212
	Over (Compromissadas)	-	3.145	1.814	4.864	9.823
	Saldo em Tesouraria	-	1	-	2	3
	Contas a Pagar/Receber	-	2.940	1.696	4.546	9.182
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	-	24.086	13.891	37.243	75.220

8.1.2.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – FIM

O Fundos de Investimento em Multimercado que compõe a carteira são enquadrados como estruturados e sua gestão é terceirizada.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Carteira terceirizada multimercado	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	TOTAL
GAVEA MACRO FIC FIM	26.492	11.311	26.018	2.408	66.229
GAVEA M P II FICFIM	19.819	10.343	19.387	-	49.549
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	25.038	21.157	18.969	-	65.164
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	-	-	3.153	3.153
GAUSS ADV FIC FIM	28.851	26.884	24.635	2.061	82.431
NEO PROVECTUS I FICM	23.690	18.543	16.991	-	59.224
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	50.604	53.455	56.769	-	160.828
TOTAL	174.494	141.693	162.769	7.622	486.578

(Valores apresentados em R\$ mil)

Carteira própria multimercado	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	TOTAL
FIM BOTAFOGO	1.841	4.072	1.729	-	7.642
Over (Compromissadas)	1.316	2.912	1.237	-	5.465
Repactuação Debêntures Inepar	18.841	41.678	17.696	-	78.215
Saldo em Tesouraria	530	1.171	497	-	2.198
Contas a Pagar/Receber	(18.846)	(41.689)	(17.701)	-	(78.236)
FIM STARK II	2.013.832	-	-	-	2.013.832
FIM CP HUNGRIA	1.042	-	-	-	1.042
LFT	13.885	-	-	-	13.885
NTN-B	1.432.721	-	-	-	1.432.721
NTN-C	503.869	-	-	-	503.869
Over (Compromissadas)	62.355	-	-	-	62.355
Saldo em Tesouraria	1	-	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	(41)	-	-	-	(41)
FIM CREDIT CP	-	1.582.368	1.919.190	-	3.501.558
Debêntures GSP PROPERTIES	-	8.552	10.372	-	18.924
FIM CP HUNGRIA	-	707	857	-	1.564
LFT	-	58.182	70.567	-	128.749
NTN-B	-	1.475.646	1.789.752	-	3.265.398
IMOVEL CESTO	-	3.678	4.459	-	8.137
Over (Compromissadas)	-	35.412	42.950	-	78.362
Contas a Pagar/Receber	-	191	232	-	423
STARK FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	17.202	-	-	-	17.202
Over (Compromissadas)	484	-	-	-	484
IMOVEL CESTO	16.748	-	-	-	16.748
Saldo em Tesouraria	1	-	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	(31)	-	-	-	(31)
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	69.124	69.124
NTN-B	-	-	-	34.253	34.253
Over (Compromissadas)	-	-	-	34.872	34.872
Saldo em Tesouraria	-	-	-	1	1
Contas a Pagar/Receber	-	-	-	(2)	(2)
TOTAL	2.032.875	1.586.440	1.920.919	69.124	5.609.358

(Valores apresentados em R\$ mil)

	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	TOTAL
FIM CREDIT	-	8.552	10.372	-	18.924
Debêntures GSP PROPERTIES	-	8.552	10.372	-	18.924
TOTAL	-	8.552	10.372	-	18.924

O montante aplicado em Títulos Privados no FIM CREDIT CP está líquido da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, em função da inadimplência dos ativos integrantes da carteira e outras evidências que requereu o ajuste do saldo pela metodologia aplicada pelo administrador do Ativo.

O montante aplicado em Títulos Privados no FIM CREDIT CP está líquido da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, em função da inadimplência dos ativos integrantes da carteira e outras evidências que requereu o ajuste do saldo pela metodologia aplicada pelo administrador do Ativo.

Em relação ao ativo CCI Cesto Participação devido ao inadimplemento e a provisão para perda de 100% do ativo, foram realizadas diversas reuniões entre os credores da operação para aprovação da proposta enviada pela emissora para quitação da dívida através do recebimento de unidades hoteleiras a época denominada Hotel Royal Tulip-BH. O valor correspondente à dívida da emissora com o SERPROS foi negociado através da assinatura em 09 de dezembro de 2015 da Escritura Pública de Dação em Pagamento em Bens Imóveis referente ao recebimento de 58 unidades hoteleiras prontas e acabadas localizadas em Belo Horizonte. As unidades hoteleiras foram registradas nos fundos exclusivos do SERPROS, FIM Stark e FIM Credit, em outubro de 2018. Para registro do valor justo o administrador dos fundos, BEM DTVM e RJI CTVM, contratam anualmente empresa especializada para avaliar o valor justo das unidades hoteleiras e assim contabilizar os valores correspondentes de cada unidade na carteira de investimentos do SERPROS. No final de 2021, houve contratação do escritório de advocacia especializado a fim de implementar estratégia jurídica no sentido de obter a reparação referente aos prejuízos causados.

8.1.2.2.1. PROVISÕES PARA PERDAS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO PRIVADO

As Provisões para perdas dos títulos de crédito privado foram constituídas, pelos Administradores dos fundos de investimentos em decorrência da inadimplência da contraparte e por deterioração de ativos, de títulos sem negociação de mercado e baixa liquidez, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO HISTÓRICO CONSOLIDADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS ATÉ O MÊS PERÍODO DE 24/11/2010 A 31/12/2022 - CONTA 1.02.03.04

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	Principal		Resgate (C)	Variação		Saldo atual F=A+B+C+D+E
	Aporte (A)	Aplicação (B)		Cota (D)	Perdas (E)	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	3.812.342.290,07	7.456.050.291,21	-5.527.017.064,20	2.480.738.635,89	-1.170.194.710,40	7.051.919.442,57
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	632.208.562,95	294.505.356,06	-173.778.520,77	47.436.452,94	0,00	800.371.851,18
FUNDO DE INVESTIMENTOS - MULTIMERCADO	2.724.866.919,58	6.975.665.016,52	-5.130.844.282,17	2.267.218.371,31	-758.172.132,48	6.078.733.892,76
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	54.360.000,00	1.657,05	-9.436.545,92	-41.535.601,13	-3.346.349,79	43.160,21
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	380.969.510,58	185.878.261,58	-212.957.707,35	210.354.754,73	-408.676.228,13	155.568.591,41
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	19.937.296,96	0,00	-7,99	-2.735.341,96	0,00	17.201.947,01

Grande parte dos ativos provisionados para perda foram objeto de verificações e autuações por parte da PREVIC, ensejando, em vários casos, Autos de Infração e punições por gestão temerária. Ao final do período

da intervenção o processo decisório, desses investimentos foram referenciados negativamente, fora dos padrões das práticas de gestão, as operações realizadas compreendem o período de 2010 a 2015.

8.1.2.2.2. FIM – TÍTULOS PRIVADOS – AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A Entidade vem adotando as medidas cabíveis para que as garantias sejam executadas, reduzindo os prejuízos causados ao patrimônio dos planos administrados pelo SERPROS, incluindo ações de responsabilização.

(I) CCI CTESO

1. Inadimplemento da primeira parcela em 18 de dezembro de 2014, não tendo Agente Fiduciário na operação e ocorrido a decretação de Vencimento Antecipado automático da operação.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados. Foi ajuizada ação sob o nº 013013454.2016.8.19.0001 em curso na 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo o processo patrocinado inicialmente pelo Souto Correa, Cesa Lummertz & Amaral Advogados e posteriormente substituído pelo Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados.
3. Em maio de 2020 foi deferida a penhora no imóvel descrito na matrícula nº. 12.342, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de na matrícula nº. 12.342, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MS, sendo devidamente averbada em 04/08/2020, conforme se depreende de resposta dada pelo 1º Ofício em 08/09/2021. Aguardando, desde setembro/2021, o cartório disponibilizar a imagem atualizada da matrícula n.º 12.342.

(II) CCI S&G EMPREENDIMENTOS (STIEBLER)

1. Decretado vencimento antecipado na assembleia de 25/06/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Credores foi aprovado a contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.
4. Posteriormente, houve, em nome exclusivo do SERPROS, a contratação de escritório jurídico especializado, Wambier Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados para habilitação do crédito na massa falida da Stibler.

(III) DEBÊNTURES SIFCO

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 23/10/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão. 4. Valor recebido/recuperado até dezembro/2022: R\$ 1.271 mil

(IV) DEBÊNTURE BINGEN

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 27/10/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, KCB Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.
4. Valor recebido/recuperado até dezembro/2022: R\$ 1.608 mil

(V) DEBÊNTURE BRAZAL

1. Vencimento antecipado decretado na AGC de 19/11/2015. 2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, Wambier Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

(VI) DEBÊNTURE INEPAR

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 16/04/2014.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado a contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.
4. Os debenturistas aprovaram em AGD realizada em outubro de 2020, negociação da dívida com a emissora, sendo o pagamento em 9 parcelas anuais. Com a celebração do acordo, o processo judicial de execução encontra-se suspenso até o cumprimento de todas as obrigações pela Inepar. Até dezembro de 2022 foram pagas a Amortização Extraordinária, a primeira parcela e parte da segunda parcela da Amortização Programada do Acordo, totalizando o valor recebido/recuperado de R\$ 18.810 mil.

(VII) DEBÊNTURES BRAZPEIXES

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 03/02/2016.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Wambier Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

(VIII) DEBÊNTURES CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ (100% PROVISIONADO)

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 08/11/2019.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado a contratação de escritório jurídico

especializado, Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores legais, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão e a contratação de assessor financeiro, Starboard Partners, para negociação da dívida.

4. Valor recebido até dezembro/2022: R\$ 33.838 mil
5. Em 05/10/2021, o Plano de Recuperação Judicial da Emissora de debêntures foi homologado, oferecendo duas Opções de Pagamento aos Debenturistas:

Opção A: Debêntures de Resultado Perpétuas; ou

Opção B: Subscrição de cotas no Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. O SERPROS escolheu a Opção A e até dezembro de 2022 ainda aguardava a obtenção da aprovação da operação pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP") para conclusão do Plano de Recuperação Judicial.

(IX) DEBÊNTURES XNICE

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 09/07/2018.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Vieira, Rezende e Guerreiro Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

(X) DEBÊNTURES BRASIL SOLAIR

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 13/12/2017.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Vieira de Castro, Mansur & Faver Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.
4. Valor recebido/recuperado até dezembro/2022: R\$ 2.168.374 mil

8.1.2.2.3. FIRF HUNGRIA – LETRA FINANCEIRA DO BANCO BVA

As letras financeiras adquiridas pelo SERPROS, no montante de R\$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 165% do valor da letra financeira. Com a liquidação do Banco BVA, essa garantia foi exercida e o SERPROS recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013, ocasionando um desenquadramento passivo. Em complemento ao processo de recuperação da dívida, em setembro de 2013, o SERPROS habilitou os créditos das letras financeiras junto à massa falida daquele banco.

De acordo com o gestor de crise do FIM Hungria (Vila Rica Capital), as amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB), como segue:

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
2.490	3.760	4.894	267	3.783	10.574	345	421	898	3.970	31.402

8.1.2.2.4. FIM CREDIT – BLOQUEIO JUDICIAL DAS NOTAS DO TESOURO NACIONAL

Em 31/12/2022 foi mantido o bloqueio das Notas do Tesouro Nacional com valor histórico de R\$ 696.760 mil. Cabe o registro do histórico recente deste procedimento judicial: Em 28 de julho de 2016 foi determinado nos Autos da Reclamação Trabalhista nº 00110829-98.2014.5.01.0033 que tramita perante a 33ª vara do trabalho/RJ, cujo valor da causa é de R\$ 195 mil, a penhora da integralidade das Notas do Tesouro Nacional, série B, vencimentos 2013 e 2050, que integram a carteira do FIM Credit CP, no valor de R\$ 696.760 mil, uma vez que foi alegada eventual responsabilidade solidária da entidade, em razão de suposta formação de Grupo Econômico com a Brazal Alimentos. Foi determinada, ainda, a liquidação monetária dos referidos Títulos bem como, a efetiva transferência para a conta judicial a disposição da 33ª Vara do Trabalho/RJ. Em 30/11/2016, o SERPROS através de seus advogados, impetrou Mandado de Segurança visando impedir a liquidação dos Títulos tendo obtido a respectiva liminar. Em 16/12/2017 foi extinto o Mandado de Segurança por considerar o Juiz que ele teria sido interposto intempestivamente. Em 19/12/2016, a decisão foi reconsiderada reestabelecendo o Mandado de Segurança. Em 20/10/2017, o Juiz, ao analisar os Embargos à Execução opostos pelo SERPROS, proferiu despacho no sentido de não conhecer tal recurso por serem os mesmos intempestivos. Mais uma vez, em 30/10/2017, o SERPROS recorreu de tal decisão interpondo recurso denominado Agravo de Petição a fim de obter efeito suspensivo para reformar a decisão que determinava a liquidação dos títulos. Em 13/12/2017 ocorre a extinção do Mandado de Segurança e sua respectiva liminar. Assim, em 14/12/2017, o SERPROS entra com ação cautelar para atribuir efeito suspensivo ao anterior recurso de agravo de petição, tendo obtido deferimento, mantendo, mais uma vez a liquidação dos Títulos suspensa. Paralelamente também deu entrada em procedimento de Correção Parcial para atacar, neste caso, o procedimento do juiz com relação à extrapolação quando determinou a penhora de valores tão extraordinariamente superiores às pretensões deduzidas pela Reclamante. Em 26/06/2018 a 3ª Turma do TRT/RJ julgou o Agravo de Petição e deu provimento ao recurso, determinando o recebimento e o processamento dos Embargos à Execução, uma vez que são tempestivos, contudo, foi interposto Agravo em Recurso de Revista pelo Grupo Porcão e pela Reclamante, que foi recebido pelo TST em agosto de 2020 e desprovido em meados de 2021. Em 11/10/2021, formulado pedido à 33ª VT requerendo o desbloqueio dos títulos.

Em 16/11/2021, foi publicada sentença favorável à Entidade, que julgou procedentes os Embargos à Execução para o fim de afastar qualquer responsabilidade do SERPROS pela dívida em questão. Determinada, na mesma data, a expedição e Alvará para levantamento do depósito judicial realizado e expedição de Ofício ao Bradesco e ao Fundo Multimercado Credit para que procedam ao desbloqueio dos títulos após o trânsito em julgado. Houve interposição de Agravo de Petição por Bárbara Valéria e Brazal, distribuído à 3ª Turma do TRT, Relatora Cláudia Regina Vianna Marques Barrozo, que foi desprovido em julgamento 07/12/2022. Aguardando trânsito em julgado. A batalha jurídica travada pelo SERPROS baseia-se no fato de que é necessário que se consolide o entendimento de que o SERPROS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, não fazendo parte do Grupo Econômico do Grupo Porcão. Seu objetivo único ao investir os recursos garantidores dos planos de benefícios que administra, é o pagamento dos benefícios atuais e futuros com base nos Regulamentos dos planos.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Vencido.	Qtde. Bloqueada	Financeiro Bloqueado	PSII BD	PSII CD
15/05/2023	103.177	398.552	155.634	242.917
15/08/2050	119.613	411.155	160.556	250.599
TOTAL	222.790	809.707	316.190	493.516

8.1.2.3. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MASTER III

No exercício de 2011, o SERPROS investiu R\$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O Fundo possui a Genial Investimento como o gestor que está em processo de negociação e recuperação dos ativos em default. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB), conforme demonstrado a seguir:

(Valores apresentados em R\$ mil)

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
26.546	1.781	645	249	2.639	4.167	107	902	4.572	-	41.608

8.1.2.4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	Data do Aporte	Data do Vencimento	Valor do Aporte	PSI	PSII BD	PSII CD	2022	2021
(I) FIP ATICO ENERGIA	24/11/2010	29/06/2019	24.000	844	1.313	383	2.541	2.541
(II) FIP LSH	09/04/2013	02/08/2020	56.970	-	12.811	10.280	23.090	23.090
	23/12/2013							
(III) FIP ATICO FLORESTAL	26/02/2013	21/09/2019	30.000	4.435	7.166	11.595	23.196	23.196
	27/05/2013							
(IV) FIP LA SHOPPING CENTERS	02/10/2012	28/08/2022	50.000	2.454	1.883	6.348	10.684	10.684
(V) FIP ETB	10/07/2013	31/08/2020	70.000	148	651	254	1.054	1.054
	21/08/2013							
(VI) FIP INFRA SANEAMENTO	23/05/2014	19/12/2021	50.000	-	41.235	34.068	75.303	75.303
	22/08/2014							
Total da Carteira				7.881	65.059	62.928	135.868	135.868

(I) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO DE ENERGIA (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC de 25/07/2018, os cotistas deliberaram o novo prazo de duração do Fundo para dia 29/06/2019. Na AGC de 24/06/2019 foi aprovado Plano de Encerramento Organizado do Fundo com prazo de duração até 29 de junho de 2021, podendo, a critério do NOVO GESTOR, ser prorrogável até 29 de junho de 2023. Através de

Ato da Administradora de 24 de junho de 2021, ficou definido, pelo NOVO GESTOR, a prorrogação do prazo do Fundo, que passa a se encerrar em 29 de junho de 2023. De acordo com o plano de encerramento organizado do fundo o gestor iniciou o processo de desinvestimento com a alienação das empresas investida pelo fundo. Na AGC do Fundo realizada no dia 13 maio de 2021, foi deliberado a substituição do administrador do fundo para RJI CTVM. Na consulta formal de 28/10/2022 aprovado pelos cotistas do investimento no fundo para financiar a Ação de Responsabilização aos prestadores de serviços que causaram prejuízos aos cotistas do fundo, cuja previsão de início é para o primeiro trimestre de 2023.

Situação atual do percentual referente ao aporte do Serpros no fundo: Desvalorização de cotas de 103,83% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo - ref.: dez/2022.

(II) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FIP LSH (FUNDO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO/ DESINVESTIMENTO)

O FIP LSH foi mencionado no procedimento investigatório criminal nº 1.16.000.003635/2016-19, de responsabilidade do Ministério Público Federal, devido aos investimentos realizados pelos fundos de pensão na bandeira hoteleira Trump. Em 25 de julho de 2017, a Entidade tomou ciência do ofício PREVIC referente ao processo nº 44011.005366/2017-78, relativo ao Auto de Infração (AI) nº 043/17, que diz respeito a aquisição de cotas do FIP LSH, aprovada pela Diretoria Executiva do Serpros em março de 2013, em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Em janeiro de 2018, os cotistas deliberaram a substituição da administração do fundo que era exercida pela Orla DTVM e passou a ser realizada pela RJI Corretora de Valores. Mediante determinação dada através da ICVM 579/16 o ativo (empresa investida) foi reespecificado e houve desvalorização de 58,83% quando comparado ao valor aportado pelo Serpros. Em abril de 2018, a empresa investida LSH, foi mencionada na Operação Rizoma que é desdobramento das operações Eficiência, Hic et Ubique e Unfair Play, tendo como finalidade aprofundar as investigações dos investimentos feitos pelos fundos de pensão. Como fato subsequente ressalta-se que o fundo foi citado na operação Circus Maximus deflagrada em janeiro de 2019 pela Polícia Federal (PF).

Em janeiro de 2019, foi dada entrada no pedido de recuperação judicial da empresa investida e Plano de Recuperação Judicial foi protocolado no dia 03/06/2019. A RJI está com gestão interina do fundo desde a renúncia da Roma Asset, assumiu o cargo de Gestão do Fundo em 31 de dezembro de 2018. Em 2020 devido a situação atual do evento de pandemia acarretado pela COVID-19 o hotel fechou a operação. Em AGC realizada em maio de 2021 foi aprovada pela maioria dos cotistas a contratação da OWN MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. (“OWN”), para assumir a administração hoteleira da empresa investida LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. em recuperação judicial. Após a deliberação em assembleia o hotel foi reaberto para operação em 29 de outubro de 2021, com a nova administração hoteleira exercida pela OWN MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. (“OWN”).

Na AGC de 05/04/2022 foi aprovado o plano de desinvestimento e liquidação do fundo com o prazo máximo de 48 meses (4 anos). Destaque-se que o SERPROS, após a decisão do CRPC (fruto do auto de infração da PREVIC), moveu ação de reparação contra os ex-dirigentes (condenados pela PREVIC), bem como estrutura demanda arbitral de reparação, a ser iniciada em janeiro/2023, contra os ex-prestadores de serviços do Fundo.

Situação atual do percentual referente ao aporte do Serpros no fundo: Desvalorização de cotas de 59,81% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2022.

(III) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ÁTICO FLORESTAL (FUNDO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO/ DESINVESTIMENTO)

Na AGC de 26/03/2019 foi aprovado pelos cotistas a substituição da gestora para QUELUZ Gestão de Recursos Financeiros Ltda. Na AGC de 16/09/2019 foi aprovado pelos cotistas o Plano de Liquidação do fundo. Na AGC

18/09/2020 os cotistas aprovaram a prorrogação do prazo do Plano de Liquidação apresentado pela Gestora do Fundo, para que passe a prever o prazo de duração indicado para a finalização em 21 de setembro de 2021. O gestor iniciou o processo de desinvestimento do fundo com a alienação das empresas investidas. Na AGC de 03/09/2021 os cotistas aprovaram alienação de 100% da principal empresa investida pelo fundo, Remasa Reflorestadora S.A, detidas pela Tree Florestal Empreendimentos e Participações S.A e a nova prorrogação do Plano de liquidação do fundo para 15/01/2031 para que o prazo do Plano de Liquidação seja até o fim do prazo de pagamento previsto na proposta de alienação de ações da Remasa. Na AGC de 23 de agosto de 2022 o gestor apresentou a situação da empresa investida pelo fundo e informou aos cotistas sobre o avanço dos trabalhos de reestruturação econômica da Tree Serviços, com previsão de conclusão em dezembro de 2023, momento que será possível verificar a sua viabilidade econômica da empresa.

Situação atual do percentual referente ao aporte do Serpros no fundo: Desvalorização de cotas de 22,97% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2022.

(IV) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LA SHOPPING (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC realizada em maio de 2018, foi aprovada a distribuição de cotas do Fundo e de acordo com o Gestor, o valor arrecado seria destinado a aplicação na empresa investida do Fundo, no qual, foi adquirido novo ativo, Shopping Praça das Dunas, selecionado como “ativo alvo” do Fundo, que está localizado em Parnamirim – RN. Importante destacar que o empreendimento de Pampulha ainda não foi desenvolvido. Desde o início, o fundo tem acumulado uma desvalorização de 36,71%. Na AGC de 27 de maio de 2019, foi aprovada a substituição dos prestadores de serviço de administração, custódia, controladoria, escrituração de cotas. Foi indicada para a prestação de serviços de administração a Daycoval Asset Management e para a prestação de serviços de custódia, controladoria e escrituração de cotas o Banco Daycoval. Também foi deliberada a substituição da forma de gestão do fundo, passando a ser realizada exclusivamente pela gestora Legatus. Em 03 de dezembro de 2021, foi enviado fato relevante pelo administrador informando que decidiu contratar a empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda (“E&Y”) para realização de nova avaliação do valor justo dos imóveis relacionados dos referidos Empreendimentos. A E&Y apresentou uma análise detalhada dos referidos Imóveis e do estudo da viabilidade do empreendimento a ser construído. Em 27 de dezembro de 2021, foi enviado comunicado ao mercado onde o administrador Banco Daycoval informa sobre a sua renúncia devido a divergência com o gestor no processo de apuração de valor justo dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

Na AGC de 05/04/2022 foi aprovado pelos cotistas a transferência da administração do fundo da Daycoval Asset para BTG Pactual Serviços Financeiros S.A e a custódia e tesouraria para o Banco BTG Pactual.

Na AGC de 20/10/2022 foi aprovado pelos cotistas: (i) alteração do tipo do fundo de Fundo de Investimento em Participações-FIP para Fundo de Investimentos Imobiliário-FII; (ii) alteração da denominação do fundo para FII Macam Shopping; (iii) autorização para negociação das cotas do fundo na B3. e (iv) substituição dos serviços de gestão da Legatus Gestora para Trustree DTVM.

Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Desvalorização de cotas de -55,96% devido a situação atual das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2022.

(V) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ETB (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Em 01/11/2019, foi enviado Fato Relevante comunicando, aos cotistas do ETB FIP – Multiestratégia, que a Única Administração e Gestão de Recursos Ltda, teve o seu registro cancelado enquanto administrador de carteira, conforme decisão proferida no Processo CVM nº19957.008972/2019-90. Na AGC 20/03/2020 os cotistas do fundo deliberaram a substituição do administrador e gestor, sendo: (i) serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração para a RJL CTVM Ltda e (ii) para os serviços de gestão RJL Gestão

e Investimentos Ltda. Na AGC de 10/08/2020 foi deliberado pela prorrogação do fundo pelo período de anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos. Em dezembro de 2020 em nova AGC foi aprovado a substituição do gestor do fundo para Angra Partners com o objetivo de reestruturar o fundo e as empresa investidas contratando com o administrador empresas especializadas para realizarem diligências no fundo e nas empresas investidas para mapeamento da verdadeira situação. Destaque-se que o SERPROS, após a decisão do CRPC (fruto do auto de infração da PREVIC), moveu ação de reparação contra os ex-dirigentes (condenados pela PREVIC), bem como aguarda o desfecho das ações reparatórias já promovidas.

Situação atual do percentual referente ao aporte do Serpros no fundo: Desvalorização de cotas de 98,44% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2022.

(VI) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRA SETORIAL (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC de junho de 2018 foi aprovado pelos cotistas a substituição do administrador do fundo, deixando de ser a Gradual Investimento, passando a ser a RJI CTVM. Em 12 de novembro de 2021, em assembleia geral de cotistas foi aprovada a reestruturação da empresa investida com a entrada de novo investidor. Em 10/02/2022 enviado comunicado informando que foi concluída a etapa prevista de investimentos do novo Cotista no Fundo e na CONASA, conforme estabelecido no Acordo de Investimentos aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do Fundo realizada em 12/11/2021. O gestor do fundo após a entrada do novo investidor enviou fato relevante informando da aquisição de diversos ativos/projetos através das empresas investidas pelo fundo.

Situação atual do percentual referente ao aporte do Serpros no fundo: Valorização de cotas de 77,85% referente a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2022.

(VII) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FP2 (100 % PROVISIONADO) - (FUNDO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

Devido a renúncia da LAD Capital, em AGC realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a substituição da administradora pela ORLA DTVM e a gestão pela FL Gestora. Até 31 de dezembro de 2020 não houve substituição do administrador do Fundo, permanecendo a LAD Capital. Na AGC de 07/07/2022 foi deliberado a substituição da Administradora e Gestora, sendo aprovado a contratação da BFL Administração de Recursos LTDA como nova administradora e Arena Capital Asset como nova gestora.

Na AGC de 22/09/20222 foi deliberado a aprovação o Plano de Liquidação do Fundo com prazo de 2 anos. Situação atual do percentual referente ao aporte do Serpros no fundo: Desvalorização de cotas de 100% devido a situação atual das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2022.

8.1.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Em 31/12/2022 a carteira imobiliária encerrou com montante de R\$ 91.337 mil (R\$ 90.127 mil em 2021) como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Carteira Imobiliária	PS I	PS II BD	PS II CD	2022	2021
Locados ao Patrocinador	12.945	1.495	6.042	20.482	19.093
Belém (PA)	12.945	1.495	6.042	20.482	19.093
Aluguéis a receber	-	-	-	-	-
Locados a Terceiros	44.780	5.173	20.902	70.855	71.034

Centro Empresarial Transatlântico (SP)	3.240	375	1.512	5.128	6.100
Centro Empresarial VARIG (DF)	24.242	2.800	11.316	38.358	37.496
Condomínio São Luiz (SP)	17.254	1.993	8.054	27.300	27.406
Aluguéis a receber	44	5	20	69	32
Total	57.725	6.668	24.772	91.337	90.127

Os valores apresentados no grupo de aluguéis a receber estão deduzidos das provisões para crédito de liquidação duvidosa em razão das inadimplências dos locatários: Grupo OK, Meireles, Brascol, Cooperdata, Forma Audiovisual e Fernandez. Na tentativa de rever os valores a receber, o SERPROS moveu ações judiciais contra esses locatários. As ações estão em fase executória, com atualização dos valores e busca de bens passíveis de constrição judicial.

Em 31/12/2022, foi registrado reavaliação patrimonial dos investimentos imobiliários discriminados a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Imóvel	Data Reavaliação	Avaliador Responsável	CNPJ do Avaliador	Valor Contábil na data da Reavaliação	Valor Reavaliação	Resultado Reavaliação	Vida Útil	Conta Contábil Relacionada
Regional Belém	out/22	Embrap E&Praxis Avaliação Patrimonial Ltda	02.393.061/0001-91	20.482	20.482	1.389	Vida útil remanescente de 50 anos	1.02.03.07.04.02.04
Centro Empresarial Varig	nov/22	Embrap E&Praxis Avaliação Patrimonial Ltda	02.393.061/0001-91	38.358	38.358	862	Vida útil remanescente de 20 anos	1.02.03.07.04.03.04
Centro Empresarial Transatlântico	out/22	Embrap E&Praxis Avaliação Patrimonial Ltda	02.393.061/0001-91	5.128	5.128	-972	Vida útil remanescente de 20 anos	1.02.03.07.04.03.04
Edifício São Luiz	jun/22	Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Proj. Ltda	07.680.750/0001-09	27.300	27.300	-106	Vida útil remanescente de 29 anos	1.02.03.07.04.03.04
Total				91.268	91.268	1.173		

8.1.4 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

a- Empréstimos Simples - As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos e Financiamentos Imobiliários e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária na data de encerramento das demonstrações contábeis.

Em 31/12/2022 o saldo de R\$ 50.176 mil (R\$ 30.539 mil em 2021) está líquido da provisão crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 5.883 mil, registrada em função da inadimplência. O SERPROS, para a recuperação dos créditos, contratou escritório jurídico especializado e mantém procedimentos administrativos de registro de inclusão nos órgãos de proteção ao crédito.

b- Financiamentos Imobiliários - Em 31/12/2022 o saldo de R\$ 3.020 mil (R\$ 3.020 mil em 2021), refere-se aos contratos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) que estão em posição de Relação de Contratos Não Validados (RNV) junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SERPROS corrige o saldo através de relatório emitido pela Caixa Econômica Federal. Após a validação dos valores serão emitidos títulos de securitizados pelo Tesouro Nacional com registro escritural na CETIP.

8.1.5. PRECATÓRIOS A RECEBER

LETRAS DO TESOURO DE SANTA CATARINA - LTSC

O Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500 é resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023), decorrente da falta de cumprimento do vencimento dos títulos (Letra Financeira de Santa Catarina), adquiridos em novembro e dezembro 1996, com vencimento previsto para maio de 2001.

Na ocasião do vencimento, a Diretoria Executiva decidiu pelo provisionamento da perda deste título, conforme determina a legislação, e adotou as medidas judiciais para a recuperação do valor investido. Em 2013, considerando o posicionamento da Gerência Jurídica e do escritório de advocacia externo, tendo como base o acompanhamento processual (trechos abaixo transcritos) elaborado pelo patrono do SERPROS, em razão da sentença transitada em julgado favorável, a Diretoria Executiva decidiu reverter a provisão para perda e contabilizar o montante incontroverso de R\$ 145.363 mil.

O valor atualizado do precatório em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 251.984 mil (R\$ 230.566 mil em 2021). Desse valor, 42,72% pertencem ao Serpro (Contrato de Aporte Financeiro Específico). O valor do precatório é atualizado automaticamente pelo sistema do TJSC todo o dia primeiro de cada mês, nos termos da metodologia fixada no julgamento da ADIs n.º 4357/DF e 4225/DF e RE 579.431/RS, conforme Ato normativo TJ N.º 18/2018 do TJ RJ, de 27 de dezembro de 2018.

O Estado de Santa Catarina reconhece como devido o precatório, mas não aceita a atualização do valor que originou o precatório, uma vez que o acórdão fixou a SELIC como critério para atualização do valor originário. Nessa esteira, o Estado interpôs Agravo de Instrumento n.º 401544265.2018.8.24.0000, desprovido, tendo sido interposto Agravo em Recurso Especial n.º 1.637.565/RJ, que também restou desprovido em outubro de 2020.

Cumpre destacar que sobre o valor que o SERPROS tem a receber incidirão honorários advocatícios, a razão de 3% (três por cento), conforme estabelecido do contrato de prestação de serviços, provisionados no Exigível da Gestão Previdencial no montante de R\$ 5.753 mil.

Do valor a receber, deduzindo os honorários, o SERPRO fará jus ao montante a ser calculado no percentual de 42,72499%, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). Até dezembro/2022 a posição do SERPROS na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é de 757ª. Apresentamos a seguir a segregação do valor do precatório.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Letras de Santa Catarina	PS I	PS II BD	PS II CD	2022	2021
Valor Incontroverso (Ativo)	144.324	21.483	86.177	251.984	230.566
(-) Honorários Advocatícios (Passivo)	(4.330)	(644)	(2.585)	(7.560)	(6.917)
(-) Reversão do Contrato do Aporte (Passivo)	-	(20.839)	(83.592)	(104.431)	(95.554)
Valor Líquido a Receber	139.994	-	-	139.993	128.095

PRECATÓRIO GOVERNO FEDERAL – OFND – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O SERPROS, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei n.º 2.288, de 24/07/1986 foi obrigado a adquirir, no exercício de 1986, até 30% das suas reservas técnicas nos títulos denominados Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's), com prazo de 10 anos

e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, a Lei nº 7.738 de 09/03/1989, extinguiu a OTN e adotou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como parâmetro de atualização monetária. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 04/06/1990, informou às entidades de previdência complementar que o rendimento das OFND's, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação do IPC. Foi ainda expedida a Portaria nº 948/911 para impedir que as entidades fechadas recorressem ao Judiciário com o intuito de fazer prevalecer o IPC como índice de atualização e para não poderem utilizar as OFND's como meio de pagamento em processo licitatório do Programa Nacional de Desestatização.

Em virtude da expressa violação de direitos configurada, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em nome de suas associadas, ajuizou ação cautelar (processo nº 91.0106582-3 perante a 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) e ação ordinária (processo nº 91.0123902-3 que tramitou perante a 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) contra a UNIÃO FEDERAL, o BNDES e o FND visando receber a devida remuneração pelos títulos obrigatoriamente adquiridos. Este processo transitou em julgado, sendo que a decisão reconheceu que os títulos OFND's deveriam ser corrigidos pelo IPC ao invés da BTN, assegurando os direitos do SERPROS, como das demais associadas.

Com os direitos judicialmente assegurados, no exercício de 2010, a Diretoria Executiva procedeu ao registro contábil do êxito na demanda judicial sobre os expurgos inflacionários nas OFND's no plano PSI. Tal decisão baseou-se nos pareceres externos emitidos pelos escritórios JCM&B Advogados e Consultores, Figueiredo & Silva Advogados e Carlos Mafra de Laet Advogados requeridos pela ABRAPP em nome de suas associadas, assim como pelo parecer técnico emitido pela assessoria jurídica da entidade, que corroborou o entendimento de ambos os pareceres externos. Contudo, em 29/12/2011, a Diretoria Executiva, conforme registro da Ata nº 56, deliberou pela reversão do registro contábil do crédito relativo à OFND, em atendimento à determinação contida no ofício emitido pela PREVIC nº 4701, de 14 de outubro de 2011 que considerou o crédito relativo à OFND como ativo contingente, dada "a possibilidade de entrada de benefício econômico para a entidade", orientando seu registro em Notas Explicativas.

Em 25/05/2016, a ABRAPP distribuiu ação de liquidação da sentença proferida nos autos da ação coletiva ordinária de n.º 91.0123902-3, da 23ª Vara Federal, movida pela ABRAPP contra a União Federal, sendo que, na exordial, consta o valor de R\$ 100.388.938,28 (cem milhões, trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos), conforme parecer do JCMB, elaborado em 16/11/2015.

A União Federal, em sua defesa, apresentada em 13/12/2016, impugnou diversos pontos processuais e, no mérito, demonstrou que o quantum perfaria R\$ 57.976.724,78 (cinquenta e sete milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos). Em 27/09/2018 o Perito contador Joelson Zuchen, apresentou o laudo pericial concluindo que as OFNDs estavam devidamente registradas, com os respectivos titulares cadastrados e quantidades devidamente apuradas, contudo, apontou que o Juízo deveria estabelecer um critério único para os cálculos, pois tanto a ABRAPP como a União Federal utiliza métodos diferentes. Em outubro de 2020 o perito altera o critério a aponta o valor devido, posicionado em novembro de 2015, no valor de R\$ 64.016 mil.

Em 23/03/2021, em sua terceira manifestação, o perito nomeado pelo Juízo do processo 006808425.2016.4.02.5101 em curso na 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro indicou que o valor do crédito do SERPROS era de R\$ 40.965.297,66 até novembro de 2015.

Em novembro de 2021, houve negociação da ABRAPP, em favor das EFPCs (dentre os quais o SERPROS), com a União Federal, sendo que, no caso do SERPROS o valor acordado totalizaria R\$ 65.498 mil. A matéria foi deliberada, em 23/11/2021, em Assembleia da ABRAPP.

Com a aprovação do acordo, o mesmo foi homologado em 28/03/2022 pelo Juízo, tendo sido expedido o precatório nº 5003167-39.2022.4.02.9388 em 31/03/2022, no valor de R\$ 69.987 mil, oportunidade que o SERPROS efetuou o registro do crédito no balancete contábil do Plano PSI.

No dia 17 de outubro de 2022, a PREVIC encaminhou às EFPC o Ofício Circular nº 19/2022/PREVIC indicando que os registros dos créditos judiciais decorrentes de correção monetária aplicável às OFND aplicar o parâmetro de técnica ou modelo de precificação dos precatórios considerando a taxa de juros atuarial e o indexador inflacionário do respectivo plano previdencial ao qual o precatório foi registrado, bem como o prazo previsto para o pagamento do precatório. A entidade procedeu o cálculo considerando a atualização pelo IPCA-E até 2024, prazo previsto para o recebimento dos precatórios, utilizando como taxa de desconto atuarial do plano, obtendo o valor de R\$ 66.480 mil, valor registro no Plano Previdencial OS I em 31 de dezembro de 2022.

Em novembro de 2022, o Escritório Siqueira Castro antigo prestador de serviços jurídicos contratado pela ABRAPP em determinada fase do processo, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial em face da ABRAPP pleiteando recebimento de honorários de êxito. Após a citação da Associação esta decidiu dar entrada em Embargos de Execução (recurso de defesa).

Ocorre que, em 09/12/2022, o Escritório Siqueira Castro solicitou o bloqueio das contas da Abrapp o que fez com que essa Associação fizesse o depósito da garantia do juízo em 09/12/2022, para evitar o bloqueio das contas da Associação. Os valores do depósito foram rateados entre as 88 EFPC participantes do Acordo firmado com a União proporcionalmente aos seus créditos.

8.1.6. INVESTIMENTOS – OUTROS REALIZÁVEIS

Estão registrados os direitos do SERPROS decorrentes de decisão judicial ou de processos administrativos favoráveis que resultaram em crédito, totalizam o montante de R\$ 28.946 mil.

8.1.6.1. CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA CHAPECÓ

O valor a receber é decorrente do Contrato de Cessão, Repactuação e Confissão de Dívida, relativo às debêntures de emissão da Chapecó, adquiridas em 12/05/1995. Devido à falência da companhia, decretada em 29/04/2005, no processo n.º 0000288-12.2004.8.24.0018 o valor da dívida foi habilitado no quadro geral de credores. Em virtude do estado falimentar da companhia, o valor foi totalmente provisionado.

Em dezembro de 2013, a Diretoria Executiva, fundamentada em Parecer Técnico da área jurídica e tendo como base o relatório de acompanhamento processual elaborado pelo Síndico da Massa Falida, homologado pelo Juízo, decidiu reverter a provisão para crédito de liquidação duvidosa e registrar o valor incontroverso, reconhecendo o crédito de R\$ 27.859 mil.

Em maio de 2015 o SERPROS participou da audiência de homologação em que estiveram presentes, também, o BNDES, o International Finance Corporation (IFC) e o Banco do Brasil, concordando com a venda extraordinária dos bens que tiveram seus laudos avaliativos homologados.

Em outubro de 2017 foi acolhida pelo juízo a habilitação do crédito e foi determinado que seja incluído no quadro geral de credores da falência, a importância reconhecida como crédito com direitos reais de garantia (Classe I, art. 102, I, Dec-Lei n. 7.661/45).

O pagamento aos credores está sendo providenciado pelo Síndico da Massa Falida, mas a prestação de contas do Síndico está desatualizada nos autos.

Em 21/09/2021 o SERPROS apresentou petição no Processo Judicial de falência da Chapecó de n.º 0000288-12.2004.8.24.0018, em curso na 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó, em que destacou o direito à habilitação do seu crédito deferida no Processo Judicial 0006063-90.2013.8.24.0018, apresentando esclarecimentos sobre a sentença proferida no mencionado processo e informando que está pendente o julgamento de recurso interposto pela Massa Falida da Chapecó em face dessa decisão judicial. O SERPROS requereu ao Juízo que fosse ordenado o pagamento regular do montante principal do seu crédito e reservado 10% do valor excedente ao crédito relativo à multa que ainda está em debate no processo judicial de habilitação de crédito para posterior levantamento.

O Juízo proferiu decisão indeferindo o pedido de pagamento do crédito do SERPROS, sob o fundamento de que os pagamentos na falência estavam limitados aos credores que possuíam garantia sobre os bens objeto das alienações no processo de falência. Como a garantia do SERPROS é constituída de ações ordinárias da Massa Falida, que ainda não tinham sido alienadas, não poderia ser realizado qualquer pagamento à entidade. Quanto ao pleito de reserva de valores referente à multa, restou determinado ser possível a reserva de valores, sendo necessário, para tanto, a apresentação do montante a ser reservado. Em face da referida decisão, o SERPROS opôs embargos de declaração para sanar as contradições e omissões de tal manifestação judicial, requerendo o imediato pagamento do crédito da entidade no Quadro Geral de Credores, na Classe I, sem prejuízo do posterior pagamento da multa de 10% sobre este montante. Os embargos de declaração do SERPROS foram rejeitados. Da decisão de rejeição dos embargos de declaração foi interposto recurso de Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o objetivo do SERPROS receber o valor devido pela Massa Falida, bem como a concessão de efeito suspensivo para que ocorresse a imediata interrupção da expedição de alvarás e pagamento dos Credores Quirografários da Massa Falida Chapecó. Aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento.

Em paralelo foram publicados os editais de venda das ações da empresa falida, tendo ocorrido a apresentação de apenas uma proposta do Sr. Carlos Henrique da Silva Souza, no importe de R\$ 5 mil de pagamento à vista. Em 09/12/2022, o SERPROS requereu ao Juízo que o saldo da importância não coberta pela venda das ações concedidas em garantia seja automaticamente migrado para a classe dos credores quirografária e, por conseguinte, seja efetuado o pagamento imediato à entidade. Ressalta-se que o processo foi transferido da Comarca de Chapecó para Juízo especializado na Comarca de Concórdia.

No tocante ao Processo Judicial de habilitação de crédito nº 0006063-90.2013.8.24.001, em curso também na 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó, em apenso ao feito falimentar, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Massa Falida, que postula: (i) a reforma da sentença proferida, alegando falta de interesse jurídico do SERPROS e que não caberia a aplicação da multa de 10%, devendo ser o feito extinto sem resolução do mérito; e (ii) na hipótese de o Tribunal não entender dessa forma que seja reduzida a verba honorária fixada em desfavor da Massa Falida, sobretudo pela desnecessidade da habilitação. Salienta-se que em caso de julgamento desfavorável ao SERPROS, existia o risco de condenação ao pagamento de honorários de sucumbência à Massa Falida da Emissora de debêntures. A fim de mitigar o risco, o SERPROS celebrou acordo com a Massa Falida para extinção do processo sem sucumbência para ambas as partes, cada parte arcando com os custos dos seus patronos. Em 01/12/2022, restou homologada a referida transação, estando ainda aguardando-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Letras de Santa Catarina	PS I	PS II BD	PS II CD	2022	2021
Contrato de Confissão de Dívida	17.605	2.045	8.209	27.859	27.859

8.1.6.2. EDIFÍCIO LUCAS LOPES

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009 o SERPROS registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010 foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$ 9.399 mil, depositado na conta do SERPROS em 14/05/2010. Em maio de 2020, o saldo de R\$986 mil, foi reclassificado como “Outros Realizáveis, assim provisionado para perda.

9. PERMANENTE

(Valores apresentados em R\$ mil)

Permanente	2022	2021
Imobilizado	15.869	15.598
Móveis e Utensílios	18	154
Máquinas e equipamentos	27	138
Veículos	-	-
Equipamentos de informática	452	489
Imóveis	15.372	14.817
Intangível	213	157
Total	16.082	15.755

O imóvel sede foi reavaliado em outubro de 2022 pela empresa Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial, CNPJ 02.393.061/0001-91, pelo valor de R\$ 15.372 mil, gerando o resultado positivo no valor de R\$ 555 mil registrado como receita no plano de gestão administrativa na rubrica contábil 4.01.99.01.04 – Resultado de reavaliação predial.

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Exigível Operacional	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	2022	2021
Gestão Previdencial	3.236	22.506	139.718	-	165.460	186.102
Benefícios a pagar	1.973	504	-	-	2.477	2.482
Retenções a recolher	1.000	1.164	206	-	2.370	2.215
Valores de Repasses Previdenciais	-	-	1	-	1	1.027
Outras exigibilidades	263	20.838	139.511	-	160.612	180.378
Gestão Administrativa	-	-	-	3.880	3.880	3.630
Contas a pagar	-	-	-	2.725	2.725	2.486
Retenções a recolher	-	-	-	319	319	287
Tributos a recolher	-	-	-	128	128	196
Outras exigibilidades	-	-	-	708	708	661
Investimentos	6.730	747	3.941	-	11.418	7.222
Fundos de investimento	2	4	2	-	8	30
Investimentos imobiliários	470	54	219	-	743	73

Relacionados com o Disponível	-	-	-	-	-	19
Retenções de tributos a recolher	11	4	15	-	29	2.432
Outras exigibilidades	6.248	685	3.705	-	10.638	4.668
Total	9.966	23.253	143.659	3.880	180.758	196.954

10.1. OUTRAS EXIGIBILIDADES / GESTÃO PREVIDENCIAL

Estão registrados os compromissos assumidos pelos Planos de Benefícios relativos à Gestão Previdencial, representados, basicamente, pelo aumento da provisão do valor a pagar ao SERPRO, na ordem de R\$ 104.430 mil, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo), quando do recebimento do montante das Letras de Santa Catarina, referenciado na nota 8.1.5 e R\$ 56.182 mil referente ao ajuste do Exigível Operacional relativo a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, correspondente a recomendação RCI 2018.

10.2. EXIGIVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os compromissos a pagar pelo SERPROS, relativos à Gestão Administrativa. Destacam-se as ações judiciais que questionam a constitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.718/98. Tal normativo determina como base de cálculo do PIS e da COFINS o faturamento, entendido, no § 1º do art. 3º, como receita bruta, a totalidade das receitas auferidas da pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes e assistidos, o SERPROS ingressou com essas ações judiciais para garantir o direito de não se sujeitar à cobrança de tais contribuições. Desde 2002 o SERPROS estava depositando judicialmente os valores determinados. A partir de janeiro de 2015, em observância a Lei nº 12.973/14, o SERPROS passou a recolher as contribuições diretamente para a União.

(I) PIS

O SERPROS questionou a cobrança do PIS, nos autos da Ação Ordinária nº 002213821.2002.4.02.5101 (2002.51.01.022138-0), objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. A sentença de 1º Grau julgou procedente o pedido, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue o SERPROS a recolher a Contribuição ao PIS na forma da Lei 9.718/98, prevalecendo para efeito de recolhimento o previsto na Lei Complementar 7/70. O SERPROS apresentou Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores (STJ e STF). O TRF da 2ª Região, em exame preliminar de admissibilidade, negou seguimento aos recursos do SERPROS, decisões estas mantidas pelos Tribunais Superiores.

Não havendo mais a possibilidade de recursos, ocorreu o trânsito em julgado da decisão que determinou ao SERPROS recolher o PIS com base no faturamento previsto no art. 3º Lei nº 9.715/98. Vale ressaltar que, em dezembro de 2012, por orientação dos nossos advogados, e considerando o teor da decisão final transitada em julgado na ação, que determinou o recolhimento do PIS com base no faturamento previsto no art. 3º da Lei 9.715/98, bem como o fato do SERPROS não apurar base de cálculo nos termos fixados na decisão, concluiu-se pela impossibilidade de recolhimento do referido tributo. Dessa forma, a Diretoria Executiva, em reunião do dia 16/01/2013, Ata nº 02, decidiu suspender, a partir de dezembro, os depósitos judiciais realizados, mês a mês, a título de PIS (apurado com base na Lei 9.718/98). Cabe salientar que a decisão judicial obtida no processo de PIS, que lhe desobrigou do recolhimento da contribuição, vigorou até os fatos geradores de 31/12/2014. O SERPROS, em fevereiro/2021, recebeu o valor que estava depositado (R\$ 4.355 mil), gerando a extinção e baixa do processo.

(II) COFINS

O SERPROS questiona a cobrança da COFINS, nos autos da Ação Ordinária nº 0034231- 05.2002.4.01.3400 (2002.34.00.034298-3) em trâmite na 21ª Vara Federal/DF, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. Em segunda instância, o TRF da 1ª Região entendeu ser legítima a cobrança da COFINS e determinou que a contribuição recaia sobre as contribuições vertidas pelos participantes. Em vista dessa decisão, apresentamos Embargos de Declaração, com o objetivo de que o Tribunal se manifestasse sobre disposto no art. 69 da LC 109/01, que impede a incidência de qualquer tributação sobre as contribuições vertidas por participantes. Entretanto, o Tribunal não acolheu

os argumentos dos embargos apresentados, motivo pelo qual foi interposto Recursos Especial e Extraordinário para os Tribunais Superiores (STJ e STF). Cumpre observar que o Recurso Especial foi provido pelo STJ, que anulou acórdão do TRF-1 e, assim, determinou que fosse realizado novo julgamento acerca dos Embargos de Declaração apresentados. Em 01/09/2015, o TRF1 proferiu novo julgamento e negou provimento aos Embargos de Declaração. Em seguida, em setembro de 2022, o Recurso Especial do SERPROS foi inadmitido (e foi objeto de agravo em 14/10/2022), sendo que o Recurso Extraordinário foi admitido.

O assunto, de repercussão geral, será apreciado pelo STF de uma única vez e de maneira idêntica, gerando efeito multiplicador e sobrestamento dos processos até a decisão do Tribunal Constitucional.

10.3. OUTRAS EXIGIBILIDADES / GESTÃO DE INVESTIMENTO

O valor com maior representatividade corresponde a atualização dos Honorários Advocatícios referentes aos precatórios das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 7.560 mil (vide nota 8.1.5).

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E PASSIVOS CONTINGENTES

Estão contabilizados os valores em litígio prováveis de desembolso, como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Exigível Contingencial	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	2022	2021
Gestão Previdencial	3.708	9.102	-	-	12.810	9.608
Expurgos Inflacionários	329	3.643	-	-	3.972	4.310
Outras ações previdenciárias	3.379	5.459	-	-	8.838	5.298
Gestão Administrativa	-	-	-	-	0	0
Investimentos	1.626	770	917	-	3.313	3.313
Total	5.334	9.872	917	-	16.123	12.921

11.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O SERPROS constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes daquelas classificadas pela área jurídica como perda provável e possível.

PROVISÕES CONTINGENCIAIS PREVIDENCIAIS PASSIVAS			
CLASSIFICAÇÃO	31/12/2022	VARIAÇÃO NO ANO	31/12/2021
PS I			
PROVÁVEL	3.708	-37	3.745
POSSÍVEL	2.109	-170	2.279
REMOTA	-	-	-
PSII - BD			
PROVÁVEL	9.101	3.239	5.862
POSSÍVEL	10.892	-263	11.155
REMOTA	-	-	-
CONSOLIDADO			

PROVÁVEL	12.809	3.202	9.607
POSSÍVEL	13.001	-433	13.434
REMOTA	-	-	-

Todos os processos classificados como remotos em dezembro de 2019 foram transportados para possível, a fim de adequar ao critério previsto na classificação de processos adotado pela GEJUR. Os quadros a seguir apresentam a relação dos processos judiciais classificados pelo jurídico como probabilidade de perda provável e possível.

Número da fase atual	Objeto	Tipo de processo	Classificação de Perda
0176183-85.2018.8.19.0001	Previdenciário/Verbas Trabalhistas	Judicial	Possível
0053700-58.1991.5.01.0039	Trabalhista SERPRO	Judicial	Possível
0071596-22.2012.8.19.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0001426-23.2007.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0404988-06.2014.8.19.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0401148-61.2009.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0097744-41.2010.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0001694-05.2009.8.26.0320	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0078680-50.2007.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0026687-53.2008.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0097748-78.2010.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0004018-28.2014.8.17.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0302948-19.2009.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0084939-56.2010.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0012172-41.2015.8.19.0002	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0225179-32.2009.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0097746-11.2010.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0121651-35.2016.8.19.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
1001138-45.2017.8.26.0048	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0001479-36.2012.5.04.0013	Trabalhista SERPRO	Judicial	Possível
0000238-65.2013.5.12.0014	Trabalhista SERPRO	Judicial	Possível
0010207-17.2004.8.19.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0011176-71.2014.5.01.0053	Trabalhista SERPRO	Judicial	Possível
0006373-96.2018.8.16.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0097754-85.2010.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0002316-51.2012.8.19.0069	Previdenciário/Equacionamento de 2008	Judicial	Possível
0008107-57.2017.4.01.3400	IR (Bitributação)	Judicial	Possível
0033838-41.2006.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0232234-63.2011.8.19.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0097752-18.2010.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0078677-95.2007.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível
0005279-40.2007.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível

1004662-60.2017.8.26.0562	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0036976-72.2011.8.17.0001	Contribuição de Risco	Judicial	Possível
0013486-23.2010.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0013484-53.2010.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0025312-85.2006.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0001670-44.2010.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0013485-38.2010.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
1024932-20.2021.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0007937-23.2021.8.26.0003	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0800653-71.2022.8.19.0202	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
1009859-24.2022.8.26.0011	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0716233-93.2022.8.07.0000	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0805563-29.2022.8.19.0207	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0746547-19.2022.8.07.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0111200-47.2006.5.01.0002	Trabalhista/Reintegrados	Judicial	Provável
0071200-15.2007.5.01.0052	Trabalhista/Reintegrados	Judicial	Provável
0040104-30.2011.8.16.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0143521-20.2008.8.19.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Provável
0310509-89.2012.8.19.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Provável
0732782-81.2022.8.07.0000	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Provável
0122900-11.2000.5.01.0073	Trabalhista SERPRO	Judicial	Provável
0023700-23.2006.5.04.0013	Trabalhista SERPRO	Judicial	Provável
0017271-63.2017.8.27.2729	Benefício sem Extinção de Vínculo	Judicial	Provável
0056100-60.2002.5.01.0063	Trabalhista SERPRO	Judicial	Provável
0000170-27.2013.5.01.0013	Trabalhista SERPRO	Judicial	Provável
0062785-48.2008.8.07.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Provável
0180296-58.2013.8.19.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0731052-08.2017.8.07.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Provável
0704455-02.2017.8.07.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Provável
0096753-31.2011.8.19.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Provável
0010207-17.2004.8.19.0001	Previdenciário/Verbas Trabalhistas	Judicial	Provável
1026308-32.2019.8.26.0506	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0007382-12.2020.8.26.0562	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Provável

11.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo ao PGA envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, apresentamos a seguir as contingências judiciais e os passivos contingenciais do Plano de Gestão Administrativa.

Número da fase atual	Objeto	Tipo de processo	Classificação de Perda
0145641-75.2004.8.19.0001	Tributário Genérico	Judicial	Possível

0100012-40.2020.5.01.0043	Trabalhista SERPROS	Judicial	Possível
0700537-33.2021.8.07.0006	SERPRO PAS	Judicial	Possível
0213100-64.2022.8.19.0001	SERPRO PAS	Judicial	Provável

11.3. INVESTIMENTOS

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo aos investimentos envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, foram registrados os processos relacionados na planilha a seguir.

Número da fase atual	Objeto	Tipo de processo	Classificação de Perda
0010261-56.1999.8.19.0001	Investimentos/PQU	Judicial	Possível
0208878-93.1998.8.19.0001	Investimentos/PQU	Judicial	Possível
Procedimento Arbitral 95/17	Investimentos/Bioenergia	Arbitragem	Possível
0211150-74.2009.8.19.0001	Investimentos/Nova América	Judicial	Possível
1049698-08.2014.8.26.0053	Investimentos/Desapropriação	Judicial	Possível
0336687-50.2014.8.21.0001	Operação com Participante	Judicial	Provável
0050696-43.2010.8.17.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0086835-27.2010.8.05.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0509676-84.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0484336-41.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0010829-98.2014.5.01.0033	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0224602-05.2019.8.19.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0010092-97.2015.5.01.0021	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0519444-34.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0459501-86.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0086814-51.2010.8.05.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0024858-15.2002.8.05.0001	Investimentos/PCLD	Judicial	Possível
0542738-81.2012.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0001181-11.2014.5.10.0012	Investimento/Porcão	Judicial	Provável
0011012-88.2015.5.01.0080	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010069-05.2015.5.01.0005	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0100000-51.2016.5.01.0080	Investimento/Porcão	Judicial	Provável
0010738-61.2014.5.01.0080	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010421-09.2013.5.01.0077	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010996-50.2015.5.01.0011	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0001107-19.2015.5.17.0014	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0001881-30.2016.5.17.0009	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000049-83.2014.5.12.0004	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000323-98.2016.5.12.0029	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0011050-75.2015.5.01.0056	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0088932-97.2010.8.05.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0443500-64.2008.8.13.0024	Investimentos/Desapropriação	Judicial	Possível
0000207-15.2014.5.12.0045	Investimento/Porcão	Judicial	Possível

0011050-67.2013.5.01.0049	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
8000536-12.2019.8.05.0124	Operação com Participante	Judicial	Possível
0000940-40.2017.5.17.0011	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000054-70.2016.5.07.0038	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0100757-56.2016.5.01.0044	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0039091-71.2006.4.01.3800	Investimentos/Desapropriação	Judicial	Possível
0132976-36.2018.8.19.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0000943-19.2017.5.17.0003	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000929-17.2017.5.17.0009	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010199-76.2013.5.12.0031	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010751-98.2015.5.01.0056	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010585-23.2014.5.01.0017	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0001513-71.2015.5.10.0002	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000081-98.2015.5.17.0009	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0706742-93.2021.8.07.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
1030569- 26.2021.8.26.0100	Investimentos/ETB	Judicial	Possível
0100173-31.2016.5.01.0030	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000937-21.2021.8.19.0082	Operação com Participante	Judicial	Possível
0000514-16.2014.5.02.0087	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000666-29.2021.5.10.0012	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
8146442-09.2022.8.05.0001	Empréstimo Descontado no Pecúlio	Judicial	Possível
0103394-05.2022.5.01.0000	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0028737-15.2011.8.05.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0112390-46.2010.8.05.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0137646-98.2010.8.19.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível

12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios foram avaliadas, segundo cálculos realizados pelo atuário externo, e atestadas pelo atuário interno da Entidade.

De acordo com os Laudos de Avaliação Atuarial as mensurações das Provisões Matemáticas são as seguintes:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Provisões Matemáticas	PS I	PS II BD	PS II CD	2022	2021
Benefícios Concedidos	2.345.962	1.608.476	-	3.954.439	3.690.717
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.345.962	1.608.476	-	3.954.439	3.690.717
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.998.509	1.399.617	-	3.398.126	3.184.545
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	347.454	208.859	-	556.313	506.172
Benefícios a Conceder	750.140	-	2.524.208	3.274.348	3.029.159
Contribuição Definida	-	-	2.524.208	2.524.208	2.235.489
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	-	-	1.000.274	1.000.274	861.620
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	-	1.523.934	1.523.934	1.373.869
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	750.075	-	-	750.075	754.129
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	750.075	-	-	750.075	754.129
Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-	-	-	-

Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-	-	-	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	65	-	-	65	39.541
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	65	-	-	65	39.541
Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-	-	-	-
Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-	-	-	-
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-114.334	0	0	-114.334	-117.884
Déficit Equacionado	-114.334	-	-	-114.334	-117.884
Patrocinadores	-57.167	-	-	-57.167	-58.942
Participantes	-14.583	-	-	-14.583	-16.527
Assistidos	-42.584	-	-	-42.584	-42.415
Total	2.981.768	1.608.476	2.524.208	7.114.453	6.601.992

12.1. PLANO PS I

Observou-se que as provisões matemáticas apresentaram uma variação positiva de 3,59% em relação ao exercício anterior, sendo 6,50% relativa aos compromissos com benefícios concedidos, redução de 3,01% referente às provisões matemáticas a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008, compensada com uma variação negativa de 5,48% com benefícios a conceder.

Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, bem como alterações das premissas atuariais como taxa de juros real anual, taxa de inflação e da taxa de carregamento administrativo.

O Programa de Demissão Voluntária – PDV realizado pelo patrocinador Serpro em 2020 gerou a concessão de 150 novas aposentadorias no Plano durante o exercício de 2021 e o PDV ocorrido no final do ano de 2021 teve como consequência somente 12 aposentadorias no encerramento do exercício, tendo em vista que a maior parte das opções dos participantes serão efetivadas nos primeiros meses de 2022.

No entanto, por se tratar de um Plano Saldado e haja vista que os participantes que se aposentaram, em sua maioria, já estavam elegíveis ao benefício de aposentadoria programada, não houve impacto significativo sobre as provisões matemáticas totais e sim uma realocação entre as provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder.

12.2. PLANO PS II

As provisões matemáticas de benefícios concedidos apresentaram no exercício um acréscimo de 8,10%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, dos quais destacam-se a alteração da tábua de mortalidade, da taxa de juros real, da taxa de inflação, da taxa de carregamento administrativo.

Com relação às provisões matemáticas relativas à parcela de contribuição definida, observou-se a elevação de 12,92% no exercício.

12.3. HIPÓTESE ATUARIAIS

12.3.1. PLANO PS I BD

Premissas Atuariais 2022/2023 - PS-I		
Premissas	2022	2021
Taxa de Juros Real Anual	5,08% a.a.	5,08% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 50%	Grupo Americana Desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.
Rotatividade Anual	0% para todas as idades.	0% para todas as idades.
Taxa de Crescimento Real Anual	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Inflação Anual	3,00% a.a.	3,00% a.a.

12.3.2. PLANO PS II BD

Premissas Atuariais 2022/2023 - PS-II		
Premissas	2022	2021
Taxa de Juros Real Anual	5,08% a.a.	5,08% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Desagravada em 20% segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic Desagravada em 20% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 50%	Grupo Americana Desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 segregada por sexo	MI-2006 Masculina
Tábua de Morbidez	EXP AXD SERPRO II	EXP AXD SERPRO II
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 86,20% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 84,40% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.
Rotatividade Anual	1% para todas as idades até 65 anos	1% para todas as idades até 65 anos
Taxa de Crescimento Real Anual	2,55% a.a.	2,63% a.a.
Taxa de Inflação Anual	3,00% a.a.	3,00% a.a.

13. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O superávit técnico dos planos de benefícios representa o excedente de recursos garantidores para cobertura dos seus compromissos. De acordo com os arts. 15 e 16 da Resolução CNPC Nº 30/2018, de 10/10/2018, o resultado superavitário será destinado à constituição de Reserva de Contingência correspondente a até 25% das Provisões Matemáticas ou até o Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, o que for menor. Ressaltando que, para fins dessa apuração serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir. Após a constituição da Reserva de Contingência, os recursos excedentes serão destinados à constituição da Reserva Especial para a revisão do plano de benefícios.

O déficit técnico dos planos de benefícios demonstra a insuficiência de recursos para cobertura dos seus compromissos. De acordo com o art. 29 da referida Resolução CNPC Nº 30/2018, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado (LDTA), conforme fórmula a seguir: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Já o art. 30 da referida Resolução Nº 30/2018 estabelece que o valor do Ajuste de Precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	2022	2021
Superávit Técnico	139.518	160.698
Reserva de Contingência	139.518	160.698
PSII BD	139.518	160.698
Déficit Técnico	(210.086)-	240.178,00
Déficit Técnico	(210.086)	(240.178)
PSI	(210.086)	(240.178)
Resultados Realizados	(70.568)	(79.480)

Assim, a comparação do Patrimônio de Cobertura do PS-II BD em 2022 no valor de R\$ 1.747.994 mil com as Provisões Matemáticas de R\$ 1.608.476 mil resultou em um Equilíbrio Técnico positivo de R\$ 139.518 mil, equivalente a 8,56% das Provisões Matemáticas BD, que foi registrado na conta de Reserva de Contingência.

A consultoria atuarial informou no Parecer Atuarial do Plano PS-II referente ao exercício de 2020 que a destinação do valor apurado a título de reserva especial no triênio 2018-2020 está condicionada à sua permanência em 2021. Desta forma, diante da extinção da reserva especial a partir de janeiro de 2021, não há valor a ser destinado a esse título.

Cabe registrar que destinação do Fundo Especial de Revisão do Plano foi suspensa a partir da competência de setembro de 2021, conforme aprovado pela Diretoria Executiva, em 23/07/2021. Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do PS-II, em observância ao Art. 23 da Resolução CNPC Nº 30/2018 e ao plano de destinação, a consultoria atuarial recomendou que o Fundo Especial de Revisão do Plano de R\$ 64.601.184,35 fosse totalmente revertido para o Patrimônio de Cobertura do Plano para recomposição da Reserva de Contingência

Quanto ao PS-I em 2022, a comparação entre o Patrimônio de Cobertura no valor de R\$ 2.771.683 mil e as Provisões Matemáticas de R\$ 2.981.769 mil resultou em um Equilíbrio Técnico negativo de R\$ 210.086 mil, equivalente a 9,29% das Provisões Matemáticas.

O valor do ajuste de precificação positivo de R\$ 105.451 mil foi deduzido do resultado deficitário acumulado, resultando no valor do equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 105.451 mil, inferior ao Limite do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 190.627 mil, não sendo necessária a elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário de 2022 do Plano Serpro I.

13.1. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o observado na Resolução CNPC Nº 30, de 10 de outubro de 2018, na Instrução Previc Nº 33, de 23/10/2020 e na Portaria Previc Nº 835, de 1º/12/2020, o SERPROS calculou o ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado. A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação.

13.1.1. PLANO PSI BD

DADOS PARA CÁLCULOS

Duração do Passivo: **10,3931 anos**

Data da Carteira: **31/12/2022**

Duração do Ativo: **10,0922 anos**

Taxa de Juros Real Anual: **5,08%**

(Valores apresentados em R\$ mil)

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
1.500.724	1.395.273	105.451

Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.

ISIN	Vencimento	Quantidade	Fração	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRSTNCNTB3B8	15/08/2030	10.000	1	R\$ 4.311,59	R\$ 4.040,51	R\$ 43.115.879,00	R\$ 40.405.117,00	R\$ 2.710.762,00
BRSTNCNTB096	15/08/2024	4.200	1	R\$ 4.138,88	R\$ 3.983,26	R\$ 17.383.280,00	R\$ 16.729.711,00	R\$ 653.569,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	39.625	1	R\$ 4.357,19	R\$ 3.962,05	R\$ 172.653.491,00	R\$ 156.996.115,00	R\$ 15.657.376,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.000	1	R\$ 4.504,73	R\$ 4.014,16	R\$ 45.047.305,00	R\$ 40.141.625,00	R\$ 4.905.680,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	R\$ 4.504,73	R\$ 3.981,16	R\$ 22.523.652,00	R\$ 19.905.800,00	R\$ 2.617.852,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	3.000	1	R\$ 4.654,87	R\$ 3.955,42	R\$ 13.964.601,00	R\$ 11.866.253,00	R\$ 2.098.348,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	R\$ 4.504,73	R\$ 3.948,55	R\$ 22.523.652,00	R\$ 19.742.745,00	R\$ 2.780.907,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	1.000	1	R\$ 4.654,87	R\$ 3.953,42	R\$ 4.654.867,00	R\$ 3.953.421,00	R\$ 701.446,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	3.000	1	R\$ 4.504,73	R\$ 3.955,36	R\$ 13.514.191,00	R\$ 11.866.086,00	R\$ 1.648.105,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	1.000	1	R\$ 4.504,73	R\$ 3.972,67	R\$ 4.504.730,00	R\$ 3.972.670,00	R\$ 532.060,00
BRSTNCNTB3B8	15/08/2030	7.276	1	R\$ 4.311,59	R\$ 3.986,42	R\$ 31.371.114,00	R\$ 29.005.217,00	R\$ 2.365.897,00

BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.510,62	R\$ 4.061,90	R\$ 45.106.209,00	R\$ 40.618.970,00	R\$ 4.487.239,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	3.333	1	R\$ 4.510,62	R\$ 4.066,73	R\$ 15.033.900,00	R\$ 13.554.422,00	R\$ 1.479.478,00
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	15.800	1	R\$ 4.604,59	R\$ 4.143,92	R\$ 72.752.522,00	R\$ 65.473.936,00	R\$ 7.278.586,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	7.900	1	R\$ 4.510,62	R\$ 4.120,48	R\$ 35.633.905,00	R\$ 32.551.776,00	R\$ 3.082.129,00
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	7.900	1	R\$ 4.604,59	R\$ 4.145,08	R\$ 36.376.261,00	R\$ 32.746.132,00	R\$ 3.630.129,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	20.000	1	R\$ 4.654,87	R\$ 4.467,97	R\$ 93.097.338,00	R\$ 89.359.323,00	R\$ 3.738.015,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	10.000	1	R\$ 4.654,87	R\$ 4.455,92	R\$ 46.548.669,00	R\$ 44.559.177,00	R\$ 1.989.492,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	20.000	1	R\$ 4.510,62	R\$ 4.319,67	R\$ 90.212.419,00	R\$ 86.393.495,00	R\$ 3.818.924,00
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	7.450	1	R\$ 9.431,31	R\$ 9.029,00	R\$ 70.263.260,00	R\$ 67.266.050,00	R\$ 2.997.210,00
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	22.050	1	R\$ 9.431,31	R\$ 9.029,00	R\$ 207.960.386,00	R\$ 199.089.450,00	R\$ 8.870.936,00
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	16.267	1	R\$ 9.431,31	R\$ 9.029,00	R\$ 153.419.120,00	R\$ 146.874.743,00	R\$ 6.544.377,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.510,62	R\$ 4.155,23	R\$ 45.106.209,00	R\$ 41.552.256,00	R\$ 3.553.953,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.510,62	R\$ 4.120,48	R\$ 45.106.209,00	R\$ 41.204.780,00	R\$ 3.901.429,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.510,62	R\$ 3.917,98	R\$ 45.106.209,00	R\$ 39.179.826,00	R\$ 5.926.383,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	4.800	1	R\$ 4.510,62	R\$ 4.081,29	R\$ 21.650.980,00	R\$ 19.590.171,00	R\$ 2.060.809,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	1	R\$ 4.357,19	R\$ 4.069,54	R\$ 43.571.859,00	R\$ 40.695.446,00	R\$ 2.876.413,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	1	R\$ 4.357,19	R\$ 4.092,47	R\$ 43.571.859,00	R\$ 40.924.714,00	R\$ 2.647.145,00

13.1.2. PLANO PSII BD

DADOS PARA CÁLCULOS

Duração do Passivo: **10,3931** anos

Data da Carteira: **31/12/2022**

Duração do Ativo: **10,3672** anos

Taxa de Juros Real Anual: **5,08%**

(Valores apresentados em R\$ mil)

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
973.314	888.064	85.250

Uma vez que o plano está superavitário, o valor do ajuste de precificação positivo não é aplicável para fins de distribuição de superávit.

Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.

ISIN	Vencimento	Quantidade	Fração	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRSTNCNTB468	15/08/2024	13.450	0,4519	R\$ 4.138,88	R\$ 4.009,36	R\$ 25.156.317,00	R\$ 24.369.125,00	R\$ 787.192,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.460	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 4.008,54	R\$ 20.380.333,00	R\$ 18.947.862,00	R\$ 1.432.471,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.505	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 3.985,29	R\$ 20.468.011,00	R\$ 18.919.003,00	R\$ 1.549.008,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	18.215	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 3.985,29	R\$ 35.490.226,00	R\$ 32.804.345,00	R\$ 2.685.881,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	17.047	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 4.080,08	R\$ 33.214.487,00	R\$ 31.431.053,00	R\$ 1.783.434,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	14.964	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 4.083,12	R\$ 29.155.956,00	R\$ 27.611.021,00	R\$ 1.544.935,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.000	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 4.019,31	R\$ 19.484.066,00	R\$ 18.163.281,00	R\$ 1.320.785,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.000	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 4.042,60	R\$ 19.484.066,00	R\$ 18.268.493,00	R\$ 1.215.573,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	2.000	0,4519	R\$ 4.311,59	R\$ 4.052,10	R\$ 3.896.813,00	R\$ 3.662.285,00	R\$ 234.528,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.021	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.099,88	R\$ 20.399.627,00	R\$ 18.566.281,00	R\$ 1.833.346,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	17.992	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.091,45	R\$ 36.626.093,00	R\$ 33.265.874,00	R\$ 3.360.219,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	3.570	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.079,26	R\$ 7.267.405,00	R\$ 6.580.996,00	R\$ 686.409,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	16.546	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.079,26	R\$ 33.682.489,00	R\$ 30.501.164,00	R\$ 3.181.325,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	12.124	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.058,36	R\$ 24.680.678,00	R\$ 22.235.103,00	R\$ 2.445.575,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	9.781	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.054,62	R\$ 19.911.061,00	R\$ 17.921.562,00	R\$ 1.989.499,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 3.955,36	R\$ 10.178.439,00	R\$ 8.937.140,00	R\$ 1.241.299,00

BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.000	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 3.954,16	R\$ 4.071.375,00	R\$ 3.573.766,00	R\$ 497.609,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 3.938,16	R\$ 10.178.439,00	R\$ 8.898.277,00	R\$ 1.280.162,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.000	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 3.972,67	R\$ 8.142.751,00	R\$ 7.180.998,00	R\$ 961.753,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	20.000	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.057,07	R\$ 40.766.992,00	R\$ 36.667.825,00	R\$ 4.099.167,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	10.000	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.061,90	R\$ 20.383.496,00	R\$ 18.355.713,00	R\$ 2.027.783,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	5.850	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.066,73	R\$ 11.924.345,00	R\$ 10.750.877,00	R\$ 1.173.468,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	10.000	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.061,90	R\$ 20.383.496,00	R\$ 18.355.713,00	R\$ 2.027.783,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	6.667	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.061,90	R\$ 13.589.677,00	R\$ 12.237.754,00	R\$ 1.351.923,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	20.000	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.066,73	R\$ 40.766.992,00	R\$ 36.755.135,00	R\$ 4.011.857,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	18.150	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.125,41	R\$ 36.996.045,00	R\$ 33.836.584,00	R\$ 3.159.461,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	11.850	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.125,41	R\$ 24.154.443,00	R\$ 22.091.654,00	R\$ 2.062.789,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	12.100	0,4519	R\$ 4.510,62	R\$ 4.120,48	R\$ 24.664.030,00	R\$ 22.530.732,00	R\$ 2.133.298,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	20.000	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 3.987,55	R\$ 42.070.687,00	R\$ 36.039.510,00	R\$ 6.031.177,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	10.000	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 3.913,37	R\$ 21.035.343,00	R\$ 17.684.519,00	R\$ 3.350.824,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	10.000	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 3.759,47	R\$ 21.035.343,00	R\$ 16.989.053,00	R\$ 4.046.290,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	15.491	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 4.134,21	R\$ 32.585.851,00	R\$ 28.941.065,00	R\$ 3.644.786,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	2.007	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 4.113,43	R\$ 4.221.793,00	R\$ 3.730.726,00	R\$ 491.067,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	10.025	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 4.098,61	R\$ 21.087.932,00	R\$ 18.567.902,00	R\$ 2.520.030,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	1.000	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 3.953,92	R\$ 2.103.534,00	R\$ 1.786.777,00	R\$ 316.757,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	1.000	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 3.951,93	R\$ 2.103.534,00	R\$ 1.785.876,00	R\$ 317.658,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	501	0,4519	R\$ 4.654,87	R\$ 4.135,82	R\$ 1.053.871,00	R\$ 936.357,00	R\$ 117.514,00
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	8.000	0,4519	R\$ 4.258,33	R\$ 4.009,79	R\$ 15.394.701,00	R\$ 14.496.177,00	R\$ 898.524,00
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	10.000	0,4519	R\$ 4.258,33	R\$ 4.017,58	R\$ 19.243.377,00	R\$ 18.155.466,00	R\$ 1.087.911,00
BRSTNCNTB674	15/08/2032	10.000	0,4519	R\$ 4.356,69	R\$ 4.148,90	R\$ 19.687.885,00	R\$ 18.748.860,00	R\$ 939.025,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,4519	R\$ 4.357,19	R\$ 4.126,67	R\$ 19.690.123,00	R\$ 18.648.412,00	R\$ 1.041.711,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,4519	R\$ 4.357,19	R\$ 4.118,25	R\$ 19.690.123,00	R\$ 18.610.352,00	R\$ 1.079.771,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,4519	R\$ 4.357,19	R\$ 4.102,45	R\$ 19.690.123,00	R\$ 18.538.959,00	R\$ 1.151.164,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,4519	R\$ 4.357,19	R\$ 4.097,42	R\$ 19.690.123,00	R\$ 18.516.220,00	R\$ 1.173.903,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,4519	R\$ 4.357,19	R\$ 4.100,86	R\$ 19.690.123,00	R\$ 18.531.795,00	R\$ 1.158.328,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,4519	R\$ 4.357,19	R\$ 4.092,13	R\$ 19.690.123,00	R\$ 18.492.326,00	R\$ 1.197.797,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,4519	R\$ 4.357,19	R\$ 4.069,54	R\$ 19.690.123,00	R\$ 18.390.272,00	R\$ 1.299.851,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.162,23	R\$ 10.178.439,00	R\$ 9.404.568,00	R\$ 773.871,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.500	0,4519	R\$ 4.504,73	R\$ 4.120,42	R\$ 9.160.595,00	R\$ 8.379.076,00	R\$ 781.519,00

14. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os Fundos estão assim constituídos:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Fundos	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	2022	2021
Previdenciais	-	273.861	3.349	-	-	277.210	257.517
Compensação de Cotas Excedentes	-	-	3.349	-	-	3.349	2.050
Cobertura Anti-seleção de Risco	-	-	-	-	-	-	-
Longevidade	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Especial para Revisão do Plano	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Riscos	-	273.861	-	-	-	273.861	255.467
Administrativo	38.563	20.633	32.099	91.295	(91.295)	91.295	94.537
Investimentos	6.342	516	3.946	-	-	10.804	9.094
Quota de Quitação por Morte	5.224	478	3.147	-	-	8.849	7.139
De Oscilação e Risco	1.118	38	799	-	-	1.955	1.955
Total	44.905	295.009	39.395	91.295	(91.295)	379.309	361.148

14.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Fundos com destinação específica constituídos com recursos da Gestão Previdencial, de acordo com a nota técnica específica e podem ser assim resumidos:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Fundos	PSII BD	PSII CD	Consolidação	2022	2021
Previdenciais	273.861	3.349	-	277.210	257.517
Compensação de Cotas Excedentes	-	3.349	-	3.349	2.050
Fundo de Riscos	273.861	-	-	273.861	255.467

14.1.1. P S II – BD

Por ocasião da reavaliação atuarial de 2020 foi realizada uma reestruturação da modelagem atuarial dos benefícios de risco do PS-II, sendo criado o Fundo de Risco. Em decorrência da referida reestruturação, os compromissos relativos aos benefícios de risco a conceder passaram a ser cobertos pelo Fundo de Risco que corresponde a R\$ 273.861 mil, em 31/12/2021 (R\$ 255.467 em 2021).

(I) Fundo de Risco – destinado a custear os benefícios de Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento. O Fundo de Risco é atualizado pela rentabilidade da parcela BD do Plano, creditado das contribuições de risco e dos valores prescritos e debitados dos desembolsos supramencionados.

14.1.2. P S II – CD

Em decorrência da alteração do Regulamento do PS-II, ocorrida em novembro de 2022, se fez necessário a constituição do Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador.

(I) Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador formado pelos saldos remanescentes das Contas de Participantes não utilizados para pagamento de Portabilidade ou Resgate, atualizado pela rentabilidade líquida da parcela de Contribuição Definida do PS-II, sendo sua destinação definida anualmente com base em decisão do Patrocinador e mediante autorização do Conselho Deliberativo da Entidade.

Devido a questões operacionais, sua criação foi postergada para janeiro de 2023, quando será registrado os recursos remanescentes de competência de novembro de 2022 a janeiro de 2023.

(II) Fundo de Compensação de Cotas Excedentes — destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.

Em função da aprovação da alteração do Regulamento do PS-II, que estabeleceu a correção dos resgates pela rentabilidade, o propósito do Fundo de Cotas Excedentes ficou sem objeto. Portanto, a consultoria atuarial recomendou a extinção desse Fundo e a transferência de seu valor para o resultado

da parcela de Contribuição Definida do PS-II, dado se tratar de recursos relativos à excedentes de saldos de contas individuais dos participantes ativos, a ser realizada no exercício de 2023.

14.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo administrativo é utilizado para a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração dos seus Planos de Benefícios, na forma prevista no seu regulamento e plano de custeio.

É constituído ou revertido mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), conforme nota explicativa nº 15.

14.3. INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos com recursos cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos, conforme estabelecido no regulamento em vigor e podem ser assim resumidos:

- (I) Fundos Investimentos - Quota de Quitação por Morte - Constituído para garantia dos empréstimos concedidos a participantes em caso de falecimento do devedor.
- (II) Fundos Investimentos – Fundo de Oscilação e Risco - Calculado sobre as prestações de empréstimos para cobrir futura inadimplência.

15. GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Registros e controles inerentes às atividades da administração dos Planos de Benefícios.

O SERPROS, atendendo à determinação legal contida na Resolução nº 48 de 08/12/2021, efetua suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), aprovado pelo CDE - Conselho Deliberativo, conforme Deliberação 23 de 11/12/2019.

O quadro a seguir apresenta as movimentações da gestão administrativa:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Detalhamento - Gestão Administrativa	2022	2021
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	94.537	95.591
Custeio da Gestão Administrativa	29.902	27.725
Despesas Administrativas	(33.144)	(28.779)
Pessoal e Encargos	(22.987)	(21.311)
Treinamentos / congressos e seminários	(369)	(234)
Viagens e estadias	(156)	(27)
Serviços de terceiros	(5.757)	(3.826)
Despesas gerais	(1.363)	(968)

Depreciações e amortizações	(316)	(309)
Tributos	(2.015)	(1.812)
Outras Despesas	(180)	(270)
Despesas com Fomento	-	(23)
Constituição/Reversão de Contingências	-	-
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	(3.242)	(1.054)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	91.295	94.537

Neste exercício social de 2022 o fundo administrativo foi revertido no valor de R\$ 3.242 mil (R\$ 1.054 mil em 2021).

16. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram realizados os ajustes e eliminações de consolidação em atendimento ao disposto na Instrução Previc nº 31/2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44/2021, que estão discriminadas a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Disponível	4	-	74	133	-	211
Realizável	2.831.884	2.076.126	2.708.106	78.960	(91.295)	7.603.781
Gestão Previdencial	5.949	3.712	48.957	-	0	58.618
Gestão Administrativa	38.563	20.633	32.099	660	(91.295)	660
Investimentos	2.787.372	2.051.781	2.627.050	78.300	-	7.544.503
Permanente	-	-	-	16.083	-	16.083
Imobilizado	-	-	-	15.870	-	15.870
Intangível	-	-	-	213	-	213
Total do Ativo	2.831.888	2.076.126	2.708.180	95.176	(91.295)	7.620.075

(Valores apresentados em R\$ mil)

Passivo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Exigível Operacional	9.966	23.252	143.660	3.880	-	180.758
Gestão Previdencial	3.236	22.505	139.717	-	-	165.458
Gestão Administrativa	-	-	-	3.880	-	3.880
Investimentos	6.730	747	3.943	-	-	11.420
Exigível Contingencial	5.335	9.871	916	-	-	16.122
Gestão Previdencial	3.707	9.101	-	-	-	12.809
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-
Investimentos	1.627	770	916	-	-	3.314
Patrimônio Social	2.816.588	2.043.003	2.563.603	91.295	(91.295)	7.423.194
Patrimônio de Cobertura	2.771.683	1.747.994	2.524.208	-	-	7.043.885
Provisões Matemáticas	2.984.937	1.598.604	2.524.208	-	-	7.107.749
Benefícios Concedidos	2.345.963	1.598.604	-	-	-	3.944.566
Benefícios a Conceder	752.478	-	2.524.208	-	-	3.276.686
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(113.503)	-	-	-	-	(113.503)

Equilíbrio Técnico	(213.254)	149.390	-	-	-	(63.864)
Resultados Realizados	(213.254)	149.390	-	-	-	(63.864)
Superávit Técnico acumulado	(213.254)	149.390	-	-	-	(63.864)
Fundos	44.905	295.009	39.395	91.295	(91.295)	379.309
Previdencial	-	273.861	3.349	-	-	277.210
Administrativo	38.563	20.633	32.099	91.295	-	182.590
Investimentos	6.342	516	3.946	-	(91.295)	10.804
Total do Passivo	2.831.888	2.076.126	2.708.180	95.175	(91.295)	7.620.075

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1. ATIVOS CONTINGENTES

AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA O SERPRO (PATROCINADOR)

Em virtude do atraso do Serpro no pagamento das contribuições normais e extraordinárias, o SERPROS, cumprindo seu dever fiduciário, promoveu duas ações de cobrança contra o Patrocinador:

Ação de cobrança n.º 0012357-10.2016.4.01.3400 em trâmite na 9ª Vara Federal do DF, proposta em 29/02/2016, envolvendo a cobrança de valores relativos aos acordos, em virtude de decisão do TCU que determinou a suspensão das contribuições extraordinárias a partir de dezembro de 2009;

Ação de cobrança n.º 0026272-89.2016.4.01.3400, proposta em 27/04/2016, em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, que em razão de dificuldades financeiras o patrocinador atrasou o pagamento dos contratos e das contribuições normais no período de 2013 a 2016. Ao promover as ações judiciais no início do ano de 2016, o SERPROS e o Serpro, solicitaram em conjunto a suspensão dos processos, para que pudessem chegar a um acordo.

17.2. ATIVOS RECUPERÁVEIS

As informações constantes nesse item, podem ser consultadas nos itens: (i) 8.1.2.2.2; (ii) 8.1.2.2.3; (iii) 8.1.2.2.4; (iv) 8.1.2.3; (v) 8.1.2.4; (vi) 8.1.4.1; (vii) 8.1.5; (viii) 8.1.6; (ix) 10.2; (x) 11.3; (xi) 17.1.

18. PARTES RELACIONADAS

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estar afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares ou suplementares à previdência social. Para

a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- i) recebimentos de contribuições previdenciárias / administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- ii) concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e iii) pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos Conselhos Estatutários, membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho Deliberativos.

Além das operações recorrentes as entidades, realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como: realizações de operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

No SERPROS são consideradas Partes Relacionadas:

- i) pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Fundação, tomadas em conjunto ou individualmente;
- ii) pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Fundação;
- iii) pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;
- iv) Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Fundação; (b) a entidade exercer influência relevante sobre a Fundação; (c) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificada nos itens (i) e (ii).

As transações recorrentes com Partes Relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Fundação, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de Convênios de Adesões para oferecimento dos planos administrados pela Entidade, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos. Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

- i) **Patrocinadores/Instituidores:**
Contribuições Previdenciárias / Administrativas: Podem verter contribuições previdenciárias e administrativas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados.
- ii) **Participantes Ativos/Assistidos:**
 - Contribuições Previdenciárias / Administrativas: vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios;
 - Empréstimos (Operações com Participantes) – Podem ser obtidos pelos participantes, caso permitido pelo regulamento de seu respectivo plano de benefícios, nas condições nele dispostas.

- Os saldos das carteiras de empréstimos encontram-se na nota explicativa 8.1.4.
 - Benefícios de Prestação única, continuada, pensões e pecúlios: podem ser obtidos de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios. O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.
- iii) Empregados do SERPROS
- Podem ser participantes dos planos de benefícios, entretanto, ressaltamos nesta rela o, eles obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
 - Remunera o Global: A remunera o total dos empregados, incluindo salários, encargos, benefício e plano de pensão foi de R\$ 19.560 mil (R\$ 18.045 mil em 2021).
- iv) Diretoria do SERPROS
- Remunera o Global: A remunera o total da Diretoria, incluindo honorários e encargos, foi de R\$ 1.973 mil em 2022 (R\$ 1.940 mil em 2021).
- v) Remunera o de Conselheiros Deliberativos
- A remunera o total dos Conselheiros Deliberativos, incluindo encargos, foi de R\$ 423 mil em 2022 (R\$ 366 mil em 2021).
- vi) Remunera o de Conselheiros Fiscais
- A remunera o total dos Conselheiros Fiscais, incluindo encargos, foi de R\$ 201 mil em 2022 (R\$ 175 mil em 2021).

19. GESTÃO DE RISCOS

Com vista ao cumprimento do pagamento de benefícios correntes e futuros, os recursos garantidos dos planos de benefícios são geridos sob as boas práticas de gestão de investimentos. Além disso, o SERPROS reconhece os riscos aos quais está exposto em suas diversas classes de ativos financeiros, com monitoramento contínuo no que tange a proativo gerenciamento de riscos corporativos, observado os dispositivos da Resolu o CMN n  4.994/2022 e Resolu o CGPC n  13/2004.

O processo de gerenciamento de riscos e controles se pauta na arquitetura elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, contemplando a identifica o, avalia o (qualitativa e/ou quantitativa) e tratamento dos riscos associados aos processos organizacionais, a partir da ado o de 1 , 2  e 3  linhas envolvidas na gestão de riscos com fun es segregadas e harm nicas quanto às diretrizes e aos objetivos institucionais, além de a es per dicas de dissemina o, treinamento e capacita o dos colaboradores sobre a cultura de gestão de riscos que deve pautar todas as atividades do SERPROS.

A metodologia utilizada engloba a Autoavalia o de Riscos e Controles em ciclos per dicos que envolvem todas as áreas no entendimento do contexto para o diagnóstico dos fatores de riscos corporativos, com vistas   melhoria contínuo do desempenho organizacional por meio da revisão de processos, elabora o de planos de a o e cria o de mecanismos para resposta aos riscos identificados, considerando:

- Diretrizes e objetivos fixados a cada biênio no planejamento estratégico;
- Appetite e tolerância a riscos;
- Macroprocessos, processos e subprocessos da cadeia de valor da entidade;
- Conformidade com a legislação aplicável;
- Sistemas de informação que dão suporte às atividades desempenhadas;
- Gestão orçamentária e de pessoas;
- Integração com os projetos institucionais.

No gerenciamento de riscos são considerados os conceitos constantes no Dicionário de Riscos do SERPROS, bem como parâmetros pertinentes, com destaque para as seguintes categorias:

Riscos de Mercado – Possibilidade de perdas decorrentes de flutuações adversas nos preços dos fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities etc.) que afetam os valores dos ativos e passivos financeiros da Entidade (riscos de: oscilações adversas; e concentração da carteira).

Acompanhamento e gerenciamento do risco e do retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos, utilizando modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado é realizado através do Value-at-Risk (VaR) que estima a perda esperada, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada.

Riscos de Crédito – Possibilidade de perdas decorrentes de incapacidade de pagamento ao credor relacionada aos instrumentos e contratos financeiros componentes da carteira de investimentos e de valores a receber da Entidade (riscos de: contraparte, degradação da qualidade; concentração de crédito; e garantia).

Avaliado com base em estudos e análises produzidos junto aos gestores terceirizados que consideram os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Riscos de Liquidez – Possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de sacrificar ativos ou tomar recursos em condições adversas por necessidade de caixa (riscos de: descasamento; solvência; e liquidação forçada).

Está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. À medida que os prazos de vencimento das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos, bem como o planejamento deve garantir que as alienações dos ativos ocorram no prazo certo e a preço justo. O controle desse risco no SERPROS é feito através do ALM Estocástico, cuja metodologia consiste na projeção da carteira de ativos e do fluxo de caixa previdenciário dos Planos, a partir de simulação onde são consideradas premissas de reinvestimento visando a liquidez.

Riscos Operacionais – Possibilidade de perdas decorrentes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como resultantes de fraudes (riscos de: concepção de processos; conformidade operacional; documentação; eventos externos ou catástrofes; falha

humana; fraude; indisponibilidade de pessoal especializado; dimensionamento de pessoal; infraestrutura física; segurança da informação; sistemas; salvaguarda de ativos e corrupção/suborno).

Risco de Terceirização – Possibilidade de perdas decorrentes de situações em que os serviços prestados ou os processos executados por terceiros não atinjam os padrões contratados e esperados (riscos de: concentração na terceirização; responsabilidade solidária; parceiro; e qualidade).

Na administração dos recursos financeiros, há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos do SERPROS, por meio da delegação de determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Risco Legal – Possibilidade de perdas decorrentes de penalidades resultantes de ações de órgãos de fiscalização e de controle, bem como de decisões desfavoráveis em aspectos legais e regulamentares que envolvam contratos firmados e processos judiciais ou administrativos (contencioso; contratual; conformidade externa; tributário e trabalhista).

Pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades diversas e investimentos, será feito por meio da elaboração de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos, bem como da revisão periódica de regulamentos dos fundos, exclusivos ou não, e de pareceres jurídicos em relação aos contratos com terceiros.

Risco Atuarial – Possibilidade de desequilíbrio nos planos de benefícios por perdas decorrentes de metodologias inadequadas ou da adoção de hipóteses ou premissas atuariais pouco aderentes à massa de participantes (riscos de: provisão; atuarial técnico e cadastro).

Contempla a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes dos planos.

Riscos Estratégicos – Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, bem como utilização de premissas ou análises de cenários inadequados na tomada de decisões estratégicas, fundamentais para o desempenho e a sustentabilidade do negócio (riscos de: conjuntura; competição; planejamento; execução das diretrizes estratégicas; e governança).

Riscos de Imagem/Reputação - Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa pelas partes interessadas (patrocinadores, participantes, assistidos, beneficiários, contrapartes, órgãos governamentais, comunidade etc.), de forma pontual ou permanente, que podem afetar adversamente a sustentabilidade do negócio (riscos de: divulgação de informações internas e externas; propaganda; publicidade negativa; e imagem associada a parceiros e colaboradores).

No geral, ainda podemos mencionar os riscos sistêmicos, em função do reflexo de uma parte limitada do segmento se propagar por todo o sistema, em efeito cascata, acarretando uma insolvência generalizada. Desta forma, o gerenciamento de riscos considera as análises setoriais e os comentários econômicos de especialistas e relatório divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Em relação aos riscos financeiros dos investimentos, é importante informar que esses são avaliados por consultoria externa contratada e quando aplicável, pelo Comitê de Riscos de Investimentos, de forma a subsidiar as recomendações do Comitê de Aplicações e decisões dos órgãos colegiados.

20. CNPJ POR PLANO

O Conselho Nacional de Previdência Complementar publicou em 11/12/2018 a Resolução CNPC nº 31/2018, instituindo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ para que cada plano de benefícios administrado pela EFPC possa ter total independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, dando com isso uma identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, conforme estabelece a Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001, em seu artigo 34 – I-b. O prazo para as EFPC se adequarem à Resolução CNPC nº 31/2018 era inicialmente de três anos, ou seja, em 31/12/2021.

Em 2021, por meio de sua Resolução nº 46, de 01/10/2021, o CNPC prorrogou o prazo de adequação por parte das EFPC para mais um ano, determinando como prazo final para a adequação dos procedimentos visando a adequação operacional do CNPJ nos EFPC o dia 31/12/2022.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CNPC 46/2021, “a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios”. A Receita Federal do Brasil emitiu Nota RFB/SUFIS nº 8, de 10/10/2022, relatando que não haverá reflexos na forma de prestação das informações pelas EFPC à Receita Federal do Brasil, haja vista que os leiautes das obrigações acessórias a serem prestadas pelas entidades não exigem o detalhamento de informações por plano de benefício.

A Receita Federal do Brasil, através do Ato Executivo COCAD Nº 4/2022, informou às Entidades Fechadas de Previdência sobre a criação do CNPJ para os planos previdenciais, disponibilizando o número da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Para os planos de benefícios previdenciais administrados pelo SERPROS foram criados os seguintes CNPJs pela Receita Federal do Brasil:

- CNPJ 48.306.622/0001-79 - PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO I
- CNPJ 48.307.027/0001-58 - PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO PS II
- CNPJ 49.619.905/0001-33 – PLANO DE BENEFÍCIOS SER +

A Resolução CNPC nº 56 de 14/12/2022 e a Instrução Previc nº19 de 22/12/2022 definiram como data final para a adequação da estrutura operacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar o dia 30 de junho de 2023. O SERPROS iniciou os procedimentos administrativos necessários visando as adequações operacionais da Entidade para a operacionalização dos CNPJ dos planos de benefícios previdenciais em 2022, objetivando concluir todo o processo no prazo legal estabelecido.

21. MUDANÇA DA LEGISLAÇÃO RESOLUÇÃO PREVIC Nº 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

A referida resolução consolidou as Instruções Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, Instrução Previc nº 40, de 22 de junho de 2021, Instrução Previc nº 42, de 11 de outubro de 2021 e Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021. A resolução Previc 18/2022 dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A partir de 1º de janeiro de 2023 as Entidades passarão a classificar os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito em ordem crescente de nível de risco e constituir provisões para perdas esperadas, de acordo com os percentuais definidos nos intervalos para cada nível estabelecido na Legislação.

A classificação do ativo de acordo com o risco de crédito será de responsabilidade da Entidade e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

A vigência a resolução Previc nº 18/2022 terá início a partir de 1º de janeiro de 2023.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – ITG 2001 – ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A ITG 2001 estabelece critérios e procedimentos específicos para a estruturação das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, para o registro das operações e das variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotados pelas EFPC, no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade atualizou o referido normativo, publicado inicialmente em 22 de janeiro de 2010, visando o alinhamento procedimental com as normatizações contábeis emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar e Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A nova letra do normativo passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023, e não trará impacto na política contábil da EFPC.

7.2. Relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes

7.3. Pareceres Atuariais

Os pareceres atuariais estão disponíveis nos links a seguir:

Plano SERPROS I (PS-I)

PARECER ATUARIAL PLANO SERPROS I (PS-I)

Plano SERPROS II (PS-II)

PARECER ATUARIAL PLANO SERPROS II (PS-II)

7.4. Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

7.5. Deliberação do Conselho Deliberativo

**Deliberação do Conselho
Deliberativo**

RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES 2023



SERPROS
FUNDO MULTIPATROCINADO

www.serpros.com.br